

# Portugal Socialista



N.º 239  
MAIO 2025

DIRETOR  
PORFÍRIO SILVA

ANO 2025 | SEMESTRAL

REVISTA DE REFLEXÃO POLÍTICA | ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO SOCIALISTA



*Os Socialistas  
são Feministas?*

*Ciência e  
Democracia*

**Portugal Socialista**  
**Revista de Reflexão Política**

N.º 239, Maio de 2025

**Diretor:** Porfírio Silva

**Propriedade do título:** Partido Socialista

**Sede:** Largo do Rato, n.º2, 1269-143 Lisboa

**E-mail:** portugalsocialista@ps.pt

**Pré-impressão:** Âncora Editora

Av. Infante Santo, 52, 3.º eq.

1350-170 Lisboa

geral@ancora-editora.pt

**Impressão:** Grafisol

**Periodicidade:** semestral

**Tiragem:** 300 exemplares

**Depósito legal:** 356422/13

**Registo de Título n.º (ISSN):** 2976-0585

Portugal  PS  
**Socialista**

*Os Socialistas  
são Feministas?*

*Ciência e Democracia*

# Índice

EDITORIAL	07
Porfírio Silva	
150 anos de Esperança, 150 anos do Partido Socialista Português	11
José Neves	
O PS e o Socialismo Democrático e Autogestionário, 4 Notas	15
José Leitão	
CIÊNCIA E DEMOCRACIA	
Ciência e Democracia	25
Entrevista com Alexandre Quintanilha	31
Inteligência Artificial e Democracia	45
Alexandra Leitão	
As Pessoas na Inteligência Artificial	55
Daniel Innerarity	
OS SOCIALISTAS SÃO FEMINISTAS?	
Os Socialistas são Feministas?	75
Os Socialistas são Feministas?	77
Ana Coucello	
Há um hoje que alguns querem que seja ontem ou a urgência do feminismo	89
João Costa	
Os Socialistas são Feministas?	101
Maria Belo	
Os Socialistas são Feministas?	107
Elza Pais	
LIVRO	
Porfírio Silva, <i>História das Declarações de Princípios do Partido Socialista</i>	119

# Editorial

## Porfírio Silva

---

Diretor do Portugal Socialista

### Só é vencido quem desiste de transformar

**N**ão é hoje, talvez, possível determinar exatamente se foi Francisco Salgado Zenha ou Mário Soares a cunhar a consigna, entretanto largamente popularizada entre os socialistas portugueses, “Só é vencido quem desiste de lutar”. O certo é que foi o primeiro líder do Partido Socialista, nos tempos mais incertos da construção da democracia, dando-lhe voz no espaço público, a projetar essa ideia como agregadora de vontades em tempos difíceis. E, na verdade, esse agregador permite desmultiplicações, as quais, se não substituem a palavra original, lhe acrescentam densidade e intensidade. Já usei, pessoalmente, claramente acrescentada ao original, a adaptação “Só é vencido quem desiste de votar”, ecoando a preferência dos socialistas por métodos democráticos, pacíficos, institucionais, de virar o bico ao prego quando a tarefa está difícil.

A tarefa está difícil, agora. O crescimento da extrema-direita por toda a Europa, tal como noutras paragens do mundo onde nos habituámos a julgar normal a democracia, bem como a complacência que goza da parte da direita tradicional, que julgávamos ser confiável como direita democrática, ameaça os fundamentos civilizacionais do nosso mundo. A argumentação

racional num espaço público partilhado cedeu muito à estratégia do ódio e da confrontação e ao recurso à mentira sistémica. A diversidade e pluralidade como alimento da unidade da comunidade política cedeu à polarização abusiva, cega, surda e muda aos direitos dos outros, à dignidade de todos os humanos. Num país de emigrantes, esquecemo-nos do nosso próprio passado e das dores da nossa diáspora e sentimo-nos ameaçados pelos que vieram ajudar a crescer o nosso país, em vez de os acolher e proteger dos que lhes fazem mal a eles e a nós, quando os exploram.

A esquerda democrática, entretanto, não tem encontrado soluções suficientemente poderosas para resolver a vida difícil de muitos dos nossos concidadãos. Nem ao nível das soluções efetivas, nem ao nível das representações culturais que condicionam as leituras da realidade. Não estamos sós com esses problemas (fraca consolação), mas também não há soluções provadas que possamos aprender imediatamente de outros (porque ninguém encontrou a saída para este labirinto). Por isso dizemos que a tarefa está difícil, agora.

Depois de um ciclo político longo, com as responsabilidades da governação, durante o qual coube ao PS enfrentar as tempestades (com destaque para uma pandemia sem precedentes e para uma guerra na Europa, de que a esmagadora maioria de nós não tem tempo de vida para ter experienciado antes, com severas consequências civilizacionais... e inflacionistas), sabendo resolver alguns problemas da nossa sociedade e deixando outros em estaleiro, estamos a precisar de novo fôlego. Estamos a precisar de reflexão e de renovação.

Estamos a precisar de reflexão para, coletivamente, alcançarmos mais clareza acerca do que conseguimos concluir com sucesso durante estes anos, do que não chegou ao seu termo e do que foi abordado com métodos ou ideias erradas acerca da realidade. Foram cometidos erros comportamentais, individualmente, e isso não ajudou, mas a análise das políticas públicas prosseguidas não pode ficar-se por aí. Temos de escrutinar as razões pelas quais demorámos demasiado tempo a empreender a resposta a certas questões complexas, sem o simplismo de achar tudo fácil retrospectivamente. Temos de entender o que falhou no debate interno para nem sempre terem sido ouvidos os alertas que foram sendo dados, a todos os níveis. O PS fez muito pelo país nos últimos anos e entregou resultados relevantes para a vida das pessoas, como tem feito desde o 25 de Abril sempre que tem oportunidade de governar, mas a capacidade de voltar a responder ao país passa por não sermos complacentes na avaliação que fazemos do nosso próprio trabalho.

Por isso precisamos de uma reflexão profunda. Não faz sentido, contudo, dizer ao mesmo tempo que precisamos de uma reflexão profunda e querer logo dar uma resposta instantânea à questão pelas causas das dificuldades e das derrotas. Alguns apressam-se a atribuir as responsabilidades ao último Secretário-Geral, Pedro Nuno Santos, esquecendo como é difícil ser líder de um grande partido, um partido responsável, na oposição; esquecendo como conduziu prudentemente, de forma moderada, o nosso partido numa situação parlamentar complexa, fazendo os possíveis e os impossíveis para dialogar e dar estabilidade ao país quando, do outro lado, imperava a má-fé negocial; esquecendo que, se taticamente foi um erro permitir a Luís Montenegro escolher o momento de levar o país para eleições, é decente não querer sem cúmplice de falhas éticas graves em responsáveis políticos de primeiro plano. Outros, com a mesma pressa, culpam António Costa, anterior Secretário-Geral e Primeiro-Ministro, esquecendo como nos poupou a uma continuação do “governo da troika” e às suas opções radicais, como recuperou a confiança entre o PS e o país, como restaurou a voz e o papel de Portugal na União Europeia, como colocou o país a crescer economicamente como nunca antes neste século, como fez o rendimento disponível dos portugueses crescer, apesar da pandemia e apesar da guerra na Europa... e esquecendo como o seu trabalho foi interrompido por meios estranhos à vontade expressa nas urnas pelo povo português. A falta de memória e a falta de respeito pela nossa inteligência partidária coletiva podem permitir escapatórias rápidas à questão “o que correu mal” – mas a lucidez e a responsabilidade perante o futuro exigem outro caminho.

Precisamos de reflexão a sério, estruturada, com tempo e com conclusões. E precisamos de ir além da reflexão. Precisamos de renovação. Precisamos de construir novas gerações de políticas públicas para os domínios onde a nossa intervenção escolhe ser transformadora. Precisamos de olhar para a nossa organização e questionar se ela está adequada a interagir vivamente com a sociedade onde hoje nos inserimos, se as nossas estruturas têm portas e janelas suficientes, largas o suficiente, para entrar e sair gente por elas – aquela gente com quem queremos estar em contacto mais vivo. Precisamos de refletir sobre os nossos modos de relação com as organizações e as pessoas que vivem todos os dias as vidas todas que nem sempre são como as nossas e verificar se temos as formas apropriadas de as ouvir e falar com elas. Precisamos de renovar o nosso pessoal político, juntar mais gente à nossa gente, juntar mais capacidades às nossas capacidades. Depois de um ciclo político longo, de governação,

não basta refletir, é preciso renovar. E resistir à tentação de querer voltar a um encontro eleitoral com o país antes dessa renovação.

Um partido conservador poderia concentrar-se apenas em manter o mundo como ele está. Normalmente, isso significa manter as injustiças a funcionar e deixar na sombra do esquecimento aqueles cujas vidas estão aquém do que seria justo numa sociedade decente. Um partido do socialismo democrático, da família dos verdadeiros social-democratas e dos trabalhistas, só pode continuar a fazer sentido, só pode continuar vivo na dinâmica da sociedade em que se integra, se tiver a coragem de querer ser transformador. A nossa ação como Partido Socialista continuará a fazer sentido se formos capazes de contribuir para transformar o país, e o mundo, para melhor – o que não se fará sem melhorar a vida das pessoas reais e concretas. Transformar a economia, para que, criando mais valor, seja capaz de retribuir mais justamente o que os trabalhadores produzem. Transformar o quotidiano, para que as pessoas tenham mais tempo para si, para a sua família, para a sociabilidade, em vez de se consumirem completamente no trabalho e no transporte. Transformar o mundo, fazendo do nosso país um vetor de ação pela paz, no quadro de instituições internacionais multilaterais que funcionem, sem nos rendermos à inevitabilidade da guerra e sem cedermos a qualquer complacência com os agressores, em qualquer ponto do mundo. Transformar a democracia, para que ela seja cada vez o espaço onde todos têm vez e voz, cada vez mais em todos os sítios da vida pública.

Saibamos voltar a ser, continuar a ser, transformadores, como sempre tem sido o PS. Porque... só é vencido quem desiste de transformar.



# 150 anos de Esperança, 150 anos do Partido Socialista Português<sup>1</sup>

## **José Neves**

---

Fundador do PS. Autor da obra *Partido Socialista, Da Génese à Refundação (1875-1973)*.

**C**omemoramos hoje o aniversário do Partido Socialista Português. É a primeira vez que este evento, ocorrido há 150 anos, é comemorado, no dia exato, em espaço do Partido Socialista na sua fase atual.

Em homenagem ao génio do movimento operário português que foi José Fontana, e em regozijo por este evento histórico, depositemos, em pensamento, um ramo de flores no monumento erigido na praça com o seu nome nesta cidade.

O centenário deste evento foi evocado, em 1979, com a publicação do livro “Cem anos de Esperança”, coordenado pela então jovem Isabel Soares e com prefácio de Mário Soares, que nos recordava: “*desde há mais de cem anos uma esperança abala a terra: o socialismo democrático.*”

E hoje, nesta singela evocação do aniversário dos 150 anos, podemos reafirmar que essa esperança não feneceu, que continuamos empenhados em prosseguir o caminho do socialismo democrático na direção de outra e melhor sociedade – “fraterna, justa e livre.”

---

<sup>1</sup> Este texto serviu de base à intervenção que o Autor proferiu na sessão “150 Anos de Esperança”, realizada a 10 de janeiro de 2025 na Sede Nacional do PS, por iniciativa do *Portugal Socialista*, evocando a fundação do Partido Socialista Português nesse mesmo dia do ano de 1875, a que se associou o debate “Socialismo, Sindicalismo, Democracia e Progresso Social”.

Numa breve síntese, recordemos pontos essenciais do rico património do Partido Socialista Português.

Quando o Partido formalizou a sua constituição, a 10 de janeiro de 1875, já o movimento socialista português tinha cerca de 30 anos de lutas e combates. Com efeito, os pioneiros estiveram integrados nas lutas liberais e no exército da fação dos setembristas.

Entre os pioneiros destacamos Sousa Brandão, jovem militar a que as vicissitudes da luta levaram à sua expulsão do exército. Rumou ao exílio, tendo em Paris completado os estudos e assistido à Revolução de 1848, que muito o impressionou.

Entretanto, nos novos tempos da Regeneração, Sousa Brandão regressa a Portugal, foi reintegrado nas forças armadas, tendo atingido o posto de general.

Brandão adapta em Portugal as doutrinas de que tinha tido conhecimento em Paris, criando o “O Eco dos Operários”, em 1850, o primeiro jornal socialista a difundir ideias socialistas e republicanas.

Outra iniciativa de Sousa Brandão foi a criação do *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, associação que promoveu o associativismo operário.

As associações de operários, quase inexistentes até 1850, principiam então como associações de socorros mútuos ou montepios, trazem para debate questões da área do trabalho e de ordem social e evoluem até à criação de associações de classe.

Contribuíram para esta evolução eventos ocorridos no exterior do país, mas principalmente a criação da Associação Internacional dos Trabalhadores – também conhecida por Internacional. Os socialistas aderiram a esta associação.

José Fontana, Azedo Gneco, Nobre França e o incontornável Antero de Quental promoveram as diligências para acatar a deliberação da Internacional que recomendou “a constituição de partidos socialistas operários por países”.

Vinham de longe as divergências com um agregado de republicanos que defendiam criar primeiro a república e só depois o partido socialista.

Vários episódios e expedientes iam dilatando no tempo o objetivo de criar o partido. Foi numa dessas polémicas sessões que apareceu José Fontana, o eloquente e respeitado socialista, que, ao tomar a palavra deu testemunho da sua experiência como cidadão de uma república: (Fontana, filho de uma portuguesa, nasceu num cantão suíço).

Na ocasião, Fontana declarou: “*sob minha palavra de honra certifico à assembleia que na Suíça os operários sofrem tanto como em Portugal, que*

*são tão desgraçados, tão miseráveis, tão tiranizados, como neste País monárquico, existe o mesmo e grande tirano dos operários – o capital. Enquanto não houver igualdade económica, a igualdade política será uma mentira; enquanto o capital for senhor, o trabalhador será escravo.”*

Com este argumento simples, Fontana pôs termo à controvérsia, os republicanos abandonaram o campo, e a constituição do Partido Socialista Português foi votada por unanimidade.

E assim, no dia 10 de janeiro de 1875, que hoje evocamos, (cito o cronista) “na Carreira do Socorro, por proposta de Azedo Gneco e com o apoio... de José Fontana, cujas palavras tinham verdadeiro peso no meio operário, se constituiu o Partido Socialista Português”. (Atualmente, a Carreira do Socorro é a Rua Fernandes da Fonseca, na zona de Martin Moniz.)

O PSP deixou-nos um legado histórico único. Vejamos alguns exemplos.

Começando pela *área do trabalho*: logo no I Congresso Nacional, em 1877, foi aprovada uma medida que estabelece a paridade de género nas condições laborais: “Igualdade de tempo de trabalho e dos salários das mulheres e dos homens”.

Outro tema nesta área: o horário e limite de horas de trabalho. Os socialistas participam no Congresso da II Internacional, em Paris, que decidiu promover no dia primeiro de maio de cada ano uma campanha internacional, no sentido de reclamar as 8 horas como dia normal de trabalho.

No ano seguinte, em 1890, por iniciativa do PSP, iniciou-se em Portugal a evocação do dia Primeiro de Maio, Dia do Trabalhador.

Esta batalha das oito horas prosseguiu, e quando, numa situação de crise excecional, em 1919, o socialista Augusto Dias da Silva, foi Ministro do Trabalho, como independente, formulou a lei das oito horas, isto é, 8 horas para um dia normal de trabalho, 48 horas por semana.

O mesmo ministro socialista concebeu normas legislativas avançadas no sector do trabalho: os seguros obrigatórios. Medidas inéditas na área da legislação social, foram mais tarde designadas por Segurança Social.

Segundo a professora catedrática Mariam Halpern Pereira, estas leis colocaram o nosso País “na vanguarda no plano legislativo”, juntamente com os países mais avançados.

Ainda na área do trabalho, registe-se também que as associações de classe deram origem ao movimento sindical em Portugal. E a maioria das associações de classe foram criadas no PSP.

Com efeito, por proposta da Federação das Associações Operárias de Lisboa, o Partido realizou o Congresso Nacional Operário, em 1909.

Aberto o Congresso por Azedo Gneco, dirigente socialista e operário, a comissão revisora de mandatos não aceitou os delegados pertencentes a agrupamentos políticos.

Os socialistas não aceitam a proposta, e os proponentes, anarquistas e republicanos, abandonam o Congresso.

Esta foi uma derrota significativa para o PSP, com repercussões no tempo. A historiadora Fátima Patriarca, conhecedora de como as ações dos socialistas têm sido ignoradas, imputa aos anarquistas e comunistas a orientação para desvalorizar as teses e métodos da corrente reformista.

Por isso, dedica-lhes, num dos seus trabalhos, cerca de duas dezenas de páginas, começando sob a rubrica “*Socialistas: os Omitidos da História*”.

Já referimos os adversários, e até inimigos, que o PSP soube enfrentar. O difícil foi defrontar-se com a ditadura fascista de Salazar, que em 1933 ilegalizou o movimento socialista.

Todavia, os socialistas não vergaram, envolvem-se em combates contra a ditadura e o ideal do socialismo não submergiu.

Entretanto, nos anos 40 do Século XX, são feitas tentativas para recriar o Partido Socialista Português, mas a repressão aniquilou todas as iniciativas.

Se hoje estamos aqui a evocar o PSP, isso deve-se à estratégia e presciência política de Mário Soares, que conduziu à fundação do PS na sua fase atual.

Quando a Ação Socialista Portuguesa foi fundada sob a liderança de Mário Soares, com Tito de Morais e Ramos da Costa, em 1964, o texto fundador declarava que esta, a ASP, “pretende ser o núcleo polarizador do futuro Partido Socialista Português”.

Como sabemos, em 1973, a ASP transformou-se em Partido Socialista. E, deste modo, foi refundado o PSP para prosseguir os desígnios da história.

Quando o Governo do PS assume funções em 1976, tinham passado 101 anos desde a fundação do PSP. Mais de um século de oposição, lutas políticas, combates contra a opressão da ditadura, batalhas pelo socialismo democrático.

Viva o socialismo!

# O PS e o Socialismo Democrático e Autogestionário, 4 Notas

## **José Leitão**

---

Fundador do Partido Socialista. Fundador da JS, foi seu Secretário-Coordenador. Membro da Comissão Nacional do PS.

**1**. A autogestão surge desde logo referida na Declaração de Princípios aprovada na clandestinidade<sup>1</sup> no seguinte contexto: “3. (...) o Partido Socialista propõe-se fazer a síntese das várias correntes que aspiram ao socialismo em liberdade. Tanto as que acentuam a necessidade de instituições que garantam o pluralismo político e ideológico, o exercício do poder por delegação representativa do sufrágio universal, a separação de poderes, o controle do executivo pelo legislativo, como as que defendem a exigência de democracia local, da democracia direta na base, da iniciativa sindical, dos conselhos operários, do cooperativismo, da autogestão (...)”

Este número 3 da Declaração de Princípios foi muitas vezes citado em tomadas de posição e tinha na sua redação a inspiração do Mário Sottomayor Cardia e do António Reis.

Refira-se que este número 3 não sofreu qualquer alteração no I Congresso na legalidade, realizado em dezembro de 1974.

Mário Sottomayor Cardia, no seu livro, *Por uma Democracia Anticapitalista*<sup>2</sup>, que teve imensa importância na época, apesar da PIDE ter apreendido a maioria dos exemplares que encontrou, afirmava: “(...) O

---

<sup>1</sup> Cf. *Declaração de Princípios e Programa do Partido Socialista*, Textos “Portugal Socialista”, setembro de 1973, p. 5, Roma, Itália.

<sup>2</sup> Seara Nova, Lisboa, 1973, p. 62.

apelo à democracia direta na base, à iniciativa sindical, aos conselhos operários, à autogestão, numa palavra, a uma participação criadora e dinâmica dos trabalhadores, conta-se entre os aspetos mais positivos e inovadores do socialismo contemporâneo e sublinha os momentos subjetivos e espontâneos da liberdade.(...)”.

António Reis, no ensaio *O Marxismo e a Revolução Portuguesa*<sup>3</sup>, situa a autogestão no Partido Socialista no contexto das correntes neomarxistas que com outras nele confluíram na sua formação.

Neste texto de António Reis, a autogestão, como uma componente de um projeto de socialismo democrático, aparece como o horizonte, a longo prazo, do socialismo democrático.

**2.** A passagem da referência à autogestão para o socialismo autogestionário processou-se em paralelo, mas de forma mais radical, na Juventude Socialista.

O comunicado da Comissão Executiva da Juventude Socialista publicado no Portugal Socialista de 5 de maio de 1974, inspira-se no ponto 3 da Declaração de Princípios referindo, nomeadamente, a “exigência de democracia local, de democracia direta na base, da iniciativa sindical, dos conselhos operários, do cooperativismo e da autogestão.”

Já em 23 de julho de 1975, o Secretariado Nacional Executivo da Juventude Socialista (SNE), afirmava num comunicado: “(...) O SNE da JS sabe que os jovens socialistas têm consciência de que a luta por um socialismo democrático e autogestionário mobiliza todos os dias mais jovens trabalhadores e estudantes, que rejeitam a social-democracia e o capitalismo de Estado”.

A publicação dos comunicados da JS entre maio de 1974 e setembro de 1975<sup>4</sup> é antecedida de um prefácio em que se afirma: “Assiste-se, através da sua leitura, à formulação clara e contínua de uma opção pelo Socialismo Democrático e Autogestionário, que permita o exercício do poder democrático dos trabalhadores”. Acrescenta-se: “A denúncia do carácter neocapitalista da social-democracia, do capitalismo de Estado e do estalinismo.” Mas, o leninismo também era criticado “na linha da melhor tradição marxista e luxemburguista”. Recorde-se que a direção da Juventude Socialista tinha inclusive editado um pin da Rosa Luxemburgo.

O II Congresso da Juventude Socialista, realizado nos dias 12, 13 e 14 de novembro de 1976, nos Olivais, em Lisboa, marcado pelo confronto com

3 *O Marxismo e a Revolução Portuguesa*, Edições Portugal Socialista, 1978, p.37. A RTP tem um registo da conferência em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/o-marxismo-e-a-revolucao-portuguesa>

4 *Documentos I*, edição Juventude Socialista.

uma linha em que para nós era evidente a presença de uma corrente trotskista lambertista, foi o momento para afirmar com clareza uma opção por um socialismo democrático e autogestionário.<sup>5</sup>

O socialismo por que lutamos era, no Programa apresentado por Alberto Arons de Carvalho nesse II Congresso da JS, definido “por um socialismo democrático, autogestionário e revolucionário, por uma verdadeira democracia socialista, através do desenvolvimento do poder democrático dos trabalhadores.”

“O socialismo constrói-se através da luta dos trabalhadores, dos jovens e das mulheres, de todos aqueles que são vítimas da desigualdade, da opressão, da hierarquia e da exploração que caracterizam as relações de produção capitalista.”

A preocupação de conjugar a democracia de base e a democracia ao nível do Estado era enunciada desta forma: “A Juventude Socialista bate-se pela conjugação da democracia de base, exercida através das comissões de trabalhadores e de moradores, em cooperativas de camponeses democraticamente geridas, nas formas de controle operário e autogestão, nos sindicatos democráticos, com a democracia de Estado, que traduz a vontade política das massas populares através do sufrágio universal, direto e secreto para a eleição da Assembleia da República e dos órgãos democráticos das autarquias locais.”

O “Jovem Socialista”, jornal da Juventude Socialista, criado em setembro de 1975 e que se vendia nas bancas de jornais ao lado dos outros jornais, e que foi nessa época dirigido por José Leitão, procurou contribuir para afirmar a autonomia do projeto socialista da organização, preocupando-se em divulgar textos doutrinários socialistas de referência. Para além dos textos de vários dos autores publicados, os editoriais do diretor eram também informados pela opção pelo socialismo democrático e autogestionário.

Para além disso, José Leitão, que assinava a revista francesa *Faire – mensuel pour le socialisme et l'autogestion*, onde escreviam destacados militantes socialistas franceses identificados com esta orientação, quando chegava um novo número promovia a partilha do seu conteúdo com outros camaradas da Juventude Socialista, como António Costa tem recordado em vários momentos.

Nessa época, a Juventude Socialista editou os primeiros comunicados dos seus órgãos de Direção, entre maio de 1974 e setembro de 1975, mas também a tradução, em português, das *15 Teses sobre Autogestão*,

---

5 A disputa foi muito intensa, a corrente liderada por Alberto Arons de Carvalho venceu o Congresso por cinco votos, tendo-se verificado cinco votos em branco.

que exprimiam o pensamento de uma então influente corrente do Partido Socialista Francês (PSF).<sup>6</sup>

No 3.º Congresso da Juventude Socialista, realizado em Troia, em que foi eleito José Leitão (1978)<sup>7</sup>, manteve-se a opção por uma sociedade socialista democrática e autogestionária, “na prioridade concedida aos problemas do ensino e dos jovens trabalhadores”. O objetivo era ligar a luta dos jovens à construção do socialismo democrático e autogestionário.

No programa apresentado por Margarida Marques no IV congresso, “O Nosso Projeto, A Tua Vontade” (1981) afirmava-se: “O socialismo por que lutamos é liberdade, capacidade de criar, coragem de ser diferente, recusa da exploração e da desigualdade, consciência das possibilidades de fazer novas todas as coisas.” De uma forma mais concreta, acrescentava-se: “A luta pelo socialismo exige a transformação do Estado, articulando o alargamento e aprofundamento das instituições representativas e das liberdades com o desenvolvimento das formas de democracia direta ou autogestionária na base. É este o problema fundamental da construção do Socialismo Democrático.”

No V Congresso Nacional, realizado em Troia entre 3 e 5 de fevereiro de 1984, em que foi eleito José Apolinário, a referência à autogestão deixou de existir, não sendo tema de debate entre as listas candidatas.

**3.** Um grande momento no debate sobre a autogestão no Partido Socialista foi o Colóquio sobre a Autogestão, organizado no Hotel Altis, em Lisboa, com inúmeros participantes, nacionais e estrangeiros, de 6 a 8 de outubro de 1978. Proferiram comunicações, nomeadamente, Mário Soares, Francisco Marcelo Curto, Lucien Pfeiffer, diretor-geral do Agrupamento Francês de Empresas Autogeridas, Yvon Bourdet, Pierre Rosanvallon, do PSF e redator da revista “Faire”, o jugoslavo Belsa Spadijer, da Universidade de Belgrado, Pierre Autexier e Roger Briesch do PSF, que, durante os três dias, debateram questões como: por uma teoria política da autogestão; economia e autogestão; autogestão e experiência portuguesa; intervenções na empresa (controle de gestão, cogestão, cooperativismo, associativismo e sindicalismo).<sup>8</sup>

Na conferência de imprensa que anunciou a realização do Colóquio<sup>9</sup>, Francisco Marcelo Curto, que era acompanhado de José Dias e João Rainho,

6 Edições Jovem Socialista, Lisboa, tradução de *Quinze thèses sur l'autogestion*, edição Le Poing et la Rose, PSF).

7 <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/iii-congresso-da-juventude-socialista>

8 Mário Soares conhecia bem os teóricos da autogestão, tendo proferido em fevereiro de 1974 uma conferência sobre o tema a convite da CFDT – Confederação Francesa Democrática do Trabalho.

9 Diário de Notícias, 5.10.1978, p.2.



como ele membros da Comissão organizadora, sublinhou que “o objetivo cimeiro do Colóquio será a consolidação do socialismo democrático e autogestionário.”

Foram convidados todos os partidos portugueses representados na Assembleia da República, representantes dos partidos socialistas francês, espanhol e italiano, bem como os partidos comunistas desses países e de 34 das empresas em autogestão.

Intervieram nos debates, nomeadamente, Mário Soares, Yvon Bourdet, Belsa Spadijer, José Leitão, Pierre Autexier, António Guterres, Pierre Rosanvallon Florival Nobre, Francisco Marcelo Curto, Diogo Duarte, Emídio Santana, Fernando Queiroz, Maria Emília de Melo.<sup>10</sup>

As estruturas de base também promoveram, nessa época, diversos tipos de iniciativas e havia um interesse em acompanhar as experiências de autogestão, de estudar melhor o que se passava e procurar apoiar essas empresas.

Surgiu assim, em 1978, o CEAG, Centro de Estudos das Empresas em Autogestão.

No preâmbulo dos seus estatutos afirmava-se: “O Centro de Estudos e Apoio à Autogestão<sup>11</sup> constitui-se como organismo necessário ao estudo, apoio e alargamento das experiências autogestionárias que surgiram e se mantêm graças ao 25 de Abril que possibilitou o esboço e o reforço das tentativas de emancipação e autodeterminação dos trabalhadores, em liberdade, e como afirmação democrática da transição para a sociedade socialista.”

O III Congresso do Partido Socialista, realizado em 1979, em Lisboa, reafirmou a defesa da experiência autogestionária, no *Projeto para os Anos 80*, que nele foi aprovado.

A Federação do Partido Socialista de Coimbra, por exemplo, promoveu um Encontro Nacional de Autogestão em Coimbra, em 27 de março de 1982, em que teve um papel muito ativo o então Secretário-Coordenador da Federação, João Fernandes. Em debate estiveram: experiências e sistemas autogestionários no Perú, Jugoslávia e Polónia; as comissões de trabalhadores e a autogestão em Portugal; experiências e medidas legais. Uma dessas medidas era o Projeto de Lei do PS n.º 276/II, Lei das Sociedades em Autogestão.

A seção do Partido Socialista de Benfica e São Domingos de Benfica promoveu uma visita solidária a uma empresa fabril em autogestão e a

<sup>10</sup> Cf. Casa Comum, Fundação Mário Soares e Maria Barroso, Pasta 0475.010 Fundo: Francisco Marcelo Curto.

<sup>11</sup> Esta documentação pode ser consultada no Arquivo Casa Comum, Fundação Mário Soares e Maria Barroso.

uma herdade agrícola gerida pelos trabalhadores, no Alentejo, que mobilizou um grande número de militantes.

O acompanhamento e a solidariedade com as empresas em autogestão era também feita através dos mecanismos institucionais.

Vários deputados socialistas acompanhavam as experiências autogestionárias e chamavam a atenção da Assembleia da República para a necessidade de as apoiar.

A Comissão Parlamentar de Trabalho, presidida por Francisco Marcelo Curto, promoveu uma Visita a Empresas em Autogestão nos dias 19, 20, 21, e 23 de fevereiro de 1979. A Comissão nomeou uma Subcomissão encarregada de organizar um programa para o efeito, tendo, por unanimidade, efetuado visitas a: Sopepor – Sociedade Comercial de Pesticidas (Almeirim); Centro Metalúrgico Torrejano (Torres Novas); Confecções Herte (Porto); Neolux (Porto); Tripla – Transformadora Industrial de Plásticos, Ld.<sup>a</sup> (São Mamede de Infesta); A Vigorosa – Espinho; Santos Leite & Irmão, Ld.<sup>a</sup> (São João da Madeira); Ré Maior (Coimbra); Unop – Cooperativa Embalagem União Operária (Lisboa); Hotel Baía (Cascais); Atlantic – Fábrica Lusitana de Tintas e Vernizes, Ld.<sup>a</sup>(Albarraque). Nesta lista é manifesta quer a diversidade dos setores de atividade, quer a sua distribuição por todo o país.<sup>12</sup>

A visita destinava-se “a conhecer mais de perto a situação das empresas em autogestão geridas por trabalhadores e abrangidas pela legislação que esta Assembleia aprovou “.

As empresas privadas em autogestão eram diferentes das empresas agrícolas autogeridas na Zona da Reforma Agrária. Neste caso, a posse útil e gestão dos trabalhadores agrícolas exercia-se sobre terra nacionalizada.

A legislação que foi sendo publicada tinha por objetivo essencial criar condições para que as empresas privadas em autogestão pudessem prosseguir a sua atividade.

A Lei n.º 68/78, de 16 de outubro, aplicava-se apenas às empresas e estabelecimentos comerciais, industriais, agrícolas ou pecuárias em que, por uma situação de facto não regularizada ainda nos termos gerais de direito, os trabalhadores assumiram a gestão entre 25 de abril de 1974 e a data da entrada em vigor dessa lei, sob forma cooperativa, autogestionária ou qualquer outra, tenham ou não sido credenciados por qualquer Ministério.

---

12 Cf. Dossier “Visita A Empresas em Autogestão”, Divisão de Relações Públicas da Assembleia da República, 1979. A Comissão Parlamentar de Trabalho depois desta visita recebeu em audiência, em 19 de abril de 1979, os empresários das empresas em autogestão, cuja gestão tinha sido assumida pelos trabalhadores.

Esta lei, apesar disso, era um “estatuto provisório da autogestão”<sup>13</sup>, avançando-se na densificação da autogestão como um instituto jurídico, mesmo se o que está em causa é uma regulação provisória.

A preocupação em estudar e promover formas de apoio técnico, económico e financeiro às empresas em autogestão e de estudar e desenvolver a figura jurídica e económica da autogestão tinha paralelamente levado à criação do Instituto Nacional das Empresas em Autogestão (INEA), da iniciativa de deputados socialistas<sup>14</sup>.

Faltava dar mais um passo decisivo, criar a figura jurídica das sociedades em autogestão. Nesse sentido, foi apresentado, na I legislatura, o Projeto de Lei n.º 519/I, Lei das Sociedades em Autogestão<sup>15</sup>, um projeto que apesar do peso político dos seus subscritores<sup>16</sup> não logrou ser discutido até ao final da legislatura.

O art.º 1.º definia assim esta nova figura de sociedade: “1. As sociedades em autogestão são aquelas em que os sócios se obrigam a contribuir com o seu trabalho para o exercício em comum, e em moldes empresariais, de uma certa atividade económica, com iguais direitos de gestão e repartição igualitária dos benefícios resultantes.”

Para caracterizar este tipo de sociedades definiam-se os princípios a que obedecia a sua constituição e funcionamento, que eram os seguintes: participação plena, e em condições de igualdade, de todos os sócios na vida da sociedade; repartição igualitária dos benefícios; interesse social da atividade prosseguida, solidariedade entre os sócios e as sociedades em autogestão; valorização económica, técnica e profissional contínua; dignificação do trabalho e dos trabalhadores; valorização e difusão das experiências autogestionárias”. (art.º 3.º)

Este projeto de lei não foi discutido, tendo sido repostado na II Legislatura, quase sem alterações, dando origem ao Projeto de Lei n.º 276/II, Lei das Sociedades em Autogestão<sup>17</sup>, não tendo dado lugar a uma lei, que organizaria de forma sólida as empresas em autogestão, como elemento dinâmico do setor social que se queria viesse a ser predominante.

<sup>13</sup> Ibidem, pp. 267 a 283.

<sup>14</sup> DR I Série, número 237, sábado, 14 de outubro de 1978.

<sup>15</sup> Vide Diário da Assembleia da República, 2.º Série, n.º 73, pp 1256 e seguintes.

<sup>16</sup> O projeto era subscrito pelos deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista: Francisco Marcelo Curto, Carlos Lage, Tito de Morais, Manuel Alegre, José Leitão, António Arnaut, Almeida Santos, João Cravinho e Amadeu Cruz.

<sup>17</sup> Vide Diário da Assembleia da República, II Série, n.º 19, quarta-feira, 25 de novembro de 1981, II Legislatura, 2.º Série Legislativa (1981-1982). Foi subscrito por Francisco Marcelo Curto e mais dez deputados socialistas.

**4.** Depois das eleições legislativas realizadas em 5 de outubro de 1980, em que a Aliança Democrática voltou a ganhar, reforçando a sua votação face à FRS – Frente Republicana e Socialista, estávamos num período de refluxo dos movimentos sociais, e que se traduzia no estado de espírito dos militantes.

Alguns de nós, que tínhamos procurado manter viva a luta pelo socialismo autogestionário, sentíamos que as experiências de autogestão nas fábricas e nos campos estavam cada vez mais ameaçadas, e que o debate político se orientava para uma consolidação da democracia ao nível do Estado, mas com o apagamento das formas de democracia a nível da base, com exceção do poder local democrático, uma grande conquista do processo revolucionário iniciado com o 25 de Abril de 1974.

Mesmo as comissões de trabalhadores, por vezes hostilizadas pelos sindicatos, não mostravam ter força para abrir caminho a formas duráveis de participação dos trabalhadores a nível da gestão das empresas.

Nessa altura, um conjunto de socialistas autogestionários publicaram um artigo, intitulado, “Autogestão-caminho aberto para o futuro”<sup>18</sup> que era ao mesmo tempo um ponto de situação do caminho percorrido e uma indicação de alguns passos a dar, mas que, infelizmente, não foram dados. Era, de certa forma, um testemunho para memória futura.

Começávamos por reagir face à desinformação relativa às experiências de autogestão, dando exemplos de boas práticas.

Procurámos situar as situações de autogestão empresarial, num quadro mais amplo, afirmando: “(...) Pensamos que o movimento das empresas em autogestão se integra no mesmo impulso em que se integram as comissões de trabalhadores das outras empresas(...) e dos serviços públicos, bem como as cooperativas operárias de produção e, no mundo rural, as unidades agrárias geridas por trabalhadores. E não podem ser separadas, numa análise correta, de fenómenos análogos no campo extra-produtivo, como as associações e comissões de moradores, as cooperativas de consumo, de habitação e culturais. (...)”.

O artigo terminava com uma lista de medidas que, entendíamos, o Partido Socialista devia promover na legislatura seguinte, e que não vieram a concretizar-se.

Apesar disso prosseguiram as iniciativas dos militantes para quem o socialismo democrático tinha como horizonte a autogestão.

---

18 O Jornal, 14.11.1980, p.4. Diogo Duarte, Fausto Lima, José Dias e José Leitão. Este artigo foi indicado como referência por J. Simões Patrício, Curso de Direito Económico, 2.ª edição revista e atualizada, AAFDL, 81-82. Lisboa.

José Leitão e Marcelo Curto apresentaram moções ao Congresso do Partido Socialista, e também da FAUL (Federação da Área Urbana de Lisboa) do Partido Socialista, mantendo presente a referência ao socialismo autogestionário.

Desde logo, no IV Congresso do Partido Socialista, um dos mais importantes na história do PS, realizado no Coliseu de Lisboa (1981), centrado no confronto entre Mário Soares e o ex-Secretariado, a que correspondiam respetivamente as moções “Novo Rumo para o PS” e “Um partido forte, um projeto claro. Democratizar e renovar para vencer”, os socialistas autogestionários marcam presença com duas moções:” Por um projeto Socialista, por um Partido de Militantes”, encabeçada por José Leitão<sup>19</sup> e “Esquerda Laboral”, encabeçada por Marcelo Curto<sup>20</sup>.

Mas tornava-se claro que o coração do Partido Socialista estava cada vez mais centrado nas autarquias locais e que, depois do acordo com o FMI e das vitórias da Direita, vivíamos um período que Mário Soares identificou como o da necessidade de “meter o socialismo na gaveta”.

Ainda houve uma tentativa de continuar a aprofundar o debate, com a publicação de revista “Socialismo & Política” (1983), dirigida por Francisco Marcelo Curto, que no editorial do número 1<sup>21</sup>, referia a intenção de “discutir e apresentar com seriedade e rigor, a ideologia, a cultura e as experiências do(s) socialismo(s) que há mais de cem anos crepitam no espírito dos seus doutrinadores e nas lutas dos que conseguiram aplicar (...)”. Os colaboradores eram não apenas socialistas autogestionários do PS, mas também personalidades de outras correntes da esquerda alguns dos quais não se identificavam com essa orientação.<sup>22</sup>

A autogestão tece, contudo, um lugar destacado na revista. No primeiro número, foi publicado um artigo de Pierre Rosanvallon, “*Relações entre*

19 A moção de estratégia política e de revisão estatutária, que tinha em antetítulo “Dar a Palavra aos Trabalhadores e aos Militantes”, foi apresentada por António Andrade Afonso, Aquiles de Oliveira, Costa Moreira, Diogo Duarte, Fernando Loureiro, José Franco, José Leitão, Maria Augusta Soares, Rui Aço e Rui Cunha. Francisco Ramos da Costa, um dos fundadores da ASP, declarou nessa altura que embora apoiasse a moção do ex-Secretariado, no confronto interno se sentia próximo desta moção por defender, como ele, um socialismo de base. Esta mesma corrente nas eleições no congresso extraordinário da FAUL, realizado pouco depois, apresentou uma moção intitulada “Dinamizar a FAUL”, sendo a que teve menos votos contra a seguir à moção vencedora “Novo Rumo”, ficando à frente da apresentada pela Esquerda Laboral. Cf. O Jornal, 24.07.1981.

20 Os textos políticos fundamentais da “Esquerda Laboral” estão publicados em livro com o título “Para a história do PS: Textos da Esquerda Laboral”, Coleção República e Resistência.

21 Abril, maio, junho, 15-4-1983.

22 Colaboradores: Aquiles de Oliveira, José Leitão, Fernando Loureiro, Kalidás Barreto, Isabel do Carmo, Augusto Mateus, Carlos Antunes, Mário Mesquita, Vítor Wengorovius, Eduardo Graça E Vasco Pinto de Sousa.

*Economia e Autogestão*<sup>23</sup>, e um outro de Francisco Marcelo Curto, intitulado “*Autogestão: A Experiência Portuguesa (situação em 1978)*”<sup>24</sup>.

No segundo número<sup>25</sup>, Lucien Pfeiffer publicou “Organização da Empresa em Autogestão”<sup>26</sup>.

No mesmo número, Isabel do Carmo publicou um artigo “Entre o Hoje e o Socialismo”, em que acentuou a diferença entre os conselhos operários e a autogestão e em que afirmava “A autogestão generalizada não é o socialismo, porque a autogestão é apenas uma parte do Poder.”

No último número, o número 3,<sup>27</sup> foi publicado um artigo de José Leitão, intitulado “Conselhismo e Socialismo Autogestionário”. Era uma resposta a Isabel do Carmo.

O fim desta revista era mais um sinal de que o socialismo, a breve prazo, não ia sair da gaveta.

A opção pelo socialismo democrático e autogestionário contribuiu para afirmar a originalidade e a autonomia do projeto socialista no quadro da esquerda, nesse período profundamente revolucionário.

Era a opção por um socialismo libertador e não liberticida, que valorizava a subjetividade individual no processo histórico e procurava sínteses entre uma inspiração liberal traduzida nas instituições de democracia representativa e uma inspiração libertária que animava as formas de participação a partir da base, falava-se, por vezes de socialismo de base.

Para os socialistas democráticos e autogestionários, o futuro do socialismo era mais e melhor democracia a nível da sociedade e do Estado, a autogestão socialista.

As interrogações que todas estas memórias podem suscitar serão: como desapareceu esta perspetiva autogestionária no projeto socialista, se é que ainda podemos falar de projeto socialista, ou se devemos falar apenas de programas socialistas, para alguns, de programas sociais-democratas.

A referência à autogestão continua adormecida na Constituição da República Portuguesa, mas a aspiração a formas de democracia de proximidade permanece muito viva.

Se o socialismo democrático tiver futuro, no que continuamos a acreditar, a autogestão voltará a ser o horizonte do socialismo democrático.

---

23 Comunicação apresentada no Colóquio sobre a Autogestão, organizado pelo PS em outubro de 1978, publicado nesta revista.

24 Comunicação apresentada no Colóquio sobre a Autogestão, organizado pelo PS em outubro de 1978, publicado nesta revista.

25 Julho, agosto, setembro de 1983.

26 Comunicação apresentada no Colóquio sobre a Autogestão, organizado pelo PS em outubro de 1978, publicado nesta revista.

27 De outubro, novembro e dezembro de 1983.

# CIÊNCIA E DEMOCRACIA

---





# *Ciência e Democracia*

**Porfírio Silva**

---

**N**uma perspetiva cínica, o ataque feroz que o presidente dos EUA desencadeou contra as instituições académicas e científicas do seu país poderia ser visto pelos países democráticos da Europa como uma oportunidade de beneficiarem do contributo de mais cientistas, aqueles que já optaram por encontrar outro país para investigar ou que ponderam fazê-lo. Alguns países europeus já estão a desenvolver medidas para tentar efetivar essa atração de cientistas americanos. Contudo, embora seja oportuno tentar criar alternativas a quem tenha de deixar solo americano para poder prosseguir o seu trabalho académico e científico – e Donald Trump já está a tentar forçar a saída de estrangeiros, começando pela Universidade de Harvard, o que, numa primeira fase, foi travado pelos tribunais – não deixa de ser chocante verificar como as políticas públicas de um país tão poderoso podem tornar-se vulneráveis aos vetores mais irracionais do populismo extremista.

O negacionismo da ciência tornou-se parte do arsenal do populismo de extrema-direita. Negacionismo da ciência não é negar que a ciência saiba tudo, ou negar que a ciência tenha certezas definitivas, porque qualquer cientista, mesmo aprendiz, deve estar ciente de que a obra da ciência não é a certeza nem a pretensão do absoluto. O negacionismo da ciência tornou-se uma peça de um mecanismo de desprezo sistemático

pelo conhecimento, da manipulação intencional de narrativas fantasiosas para explorar a ignorância e o medo – e para potenciar o preconceito, depois usado como ferramenta de divisão e polarização. Nem mesmo as consequências visíveis de algumas formas extremas de negacionismo (por exemplo, quando a desconfiança radical das vacinas se paga em vidas humanas que poderiam ter sido salvas por essas mesmas vacinas) travam o uso que o extremismo populista de extrema-direita faz do negacionismo. Tudo se torna mais assustador quando o desprezo pela ciência, mais refinado ideologicamente e com claros propósitos políticos, se torna política pública de uma grande nação como os Estados Unidos da América.

A Administração Trump, nesta “segunda edição revista e aumentada”, introduziu cortes brutais em agências federais que são instrumentos de ação pública relevantes para o impacto do conhecimento científico na sociedade, tais como os National Institutes of Health (Institutos Nacionais da Saúde), a National Science Foundation (Fundação Nacional da Ciência), a National Oceanic and Atmospheric Administration (Administração Nacional Oceânica e Atmosférica) ou a por cá mais conhecida NASA, National Aeronautics and Space Administration (Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço). Os cortes orçamentais a estas agências vão dos 25% até mais de 50% em relação às dotações anteriormente em vigor.

Evidentemente, dado que não há investigação científica sem investigadores, os cortes brutais traduziram-se em demissões em massa, que abrangeram o conjunto dos serviços federais, não apenas os investigadores. Falamos de muitos milhares de postos de trabalho destruídos. Segundo algumas fontes, e apenas para dar exemplos, os Institutos Nacionais de Saúde serão afetados pela planeada redução de 5000 funcionários (1000 já foram), na Administração Nacional Oceânica e Atmosférica já foram dispensados quase 900 funcionários (afetando áreas críticas, como o Centro Nacional de Furacões), na Agência de Proteção Ambiental a demissão de mais de 1000 funcionários afetou os trabalhos sobre poluição e saúde pública, no Instituto Nacional de Segurança e Saúde Ocupacional foram dispensados mais de 90% dos funcionários, provocando o encerramento de programas essenciais de segurança no trabalho, ...

Não obstante a brutalidade destes números, é preciso sublinhar que esta política de Trump não é “apenas” uma política como a dos “cortes das gorduras do Estado”, um chavão utilizado há alguns anos em Portugal pela direita tradicional (não, nessa altura, pela extrema-direita populista assumida como tal) para atacar genericamente a capacidade do Estado para prestar serviços públicos capazes. Nem é, em rigor, uma ampliação da desastrosa política de “excelência” levada a cabo pelo ministro Nuno Crato,

no governo de Pedro Passos Coelho (que, aparentemente, está a ser retomada pelo ministro Fernando Alexandre, do governo de Luís Montenegro), que destruiu dezenas de centros de investigação por todo o país por causa de uma ideia primária de “meritocracia” que pensava que uma atividade complexa como a investigação científica podia progredir só com as unidades classificadas como “excelentes” e provocando uma razia no tecido científico. A orientação de Trump não pretende atacar a ciência sem critério, ela tem certos critérios, se é que a isto se pode chamar critério: o que se prossegue é uma agenda ideológica para podar a investigação dos ramos cujos objetos de estudo desagradam aos preconceitos ideológicos do Presidente. Temas de pesquisa, palavras específicas, foram banidas. Não por critérios científicos, mas por pura arbitrariedade política ideologicamente determinada. Interferência política na ciência, censura, ataques à integridade científica (por exemplo, revogação de normas que preveniam a interferência política na ciência), desestabilização de instituições académicas (corte de financiamento federal, prometidos ou já concretizados, e medidas punitivas, como a tentativa de proibir o acolhimento de estudantes estrangeiros, em causa neste momento para a Universidade de Harvard, com motivações políticas persecutórias), são dimensões assustadoras do ataque antidemocrático de um governo de turno à liberdade académica e à ciência.

A ciência não é a democracia, até porque a ciência também já serviu (e ainda serve) regimes totalitários horríveis. A ciência pode ser utilizada para fazer o bem e para fazer o mal. A ciência não garante certezas, não garante a felicidade e nem sempre é orientada para servir o aumento do bem-estar de todos. A ciência pode, por vezes, ser arrogante: arrogância epistémica, pretensão a ser fonte exclusiva de sabedoria (que não é, nem deve ser), falhas em detetar as ervas daninhas no seu território, pode equivocar-se eticamente em certos momentos ou ser explorada para desenvolvimentos errados noutros momentos.... Afinal, a ciência é um empreendimento humano. É revisível. E revê muitas vezes aquilo que considera ser conhecimento. Não obstante, é um daqueles campos da ação humana onde mais se consegue praticar a autocorreção sistemática, onde o erro está menos imune à avaliação e à superação, onde o confronto entre as ideias e o mundo prático tem mais influência no caminho árduo de substituir ilusões por concretizações. Nesse sentido, a ciência, mesmo contaminada pelo poder – poder político, poder económico – ainda é uma atividade humana, um produto da humanidade organizada em comunidade, que mais importa a sociedades democráticas.

Há, pois, todas as razões, hoje mais do que nunca, para pensarmos a relação entre ciência e democracia. Neste pequeno dossier, sem pretensão de completude, reconhecendo que muitas outras facetas da problemática mereciam ser desenvolvidas, abrimos uma linha nova para a revista de reflexão política do Partido Socialista, o *Portugal Socialista*.

Uma conversa com Alexandre Quintanilha, um prestigiado cientista português, com sólida experiência internacional (nomeadamente, nos EUA), com vasta intervenção cívica, que já foi deputado do PS e Presidente da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, abre uma introdução genérica a algumas questões relevantes deste campo (muitos delas a merecer posterior aprofundamento).

Sendo necessário fazer escolhas, condicionadas até pelo espaço disponível, escolhemos dar um destaque particular aos desafios (e também às oportunidades) que representa a Inteligência Artificial, hoje e no futuro, para as democracias.

Alexandra Leitão, que escreveu ainda na qualidade de líder parlamentar do PS na Assembleia da República, mistura a sua sensibilidade política ao seu trabalho académico e de investigação no campo do Direito, para nos oferecer um texto de perspetivas largas acerca das questões que a IA coloca à democracia.

O filósofo basco, atual titular da Cátedra Inteligência Artificial e Democracia do Instituto Europeu de Florença, Daniel Innerarity, escreveu para esta revista um texto original que tem a potencialidade de reorientar muito do pensamento corrente acerca da relação entre as “máquinas inteligentes” e as dinâmicas democráticas nas nossas sociedades, trazendo formulações novas para questões que, por vezes, parecem, no debate público, estar gastas e resolvidas – e, assim, obrigando-nos a reconsiderar, a pensar de novo.

E a conversa continuará...

# Entrevista com Alexandre Quintanilha

O Professor Alexandre Quintanilha é um cientista, português, com vasta experiência internacional, designadamente nos Estados Unidos da América, que nos habituámos a ouvir, também, como uma voz cidadã, sempre empenhado na promoção de uma cultura democrática que não se cansa de se alimentar da procura do conhecimento. Para não nos determos no seu longo currículo académico e científico, digamos, apenas, aqui, que é Professor Jubilado do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto.

Na sua atividade política, foi Deputado à Assembleia da República, eleito pelo Porto nas listas do Partido Socialista. Foi Presidente da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência.

O papel da ciência, do conhecimento, numa sociedade democrática, e nas instituições da democracia, é uma das suas preocupações permanentes. Esse interesse, e a sua permanente dedicação cidadã à procura do bem comum, justificam a escolha de abrir este pequeno conjunto de textos sobre *Ciência e Democracia* com esta entrevista, conduzida pelo diretor do *Portugal Socialista*, Porfírio Silva.

\*

**Portugal Socialista** – *No momento atual, é impossível falar de ciência e democracia sem pensar no que se está a passar nos Estados Unidos da América, sob a segunda presidência de Donald Trump. Conheces bem a situação nesse país, tens uma longa experiência lá, também como cientista: como avalia a situação atual sob os efeitos da Administração Trump, no que toca, precisamente, à relação entre ciência e democracia?*

**Alexandre Quintanilha** – As instituições que eu conheci melhor e com as quais mantive interações significativas, nas décadas de 70 e 80, foram: National Institute for Health (NIH), Environmental Protection Agency (EPA), National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA), Department of Energy (DoE) e a National Academy of Science (NAS). Em todas elas, as estruturas de aconselhamento científico incluíam investigadores reconhecidos e respeitados internacionalmente. As recomendações que resultavam do trabalho dessas estruturas de aconselhamento tinham, frequentemente, um impacto importante não só a nível nacional, mas também a nível internacional. E havia colaboração com instituições análogas por esse mundo fora. A Casa Branca nem sempre acatava essas recomendações, mas quando tentava interferir (ou interferiria mesmo) na redação final dos relatórios, a reação da comunidade académica era forte e tinha grande visibilidade mediática. Na maioria das questões, no confronto entre os interesses económicos e o conhecimento, era possível o diálogo e o consenso. Esta situação manteve-se praticamente inalterada até fins de 2024.

Atualmente, a sensação que prevalece na esmagadora maioria da comunidade científica é a de que o conhecimento é irrelevante e de que tudo o que possa interferir com a ideologia “residente” na Casa Branca tem de ser ou desacreditado, ou, no mínimo, ignorado. As alterações climáticas e a importância das vacinas são dois dos exemplos mais emblemáticos. Mas a interferência nas escolas e nas universidades, assim como nas bibliotecas, é dramática. Assim como nos direitos das mulheres e das minorias.

Penso que, a longo prazo, o impacto das decisões dum Supremo Tribunal de Justiça em que a maioria dos Juízes foram nomeados por presidentes republicanos, será o de um retrocesso no domínio do social e das liberdades individuais. O reverter da decisão sobre o direito das mulheres à interrupção voluntária da gravidez (caso *Roe versus Wade*) foi talvez o mais visível e dramático. Tenho dificuldade em prever, mas muitos americanos estão muito preocupados com o que pode aí vir.

É importante recordar, no entanto, que existe uma independência significativa dos Estados em relação ao governo Federal e que muitos estão a usar essa independência para manterem os ganhos consolidados durante

as últimas décadas. A Califórnia, que eu conheço bem, está a tentar resistir, mas não é fácil.

O discurso inaugural de Thomas Jefferson na ocasião da abertura da Universidade da Virgínia, que ele criou em 1819, e que foi a primeira universidade secular dos EUA, é um dos textos mais inspiradores que eu conheço sobre o papel do conhecimento na formação dos cidadãos. Ver o que está a acontecer hoje enche-me de tristeza.

**Portugal Socialista** – *Não só por causa do que se está a passar nos EUA, neste nosso tempo histórico a ciência parece, por um lado, uma força poderosa (um pilar do poder político, do poder económico, da dominação humana sobre a natureza, capaz de nos levar para além do nosso planeta) e, por outro lado, um gigante frágil, ou, pelo menos, fragilizado no seu estatuto, relativizada em sociedades dominadas pela opinião instantânea e inconsequente. O que faz com que a ciência seja, ao mesmo tempo, tão poderosa e tão frágil?*

**Alexandre Quintanilha** – Eu, se calhar, começava por falar um pouco aquilo daquilo que considero que seja a importância da ciência, a importância do conhecimento em geral. Quando pensamos sobre qual é o processo que usamos para chegar ao conhecimento, o processo científico de chegar ao conhecimento, ele é quase igual em todos os domínios, desde a física até à medicina, passando pela sociologia, até à filosofia. O processo do conhecimento tem, no fundo, se quisermos simplificar, três fases.

Começa com perguntas: o conhecimento avança porque as pessoas são curiosas, querem saber mais sobre tudo e mais alguma coisa. Vemos isso logo nos bebés, que metem tudo à boca e querem andar, querem ver, querem perguntar. Há pais que se queixam porque os filhos não param de fazer perguntas: porquê? e porquê? e por aí fora. Portanto, há uma fase que tem a ver com a curiosidade, com fazer perguntas.

Há uma segunda fase, novamente em todos os domínios, que tem a ver com tentativas de resposta, quer dizer, são invocadas hipóteses para responder às perguntas que se fizeram e essas tentativas de resposta têm nomes diferentes nos vários domínios. Nas ciências físicas e biológicas chamam-se hipóteses, nas ciências sociais chamam-se narrativas, na religião chamam-se mitos. São respostas que os seres humanos constroem para ir ao encontro das perguntas que fazem.

E, depois, há uma terceira fase, que é a fase que define aquilo que eu considero ser o rigor da ciência, que é testar essas hipóteses, validá-las. Há hipóteses que podem ser validadas em muito curto espaço de tempo: é fácil demonstrar que a eletricidade produz campos magnéticos à sua volta,

numa simples experiência de garagem, podemos pôr um fio elétrico e pôr uma bússola ao pé e ver que há campos magnéticos a serem produzidos. Há outras hipóteses que levam muito mais tempo a validar.

Em sociologia, perceber qual é a natureza humana já teve muitas respostas, desde Hobbes, que achava que a natureza humana consistia em sermos todos uns trastes e que por isso precisávamos de disciplina, ao Rousseau, que achava que éramos todos umas criaturas maravilhosas e que era a sociedade que nos estragava. E depois, mais recentemente, os dois Watsons. O John B. Watson, que achava que pegava em meia dúzia de bebés e, através da educação, transformava-os no que ele queria – portanto, destacando a importância do ambiente –, e depois o James Watson, que achava que nós não somos mais do que a genética, que não somos mais do que o nosso ADN.

Este é um processo usado na grande maioria dos domínios do conhecimento e é isso que torna, eu diria, a ciência muito robusta. É claro que, depois da validação das respostas, vem a aplicação das descobertas que foram feitas. Acho que é aí é, na aplicação, que vem o poder e, se quisermos, também a fragilidade da metodologia usada pela ciência.

Vejamos o caso da impressora [a invenção da prensa de tipos móveis] por Gutenberg. A nossa civilização não seria a mesma sem essa ferramenta, sem a imprensa, sem podermos ter os livros quase todos que queremos a preços relativamente acessíveis. E, no entanto, há quem pense que a impressora do Gutenberg foi, em grande parte, responsável pelas guerras da Reforma e da Contrarreforma, que duraram 100 anos na Europa e mataram milhões de europeus, porque permitiu que as pessoas lessem o livro, o livro com L grande, a Bíblia, o Velho e o Novo Testamento, na sua língua, em francês, em português, em italiano, sem que precisassem que alguém viesse interpretar o que o livro dizia.

Podemos exemplificar com muitas outras grandes descobertas. A eletricidade. Nenhum de nós vivia no mundo atual sem eletricidade. E, no entanto, há muitos sítios no mundo em que a eletricidade é usada para torturar, para matar pessoas (por exemplo, em vários Estados dos Estados Unidos isso é legal.) Já para não falar da energia nuclear, da engenharia genética, da edição do genoma, da própria inteligência artificial. São tudo ferramentas, que lembram o que disse Francis Bacon: conhecimento é poder. É uma frase que tem 500 anos, não é nada de novo, mas a verdade é que esse poder pode ser usado para construir uma sociedade melhor ou pode ser usado para dominar.

Portanto, o que quero dizer é que é na aplicação do conhecimento que está a questão do poder e da fragilidade da ciência. Como se usa esse



conhecimento, é que o torna, umas vezes, extremamente proveitoso ou útil para as sociedades, outras vezes, dominador, repressivo...

**Portugal Socialista** – *A aplicação do conhecimento, podendo ser benévola ou não, ainda é uma questão dentro do campo do conhecimento. Mas há também o puro e simples desprezo pelo conhecimento, ou, até, a exibição do desprezo pelo conhecimento...*

**Alexandre Quintanilha** – Sim, ainda nem sequer toquei na questão das falsas informações, quer dizer, na deturpação do conhecimento ou da falta de conhecimento. Preocupa-me que, agora, apareçam, na política, pessoas que têm orgulho em ser ignorantes. Isto é uma coisa nova, que, há 30 ou 40 anos, era impossível, ou quase. Existia ignorância, mas os ignorantes escondiam que eram ignorantes, provavelmente alguns até queriam saber mais, enquanto agora exibem que são ignorantes. Basta lembrar os negacionistas na pandemia, incluindo o senhor dos cabelos cor-de-laranja, que achava que devíamos injetar-nos com lixívia e que também não acredita nas alterações climáticas. E, noutro plano, é o mesmo senhor que está a tratar de dismantelar muitas instituições de ciência importantes nos Estados Unidos.

**Portugal Socialista** – *As instituições! A questão da fragilidade da ciência não é só a fragilidade do conhecimento, do processo de construção do conhecimento; é, também, a fragilidade das instituições da ciência, que estão sob ataque. Há uma questão entre a política e a ciência?*

**Alexandre Quintanilha** – Sim. E há um outro aspeto que também temos de tocar. É o tempo. O fator tempo. O conhecimento leva muito tempo. O conhecimento, o evoluir do conhecimento, passa por aquelas três fases, que se repetem. Faz-se a pergunta, imagina-se uma resposta, testa-se a resposta, vê-se se está aproximadamente de acordo com aquilo que se tinha imaginado, e muitas vezes tem que se voltar atrás, fazer novas perguntas, e por aí fora... Ora, o problema é que na política não há o luxo do tempo. Essa foi uma das coisas que aprendi no Parlamento. Uma das coisas que mais me tocaram foi perceber que muitas vezes certas decisões têm de ser tomadas, são necessárias, são mesmo essenciais, e, no entanto, têm de ser tomadas sem que haja todo o conhecimento que gostaríamos de ter para as tomar. Em política, é muitas vezes preciso pensar e tomar decisões sem ter toda a informação que gostaríamos de ter para que essa decisão seja mais robusta. A fragilidade está também nisso. O desencontro

dos tempos. Sabemos que, por vezes, há crises. E as crises não são só económicas. Os políticos são obrigados a reagir, porque se não o fizerem, se não reagirem, deixam de cumprir como políticos.

**Portugal Socialista** – *A pandemia foi um exemplo recente, todos passámos por isso, não se podia esperar por saber tudo para agir.*

**Alexandre Quintanilha** – Mas há outros exemplos. A escolha da energia nuclear como fonte de energia. De repente, desde há 20 ou 30 anos, a energia nuclear voltou ao debate, porque é uma energia que não produz gases de efeito de estufa. Mas tem outros riscos: o lixo nuclear, que leva milénios a desaparecer. Todas as novas ferramentas têm uma parte muito positiva e têm uma parte que às vezes é escondida para poder tomar decisões sem falar das partes negativas.

Outro exemplo: um dos problemas agora na Alemanha e na Dinamarca são as ventoinhas de produção de energia eólica. Aquelas pás envelhecem. E, agora, há lixeiras de pás a que não se sabe muito bem o que fazer. Ou a questão do plástico: o plástico foi uma das grandes invenções da era moderna e agora está por todo lado, está até nos nossos tecidos, está no nosso sangue. Há agora a investigação interessantíssima de produção de novas bactérias, de bactérias sintéticas, que se obtêm alterando o ADN, que digerem o plástico. Isto, para os muito conservadores, que não querem de modo nenhum que se mexa no ADN, é inaceitável. E, no entanto, pode vir a ser uma das formas viáveis para lidarmos com o plástico. E, portanto, o facto de o conhecimento ser muito poderoso, por um lado, e, por outro lado, ter também alguma fragilidade, também está relacionado com o facto de, por vezes, quando são tomadas determinadas decisões, ter que se voltar atrás em relação a elas.

A ciência é muito poderosa por ser a forma melhor que nós temos de construir o conhecimento, sendo que, no entanto, é um processo que é muito longo: os cientistas nunca acham que chegam à verdade, a verdade com V grande não existe. Na ciência, o conhecimento é evolutivo. Nesse sentido, é frágil.

**Portugal Socialista** – *Lavoisier, considerado o pai da química moderna, morreu guilhotinado a 8 de maio de 1794, no decurso da Revolução Francesa. Conta-se, provavelmente sem fundamento, que Lavoisier pediu uns dias de adiamento da execução da pena capital para concluir umas experiências e que o presidente do tribunal revolucionário teria negado o pedido e comentado “a República não precisa de cientistas”. O episódio, não sendo único, é*

*trágico, mas Lavoisier não foi guilhotinado por ser cientista, antes pelas suas funções no Antigo Regime, juntamente com outros membros proeminentes de uma instituição onde privados cobravam impostos para o rei, ficando com uma comissão, atividade na qual obtinham lucros excessivos e praticavam métodos abusivos (que, no caso de Lavoisier, serviam para financiar as suas experiências).*

*Pensando nos dias de hoje, os cientistas tendem a ver-se como uma comunidade um pouco à parte, com as suas regras e uma ética própria, a “comunidade científica”, mas vale a pena refletir sobre a inserção dos cientistas, quer individualmente quer institucionalmente, na sociedade e na comunidade política. Deve a ciência ter um lugar específico nas nossas sociedades? E que lugar é esse? Como diferenciamos o lugar da ciência numa comunidade política democrática ou numa autocracia? A gestão dos acidentes nucleares de Chernobyl e de Fukushima, em dois regimes políticos muito diferentes, ensina-nos alguma coisa? Em que sentido é que o destino da ciência e da democracia estão ligados?*

**Alexandre Quintanilha** – Isso leva-nos para a questão de saber se a ciência é democrática ou não é democrática. Qual é a relação entre democracia e ciência, ou entre democracia e conhecimento? Eu acho que a resposta mais clara em relação a isso é que o conhecimento, que a ciência é democrática no sentido em que tu és livre de fazeres as perguntas que tu queres fazer e és livre de imaginar as respostas que queres dar. Isso é assim na ciência e também na política. Na política sabemos que as pessoas têm interesses e têm motivações para lidar com questões diferentes na sociedade, não somos todos iguais. Na ciência, as perguntas que fazemos e as hipóteses que pomos cá fora são livres. Na ciência, ninguém te impede de imaginares uma resposta a uma pergunta que fizeste. A diferença, relativamente à política, é que quando vais validar essa resposta, se fazes o processo até chegares a esse ponto, depois não há lugar para opiniões. A resposta é aquela que tu testaste e é só uma. A ciência que é feita no Porto não é diferente da ciência que é feita em Nova Deli, ou em Oakland, ou noutro sítio qualquer. Portanto, quanto à questão de saber se a democracia e a ciência são compatíveis uma com a outra, eu acho que em grande medida são, porque tanto na democracia como na ciência és livre de fazer as perguntas que queres fazer.

**Portugal Socialista** – *Vamos complicar um bocadinho o problema: o que a ciência pode ou não fazer, como pode ou não trabalhar, não é indiferente ao contexto social e político. Fazer ciência, por exemplo, na França, nas primeiras*

*décadas do século XX, ou na União Soviética, ou nos Estados Unidos, ou na Alemanha nazi, é diferente. Sabemos disso, historicamente (e não apenas no passado). Como é que o contexto pesa?*

**Alexandre Quintanilha** – Esse aspeto é muito importante. Como, atualmente, fazer perguntas, imaginar respostas e testar respostas custa caro, umas coisas são financiadas e outras não são financiadas, isso representa um certo domínio da política sobre o conhecimento. Esse domínio resulta do facto de o poder político pode dar meios para certas investigações e recusá-los para outras. Há mesmo certos regimes políticos que não te permitem investigar em certas áreas.

Há certas áreas em que, sem forte financiamento, não consegues fazer nenhuma investigação a sério. E, portanto, não apenas nos regimes autocráticos, também nas democracias, há prioridades de investigação. Também nas democracias, orientações políticas mais à direita ou mais à esquerda podem influenciar as prioridades de investigação. Os governos mais à esquerda mais facilmente apoiam investigação em domínios que não parecem ter, necessariamente, uma utilidade imediata. É o conhecimento pelo valor do conhecimento. Os governos mais à direita tendem a privilegiar o apoio à investigação nas áreas aplicadas. Vemos essas variações também em Portugal, quando há mudança do PS para o PSD e vice-versa. Há, por exemplo, por vezes, a tendência para valorizar a investigação aplicada e, comparativamente, desvalorizar a investigação fundamental. Só que, se estivermos com atenção, aprendemos que, quando se está a fazer muito boa ciência fundamental, isso vai ter efeitos positivos nas aplicações possíveis. E, quando se está a fazer muito boa ciência aplicada, surgem muitas perguntas em que precisas da ciência fundamental para lhes responder.

**Portugal Socialista** – *Deixa-me, então, fazer-te uma pergunta mais aplicada... O que estás a dizer implica que defendes que deve ser a comunidade científica a definir as prioridades de investigação ou admites que possa haver outros setores da sociedade, designadamente os representantes políticos do povo, a influenciar, não digo a determinar, mas a influenciar a definição das áreas de investigação que poderiam ser interessantes para o país?*

**Alexandre Quintanilha** – Para mim, é óbvio que tem de ser o resultado de um diálogo. Aqui estamos também a falar de economia. A investigação envolve pessoas, tens que pagar o salário dessas pessoas, tens de investir em instrumentação e, portanto, tratando-se de definir como se usa o

dinheiro dos seus impostos, a sociedade tem de ter uma voz. Não é por eu querer estudar isto ou aquilo que eu vou necessariamente ter esse apoio. Tem de haver um diálogo. Agora, o poder político tem de estar ciente dos riscos associados à ignorância em certos domínios. Desleixar uma certa área do conhecimento pode pagar-se caro mais tarde. E, portanto, este diálogo é absolutamente essencial. Muitas decisões sobre a ciência são decisões políticas, dependem das posições políticas das pessoas. Como mostra, por exemplo, o atual debate sobre uma aposta mais forte na defesa.

**Portugal Socialista** – *Há estratégias políticas para favorecer certas escolhas. Numa certa fase, ainda no tempo da Guerra Fria, fazia-se a análise de que os americanos e os franceses tinham estratégias diferentes para orientar o debate público acerca das despesas em ciência e em armamento. Nos Estados Unidos, a justificação com as necessidades de defesa servia para tudo. Financiaram imensa investigação científica, por exemplo na área da inteligência artificial, com fundos cuja justificação era a defesa, mesmo que não existisse à vista nenhuma aplicação imediata em termos de defesa. O público francês, pelo contrário, aceitava bem tudo o que fosse justificado como sendo investimento em ciência, e, portanto, por conta da ciência, o Estado apoiava muito investigação científica cujo foco era realmente a defesa. Tem a ver com a cultura dominante em cada sociedade.*

**Alexandre Quintanilha** – Claro que essas opções dependem muito da aceitação social. Isso pode ser influenciado pelo que chamamos agendamento. O debate, agora, sobre o rearmamento da Europa, onde se insiste muito que a Europa estava demasiado dependente dos Estados Unidos para a sua proteção, mas onde nem todos estão de acordo e defendem que a Europa também já estava a investir bastante, é um debate que serve para influenciar a reorientação futura do investimento, com uns domínios a perder e outros a ganhar. Por exemplo, com tudo isto já vemos que a discussão das alterações climáticas, e o investimento associado às alterações climáticas, passou para segundo plano. No agendamento, as alterações climáticas foram empurradas para fora da agenda. Os governos também fazem esse agendamento, com impactos no financiamento das diferentes áreas de investigação científica.

**Portugal Socialista** – *Estás a falar de aspetos concretos do diálogo entre ciência e política, entre ciência e sociedade. Pedia-te uma reflexão sobre um fenómeno recente, em que tu também participaste, nesse caso mais como político do que como cientista, que tem tudo a ver com isso. Durante a pandemia,*

*encontrou-se um mecanismo para os políticos estarem mais ou menos a par do que é que se sabia, do que é que não se sabia, das dúvidas mais salientes, tudo isto em termos de ciência, sendo esse mecanismo aquelas conferências parcialmente fechadas que tinham lugar no Infarmed. Há aqui a questão de conseguirmos encontrar soluções para que políticos e cientistas compreendam a linguagem uns dos outros, linguagens que são diferentes.*

**Alexandre Quintanilha** – Na altura, muita gente muito culta achava que essas sessões de informação no Infarmed eram um disparate total, que eram só para inglês ver. Sempre discordei dessa visão e sempre achei que essa iniciativa foi das coisas mais bem feitas que se fizeram em Portugal. Eram reuniões regulares, fizeram-se várias durante muito tempo, em que os políticos, a todos os níveis, desde o Presidente da República até à Assembleia da República, aos ministros, aos parceiros sociais, muita gente, reuniam-se com especialistas em várias áreas, desde a matemática à epidemiologia, imunologia, sociologia, etc., para tentar perceber o que estava a acontecer em Portugal e no resto do mundo. E, felizmente, também estávamos numa situação em que a informação do resto do mundo chegava com muita rapidez. A meu ver, esse modelo, que, com variantes, também já foi testado noutros países – por exemplo, as conferências de consenso na Dinamarca – foi muito importante. Pode não ter sido tudo perfeito, se calhar não era necessário ter tanta gente durante tanto tempo naquelas reuniões, mas foi importante, também porque se passou à população a ideia, correta, de que estava a haver diálogo, que se estavam a tomar decisões baseadas no que se sabia naquele momento.

**Portugal Socialista** – *Também participei nessas reuniões, por obrigação das funções, e há um ponto sobre o que aí acontecia que toca uma matéria que eu sei que te interessa muito. Uma coisa que surpreendia muito os políticos presentes nessas reuniões era o facto de os cientistas nem sempre estarem de acordo e terem perspetivas diferentes acerca da evolução que o fenómeno da pandemia teria, quer em termos de saúde, quer em termos sociais. Ora, para um político típico, digamos assim, uma incerteza científica numa matéria com impacto social é uma desgraça. A questão da incerteza, compreender a incerteza, saber que conhecimento não é certeza, que ciência e certeza são coisas diferentes, é uma questão que não é nada teórica e acaba por ter muita importância prática.*

**Alexandre Quintanilha** – É um bom exemplo para tratar dessa questão... Eu lembro-me de, nessa altura, ouvir pessoas muito competentes

cientificamente, mas a quem faltava sensibilidade noutras áreas, dizerem que o melhor era deixar toda a gente ser infetada, porque seria a melhor forma de construir uma defesa coletiva e ficarmos imunes mais depressa. Só que isso representava centenas de milhares de pessoas infetadas, representava esmagar os serviços de saúde e, portanto, não era uma opção aceitável. Era uma opção cientificamente válida, mas não era praticável. Não era praticável numa sociedade como nós a concebemos. Esta opção social não é uma questão científica, é uma questão noutro plano. Se calhar, do ponto de vista biológico, teria sido ótimo. Mas, pensando em termos de sociedade, nós temos de pagar para que certas coisas não aconteçam.

**Portugal Socialista** – *Portanto, tanto os políticos como os cientistas precisam de saber lidar com a incerteza. Como é que nós lidamos com a incerteza numa democracia?*

**Alexandre Quintanilha** – Dialogando. Se calhar, aquilo que é mais difícil de fazer passar como conhecimento é a importância da dúvida. A dúvida que não desaparece. A minha opinião é que a dúvida é o pilar de todo o conhecimento – e é, também, o pilar da democracia. Tem a ver com as pessoas perceberem que têm de responder com a informação que têm, têm de responder de determinada maneira, sem terem a certeza absoluta de que aquela é a melhor forma, porque a certeza absoluta não existe. Mas a discussão política, muitas vezes está à volta disso. Já o Bertrand Russell dizia que o mundo está cheio de “fools and fanatics”, palermas e fanáticos. Os mais sábios estão sempre cheios de dúvidas. Acho que há muitas semelhanças entre a forma de construir a democracia e a forma como a ciência e o conhecimento avançam. Avança sempre com dúvidas, com tentativas de resposta, com tentativas de validação e com aprendizagem: quando essas validações não funcionam, voltar atrás. Só que há certos domínios em que as pessoas não abandonam as suas convicções, mas as convicções têm a ver com opiniões, não têm a ver com conhecimento.

**Portugal Socialista** – *Como é que poderíamos institucionalizar uma maior proximidade entre decisão política e conhecimento científico? Que tipo de dispositivos institucionais (órgãos, comissões, procedimentos, ...) poderiam ser úteis, por exemplo funcionando junto do Parlamento? Sei que trabalhaste nisto enquanto foste deputado...*

**Alexandre Quintanilha** – Este tema tem-me preocupado há muito tempo e confesso que as minhas opiniões têm evoluído à medida que me

vou familiarizando com as diferentes tentativas de responder a este desafio. Voltamos sempre ao tempo: o problema está frequentemente na enorme disparidade entre o “tempo” que a consolidação do conhecimento requer, sobretudo quando exige diálogo interdisciplinar, e a urgência muitas vezes característica das decisões políticas. Em vários países cabe às Academias essa função. Vários parlamentos desenvolveram gabinetes ou grupos de trabalho permanentes, especificamente para se debruçarem sobre essas questões. O impacto que têm sobre as decisões políticas varia bastante. Só que o problema não é só a falta de tempo. Os especialistas também têm visões distintas sobre a “natureza humana” ou sobre a resiliência da própria natureza. Visões que obviamente condicionam os riscos que consideram aceitáveis. Não é infrequente que soluções diferentes sejam recomendadas em países ou regiões diferentes do planeta. Não há soluções simples...

Existem, por esse mundo fora, vários exemplos de estruturas cujo impacto é reconhecido nesta área. Por exemplo, no Reino Unido, nos EUA, em França e na Alemanha, há estruturas junto dos parlamentos que contribuem para disponibilizar elementos de análise científica de certos problemas. Há, também, alguns centros privados (The Hastings Institute, Nuffield Council e outros na Holanda, na Áustria, etc.) que têm desenvolvido, ao longo de décadas, trabalho de grande qualidade. Não só para tentar responder a questões colocadas pelos políticos, como também desenvolvendo as suas próprias agendas, temas que consideram que necessitam de aprofundamento em áreas de aplicação do conhecimento, existente ou emergente.

**Portugal Socialista** – Há, por vezes, a tentativa de despolitizar questões difíceis de decidir atirando para os especialistas a palavra decisiva. Só que o abuso desse processo acabou por descredibilizar o recurso aos especialistas: criou-se a ideia de que se arranja sempre um especialista disponível para defender qualquer posição num debate contraditório. Isso cria a ideia de que “os peritos” servem outros interesses (económicos, profissionais, políticos). Como é que se chegou a este ponto? Os cientistas, os especialistas, não deveriam evitar absolutizar os seus pontos de vista, optando por oferecer à sociedade e aos decisores um leque de possibilidade com os respetivos prós e contras, fornecer opções alternativas, e critérios para as ponderar, facilitando a criação de compromisso políticos racionais entre interesses divergentes? Isso não ajudaria a um outro tipo de integração entre debate político e ciência?



**Alexandre Quintanilha** – Só posso responder afirmativamente. Fornecer opções alternativas (e imaginativas) é, exatamente, o que se deveria esperar dos especialistas e das instituições que representam. Infelizmente, é raro isso acontecer, porque falta quase sempre tempo. Tempo para consultar, ouvir e dialogar. Lá voltamos nós à questão do desencontro dos tempos.

**Portugal Socialista** – *Afinal, nem a política é a ação de homens iluminados agindo sozinhos, nem a ciência é uma ação de sábios fantásticos que funcionam sozinhos: nas sociedades humanas importa tudo o que tem a ver com a realidade institucional: colaboração, organização, persistência no tempo, continuidade...*

**Alexandre Quintanilha** – Atualmente, na maior parte da ciência, as pessoas estão a saber cada vez mais de um assunto cada vez mais restrito. Por exigências da própria organização da investigação, há uma especialização de tal maneira profunda que se torna necessário dialogar com as outras áreas que estão à volta e perceber aquilo que é a importância das outras áreas do conhecimento para a tomada de decisão em que estás envolvido. Quer pela democracia, quer pelo conhecimento, podemos perceber que não há sabedoria para além daquela que nós podemos construir. Nós só nos temos uns aos outros, quer para construir o conhecimento, quer a própria democracia. Aí, são trajetórias com muitos paralelos, em ambas a dúvida é constante.

**Portugal Socialista** – *Queria prolongar a questão da relação da ciência e dos cientistas com a sociedade, mas agora noutro plano: digamos, um plano local. É cada vez mais difícil que deem bons resultados as tentativas de impor uma certa racionalidade científico-política às populações que, localmente, enfrentam a incerteza acerca dos riscos das opções tomadas. Por exemplo, projetos de energia limpa (parques eólicos ou solares) enfrentam a oposição das populações dos locais de implantação por causa da destruição da paisagem ou dos prejuízos para o seu modo de vida. Outro exemplo será a oposição local à exploração do lítio, por falta de confiança nos especialistas que asseveram que as populações não serão afetadas. Como é que a racionalidade tecnocientífica pode dialogar com populações que parecem estar hoje menos inclinadas a fazer fé nos especialistas?*

**Alexandre Quintanilha** – Esse diálogo é tanto mais fértil quanto maior for a confiança que a população venha a depositar nos especialistas e nas instituições que eles representam. E é tanto mais sólido quanto maior for o diálogo entre especialistas em diferentes domínios do conhecimento. Não é difícil perceber que essa confiança leva tempo. Às vezes, muito tempo. E é sempre muito frágil. Faz parte da construção da literacia. E a penetração das “fake news” torna o processo ainda mais lento e frustrante. O papel que as Academias têm desempenhado neste domínio é reconhecido em muitos países. Mas mesmo nas Academias o diálogo entre áreas diferentes do saber não é fácil. A aposta educativa que está a ser feita nas áreas STEM (Science, Technology, Engineering and Mathematics – Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) tem sido a forma como muitos países têm tentado responder a este desafio. Infelizmente, tem como consequência uma desatenção crescente às Humanidades.

**Portugal Socialista** – *Termino com uma questão mais do dia-a-dia, sobre a condição dos trabalhadores científicos. No caso português, mas nem só, muitos investigadores científicos são trabalhadores precários, passam décadas de incerteza na sua vida profissional. A ideia romântica do cientista numa vida maravilhosa a descobrir os meandros do universo cola pouco com a realidade da vida profissional de muitos dos nossos investigadores. É estranho, até, que valorizemos tanto o papel da investigação científica no progresso do nosso país e os investigadores de carne e osso tenham vidas profissionais tão precárias, muitas vezes. Que caminhos de solução vê para esta questão?*

**Alexandre Quintanilha** – Estimular a curiosidade e a imaginação é quase sempre desejável. Poder trabalhar toda a vida num ambiente que promova a curiosidade e a imaginação é uma ambição cada vez mais irrealista. E as prioridades no domínio do conhecimento e da aplicação desse conhecimento, mudam. E muitos investigadores, por múltiplas razões, não estão dispostos a mudarem de tema ou de local para continuarem a trabalhar em investigação. Pretender que a sociedade continue a apoiar a nossa investigação, quando as prioridades mudam, também não é realista. Eu mudei de domínio de investigação e de continente para continuar a fazer aquilo que gostaria mais de fazer. Não é uma solução para todos, mas não estou arrependido.

# Inteligência Artificial e Democracia

## Alexandra Leitão

Professora universitária. Líder Parlamentar do Partido Socialista na XVI Legislatura.

Os meios digitais trazem oportunidades únicas, quer na atividade administrativa e na prestação de serviços públicos, quer para a atividade económica privada e para os cidadãos em geral. Mas o surgimento de tecnologias com potencial disruptivo, tais como *Web semântica*<sup>1</sup>, mineração de dados<sup>2</sup>, *blockchain*<sup>3</sup>, *internet das coisas (IoT)*<sup>4</sup>, *smart cities*<sup>5</sup>, *machine learning*, *bots* e *chatbots*, está a influenciar profundamente

- 1 A *Web semântica* é uma extensão da *World Wide Web* que permite estabelecer trabalho colaborativo entre humanos e computadores, quer pela interligação de conteúdos publicados, quer pela criação de *interfaces* operacionais entre máquinas e humanos.
- 2 Processo de encontrar anomalias, padrões e correlações em grandes conjuntos de dados para prever resultados, criar padrões de atuação e modelos preditivos. Este processo combina análise estatística, inteligência artificial e *machine learning*. A tecnologia de mineração de dados continua a evoluir para acompanhar o potencial ilimitado do *Big Data* e a computação de baixo custo.
- 3 Tecnologia baseada num algoritmo matemático que, através de uma corrente de blocos, garante a fiabilidade de uma cadeia de operações, mantendo o registo de cada uma destas operações. Isto permite manter a rastreabilidade de cada fase de um procedimento e identificar a autoria e o conteúdo de cada intervenção, permitindo formas de governança pública mais transparentes e participadas, inclusive ao nível dos processos eleitorais democráticos.
- 4 Possibilidade de criar interconexões digitais entre objetos através da *internet*, numa lógica reticular. Trata-se, portanto, de uma rede de objetos físicos (veículos, eletrodomésticos, etc.) conectados através da *internet*, conferindo-lhes capacidade computacional. Isto permite o seu controlo remoto, automação e até a prestação direta de serviços. Os objetos adquirem novas funcionalidades, sem necessidade da intervenção humana, no domínio comercial e industrial, mas também no setor público.
- 5 Uma *smart city* é uma zona urbana apetrechada com vários tipos de sensores e conexões digitais para coligir informação, que depois é usada na gestão de edifícios, serviços, máquinas e sistemas para melhorar a vida coletiva: controlo do trânsito, incluindo por exemplo semáforos, iluminação pública,

a gestão pública e privada e a vida em sociedade. E está já em curso uma nova geração de tecnologias baseada na simbiose entre seres humanos e máquinas possibilitada pelo avanço nos campos da neurociência, da robótica e da nanotecnologia<sup>6</sup>. A Web 4.0 caminha agora para o desenvolvimento de uma rede ultra inteligente e simbiótica, tendo como pano de fundo uma mudança de paradigma menos centrada no humano e mais “maquinocêntrica”<sup>7</sup>.

A inteligência artificial (IA) consiste em três elementos: informação, algoritmos e poder computacional. Os sistemas de IA recolhem informação, constroem modelos abstratos e produzem um *output* (recomendações, previsões, decisões ou resultados)<sup>8</sup>.

Há, contudo, que distinguir a IA preditiva e IA generativa. A primeira, mais tradicional, permite coligir, armazenar e tratar *big data*, possibilitando que se criem modelos preditivos de necessidades futuras, da evolução de certas variáveis – económicas, ambientais, energéticas, demográficas, de saúde pública, geoestratégicas – e planear estrategicamente e prospectivamente com base nesses modelos. É particularmente útil, por exemplo, no planeamento de políticas públicas<sup>9</sup>. Por sua vez, a IA generativa utiliza o tratamento de dados para criar conteúdos novos e originais, tais como texto, imagens, vídeo, áudio ou código de software, em resposta a um *prompt* (questão, comando ou solicitação do utilizador), como é o caso do ChatGPT, de *deep fakes* ou de *bots*.

A IA generativa<sup>10</sup> baseia-se em modelos sofisticados de *deep learning* das máquinas, ou seja, algoritmos que simulam os processos de aprendizagem e tomada de decisões próprias do cérebro humano, podendo até simular sentimentos como empatia.

A IA e todo o ecossistema de plataformas digitais e de redes sociais constituem um enorme desafio para o Estado de Direito democrático, para a transparência dos processos, incluindo eleitorais, e para o respeito pelos direitos fundamentais<sup>11</sup>.

---

abastecimento de água e eletricidade, e funcionamento de edifícios públicos como hospitais e escolas.

6 Cf. RICARDO CUNHA DIAS e MARCO ANTÔNIO SANTANA GOMES, “Do Governo Eletrónico à Governança Digital: Modelos e Estratégias de Governo Transformacional”, in *Public Sciences & Policies*, vol. 7, n.º 1, 2021, p. 98.

7 Cf. HENRIQUE SOUSA ANTUNES, *Direito e Inteligência Artificial*, Lisboa, 2020, pp. 13ss.

8 Cf. JÉRÔME DUBERRY, *Artificial Intelligence and Democracy*, ebook disponível em <https://library.oapen.org/handle/20.500.12657/91687>, Edward Elgar Publishing, Cheltenham: Reino Unido, 2022, p. 22.

9 Cf. ALEXANDRA LEITÃO, “Planeamento e Administração Pública: desafios atuais” in *O Regresso do Planeamento. Percurso e perspectivas sobre planeamento público em Portugal*, obra coletiva, coordenação José Reis e Ana Drago, Actual, Grupo Almedina, Coimbra, 2024, pp. 247.

10 Cf. ARLINDO OLIVEIRA, *A Inteligência Artificial Generativa*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2024, em especial pp. 32ss.

11 Cf. CARLOS BLANCO DE MORAIS, *Digital Democracy: A Threat to the Democratic System or Oxygenation of Representative Democracy and Free Speech?*, in *The Rule of Law in Cyberspace*, obra coletiva,

Efetivamente, há muitos riscos inerentes à digitalização e à utilização da IA, designadamente:

*i) a algoritmização das decisões administrativas, além de trazer opacidade, é mais vulnerável a erros sistémicos e torna mais difícil a tutela dos cidadãos perante as decisões – daí a necessidade de “reserva de humanidade” em certas matérias<sup>12</sup>. De facto, tendo em conta a potencialidade da IA para pôr em causa a privacidade dos cidadãos, bem como a opacidade do seu funcionamento, decorrente da enorme complexidade tecnológica, impõe-se que haja legislação e mecanismos que assegurem o controlo democrático, a transparência e a accountability na sua utilização;*

*ii) a transição digital e o uso intensivo das novas tecnologias na relação entre a Administração Pública e os cidadãos criaram novas formas de exclusão, seja por falta de literacia digital, seja por razões financeiras ou até pelo facto de algumas regiões terem pior cobertura de rede de internet<sup>13</sup>;*

*iii) o uso da biometria para a predição de comportamentos – por exemplo, reincidência criminal -, seleção em concursos públicos ou acesso a serviços e espaços pode trazer um viés (étnico, racial, de género ou outro) em função de certas características físicas. Isto põe em causa o princípio da igualdade e da não discriminação e os direitos civis e sociais dos cidadãos afetados<sup>14</sup>;*

*iv) a influência nos sistemas democráticos e nas eleições, criando desinformação, notícias falsas e favorecendo um discurso populista que “desmoraliza”<sup>15</sup> a política e favorece soluções autoritárias, como se desenvolverá infra.*

A Democracia caracteriza-se por eleições livres, secretas e universais, mas o regime democrático não se esgota no sufrágio, antes exigindo também liberdade de expressão, liberdade de imprensa, liberdade de reunião, direitos e liberdades cívicas para todos, universais e com igualdade; princípio da separação de poderes; uma Constituição que fundamenta, limita e organiza poder político; separação da religião e do Estado; pluralismo político e social e cultura de participação política<sup>16</sup>.

A qualidade da Democracia está posta em risco por formas de desinformação com recurso a perfis falsos (*bots*) que espalham concertadamente notícias falsas. Este processo é gerido por algoritmos que selecionam

---

2020, pp. 9ss.

12 Como salienta JULI PONCE SOLÉ, *Razões legais para limitar a automação total dos poderes administrativos discricionários: possibilidades legais e limites da inteligência artificial*, in *Revista de Direito Administrativo*, Ano VII, n.º 19, 2024, p. 40.

13 Cf. ALEXANDRA LEITÃO, “A Administração Pública eletrónica: oportunidades e desafios”, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 152, out./dez. 2023, p. 27.

14 Cf. ALEXANDRA LEITÃO, “Inovações Tecnológicas no Direito Administrativo: Administração Pública eletrónica e inteligência artificial”, in *As Inovações Tecnológicas no Direito*, obra coletiva, Capítulo 4, Editora Thoth, São Paulo, 2024, p. 115.

15 Cf. FRANK PASQUALE, “AI and Electoral Manipulation: From Misinformation to Demoralization”, in *Human Vulnerability in Interaction with AI in European Private Law* (A. Diurni, ed.) (Springer, forthcoming, 2025), pp. 1-2

16 Existe um “*Democracy index*” do *Economist* em que as democracias são qualificadas como “perfeitas” ou “imperfeitas” – em 2023 a Democracia portuguesa foi qualificada como “imperfeita” devido sobretudo à falta de cultura de participação política. Cf. <https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2023/>

as mensagens e os respetivos destinatários em função das preferências destes, de modo a produzir o maior efeito.

Ainda a propósito das redes sociais, proliferam fenómenos como o discurso de ódio e a difusão, sem intermediação, do discurso político radical e de ideologias xenófobas, racistas, autoritárias ou totalitárias que ameaçam os direitos civis e políticos, os direitos das mulheres e os direitos das minorias, provocando um retrocesso civilizacional de dimensões imprevisíveis, tantas vezes a coberto de um conceito enviesado de liberdade de expressão. O discurso antiprogressista e totalitário do Vice-Presidente norte-americano J.D. Vance na Conferência de Segurança de Munique em fevereiro de 2025 é um bom exemplo disso mesmo<sup>17</sup>.

Também o “*trollism*” – entendido como a “conduta ocasional ou permanente de alguém que, de forma intencional, cria rumores para criar instabilidade pública e formula comentários inflamatórios ou usa sistematicamente comentários rudes e depreciativos contra terceiros”<sup>18</sup> – são fatores de discriminação, racismo, xenofobia e violência moral e mesmo de *cyberbullying* que exigem uma atuação dos poderes públicos ou das próprias plataformas.

Outras ameaças aos direitos fundamentais, que resultam da mudança de um paradigma em que se passa de programar computadores para programar humanos, são realidades como o “*big nudging*” e a implementação de “*citizen scores*”.

O *nudging* é uma técnica de implementação de políticas públicas através de mecanismos de *nudge* que procuram influenciar o comportamento dos cidadãos<sup>19</sup>. Esta prática coloca problemas éticos e jurídicos por ser uma forma de “paternalismo de Estado” e pode pôr em causa a dignidade da pessoa humana por ser uma forma encapotada de retirar autonomia aos cidadãos ao aproveitar técnicas da teoria comportamental que criam condicionamentos subliminares, quase sem que as pessoas se apercebam.

Por sua vez, a implementação de “*citizen scores*” é uma forma de controlo social e de vigilância pelo Estado e cidadão-a-cidadão que utiliza a IA e que visa criar um *ranking* de cidadãos e listas negras para vários efeitos da vida em sociedade (obtenção de crédito, por exemplo). Este “*social credit system*” já está a ser aplicado na China. Sistemas de *social scoring*,

17 Cf. <https://www.publico.pt/2025/02/15/mundo/noticia/jd-vance-ensinou-munique-azedas-relacao-transatlantica-discurso-tres-pontos-2122700>

18 Cf. CARLOS BLANCO DE MORAIS, *op. cit.*, pp. 22 e 23.

19 Sobre esta matéria cf. RAQUEL FRANCO, PEDRO MONIZ LOPES e JORGE SILVA SAMPAIO, *Nudging and Goldplating* – Editorial, in <https://e-publica.pt/issue/3931-vol-8-issue-2-2021>. Cf. também FRANCESCO FERRARO, *The Problem With Nudges: Paternalism, Autonomy, and Transparency*, in <https://e-publica.pt/issue/3931-vol-8-issue-2-2021>

manipulação cognitivo-comportamental, policiamento preditivo, reconhecimento de emoções no local de trabalho e nos estabelecimentos de ensino, *wearables* de produtividade nos trabalhadores são sistemas de IA proibidos na União Europeia. Também no mercado de trabalho há riscos reais, seja pela exigência constante de adaptação e qualificação, seja porque num futuro próximo as pessoas serão incapazes de competir com os sistemas de IA, tornando os trabalhadores redundantes ou obsoletos e provocando desemprego<sup>20</sup>. Já se assiste hoje a um desequilíbrio da repartição de riqueza em favor das *Big Tech* que por não utilizarem tanta mão de obra acabam por ter lucros colossais sem contribuírem para a segurança social ou outros sistemas de previdência.

Há vários exemplos concretos e atuais que demonstram reais perigos para a Democracia.

Veja-se o caso da empresa “*Cambridge analytica*” e a forma como alegadamente trabalhou com a Rússia para interferir nas eleições americanas em 2016 através das redes sociais, através de *bots* a espalhar *fake news* em mensagens dirigidas a grupos pré-definidos de pessoas<sup>21</sup> e a mais recente ingerência da administração de Donald Trump na política europeia, através de Elon Musk, que tem defendido e apoiado o partido neo-nazi *AfD* da Alemanha e o *Reform UK* do Reino Unido (responsável pelo *Brexit*), lançado teorias da conspiração e espalhado falsidades sobre Olaf Sholz e Keir Starmer. Líderes europeus de vários quadrantes políticos alertaram já que isso constitui um perigo para a Democracia, tendo o Presidente francês Emmanuel Macron acusado Musk de apoiar uma nova “internacional reacionária”<sup>22</sup>.

Na Roménia, o Tribunal Constitucional anulou a primeira volta das eleições presidenciais por fortes indícios de interferência externa (da Rússia) via redes sociais<sup>23</sup>.

Plataformas digitais como o X e a Meta abandonaram qualquer sistema de “*fact checking*”, ao arrepio das regras europeias em vigor. Um estudo da Universidade de Berkeley na Califórnia que analisou a rede social X 10 meses antes de Musk a ter adquirido (em outubro de 2022) e 8 meses depois encontrou um aumento de 50% no discurso de ódio<sup>24</sup>.

---

20 Cf. ARLINDO OLIVEIRA, *op. cit.*, pág. 125.

21 Cf. <https://www.theguardian.com/news/2018/mar/17/cambridge-analytica-facebook-influence-us-election>

22 Cf. <https://pt.euronews.com/my-europe/2025/01/08/interferencia-de-elon-musk-nos-debates-nacionais-irrita-a-europa>

23 Cf. <https://pt.euronews.com/my-europe/2024/12/06/tribunal-constitucional-romeno-anula-eleicoes-presidenciais>

24 Cf. <https://theconversation.com/hate-speech-on-x-surged-for-at-least-8-months-after-elon-musk-takeover-new-research-249603>

A IA transformou significativamente as campanhas eleitorais e os processos eleitorais, quer pela perda da intermediação dos meios de comunicação social, televisão, rádios e jornais, quer pela manipulação de informação, *bots*, *deep fakes* e notícias falsas. Este fenómeno contribui para a fragmentação e polarização da opinião pública e favorece partidos populistas, demagógicos e extremistas<sup>25</sup>. Mas também é verdade que os avanços tecnológicos permitem fomentar e tornar mais eficazes sistemas de participação e facilitar a interação entre os cidadãos e entre estes e o poder político<sup>26</sup>.

A IA apresenta oportunidades e riscos e o seu impacto negativo na Democracia depende da existência de regulação internacional e europeia e da mitigação dos efeitos negativos, incluindo a colaboração entre governos, entidades públicas, grandes tecnológicas e a sociedade civil com o objetivo de preservar a integridade e legitimidade dos processos democráticos<sup>27</sup>.

Para que a comunidade de cidadãos tenha confiança nos sistemas e aceite a utilização crescente da IA, é preciso que haja uma regulamentação cuidadosa desta matéria, até hoje quase ausente de regulação normativa, mas que atualmente consta do Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho n.º 2024/1689, de 13 de junho de 2024, que estabelece regras harmonizadas em matéria de inteligência artificial.

Os objetivos desta proposta são: garantir que os sistemas de IA colocados e utilizados no mercado sejam seguros e respeitem a legislação em vigor em matéria de direitos fundamentais e valores da União Europeia; garantir a segurança jurídica para facilitar os investimentos e a inovação no domínio da IA; melhorar a governação e a aplicação efetiva da legislação em vigor em matéria de direitos fundamentais e dos requisitos de segurança aplicáveis aos sistemas de IA; facilitar o desenvolvimento de um mercado único para as aplicações de IA legítimas, seguras e de confiança e evitar a fragmentação do mercado. Para tal, o Regulamento distingue sistemas de risco mínimo (videojogos, filtros de spam), de risco limitado (*chatbots*), de risco elevado (sistemas utilizados em diagnósticos de doenças, condução autónoma, identificação biométrica de pessoas envolvidas em atividades criminosas ou investigações criminais, concessão de crédito, recrutamento, transporte) e de risco inaceitável (*social scoring*, manipulação cognitivo-comportamental, policiamento preditivo, reconhecimento

---

25 Cf. RAFAEL RUBIO, "El Uso de la inteligencia Artificial en las Campañas Electorales y sus Efectos Democráticos", in *Revista de Derecho Político*, n.º 122, janeiro-abril, 2025, págs. 101-102.

26 Cf. JUAN CARLOS GALINDO VÁCHA, "La Inteligencia Artificial (IA) en el marco de la Democracia Digital", in *Revista de Derecho Político*, n.º 122, janeiro-abril, 2025, pp. 183-184.

27 RAFAEL RUBIO, *op. cit.*, p. 102.



de emoções no local de trabalho e nos estabelecimentos de ensino, *wearables* de produtividade).

Além disso, a proposta de Regulamento visa criar um sistema de governança pública da IA, que terá implicações diretas na organização da Administração Pública dos Estados-membros. O projeto impõe a designação de uma autoridade supervisora nacional, sendo que essa designação pode recair sobre uma entidade já existente ou criada *ex novo*. Prevê-se ainda a criação do Conselho Europeu de Inteligência Artificial composto pelas autoridades nacionais de controlo, que visa criar uma rede europeia para recolher e partilhar as melhores práticas entre os Estados-Membros e monitorizar a aplicação das regras europeias. A regulamentação europeia passa pela efetiva monitorização e pela aplicação, de acordo com um procedimento justo, de sanções verdadeiramente dissuasoras para as empresas e *providers* que violem as regras legais e/ou os direitos dos cidadãos. Perante a intervenção da UE nestas matérias, tem-se questionado se virá a ocorrer o designado “efeito Bruxelas”, isto é, o replicar destas regras por outros Estados ou se, pelo contrário, a União Europeia vai ficar sozinha na imposição destes limites e, por isso, correr o risco de se atrasar no domínio da inovação tecnológica. É sabido que o espaço europeu é particularmente exigente – e ainda bem – em aspetos como a proteção de dados, por exemplo, mas também é verdade que mesmo fora da Europa já há muitas vozes a pedir moratórias no desenvolvimento da IA. Em todo o caso, a regulação da União Europeia tem sempre procurado incentivar a inovação tecnológica e fomentar a existência de um mercado digital harmonizado.

Por sua vez, o Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho n.º 2022/2065 de 19 de outubro de 2022 (Regulamento dos Serviços Digitais) regula os intermediários e as plataformas em linha, como os mercados, as redes sociais, as plataformas de partilha de conteúdos, as lojas de aplicações e as plataformas de viagens e alojamento em linha. O principal objetivo deste Regulamento é evitar as atividades ilegais e nocivas em linha e a propagação da desinformação. O Regulamento garante a segurança dos utilizadores, protege os direitos fundamentais e cria um ambiente justo e aberto para as plataformas em linha. Em especial, as plataformas de muito grande dimensão têm obrigações específicas de eliminação imediata de conteúdos em quatro áreas, usando para o efeito sistemas algorítmicos: i) riscos associados à difusão de conteúdos ilegais, como a difusão de material pedopornográfico ou de discursos ilegais de incitação ao ódio, ou a outros tipos de utilização abusiva dos seus serviços para cometer crimes, e à realização de atividades ilegais, como a venda de produtos ou serviços proibidos; ii) impacto real ou previsível do serviço no exercício dos

direitos fundamentais, incluindo, entre outros, o direito à dignidade do ser humano, o direito à liberdade de expressão e de informação, incluindo a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social, o direito à vida privada, o direito à proteção de dados, o direito à não discriminação, os direitos da criança e a defesa dos consumidores; iii) efeitos negativos reais ou previsíveis nos processos democráticos, no discurso cívico e nos processos eleitorais, bem como na segurança pública, e iv) efeito negativo real ou previsível na proteção da saúde pública e nos menores e com graves consequências negativas para o bem-estar físico e mental da pessoa ou em matéria de violência. As autoridades judiciais ou administrativas nacionais, nomeadamente as autoridades responsáveis pela aplicação da lei, podem ordenar aos prestadores de serviços intermediários que adotem medidas contra um ou mais elementos específicos de conteúdo ilegal ou que forneçam determinadas informações específicas.

Infelizmente, um outro projeto de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à adaptação das regras de responsabilidade civil extracontratual à IA, que estava em discussão desde 28 de setembro de 2022, foi abandonada pela União Europeia em 12 de fevereiro de 2025, por pressão das grandes tecnológicas.

Em Portugal, é de salientar a aprovação da Carta Portuguesa dos Direitos Humanos na Era Digital, através da Lei n.º 27/2021, de 17 de maio, que proclama e garante vários direitos, designadamente: o direito de acesso ao ambiente digital; a liberdade de expressão e de criação em ambiente digital; a proibição de interrupção intencional de acesso; o direito à proteção contra a desinformação; os direitos de reunião, manifestação, associação e participação em ambiente digital; o direito à privacidade e a proibição de discriminação, restrição ou interferência em ambiente digital; o direito ao desenvolvimento de competências digitais; o direito à identidade pessoal, ao bom nome e à reputação, à imagem e à palavra, bem como à sua integridade moral em ambiente digital; o direito ao esquecimento; os direitos de acesso, informação e proteção no âmbito das plataformas digitais; o direito à cibersegurança; o direito à liberdade de criação e à proteção dos conteúdos; o direito à proteção contra a geolocalização abusiva e, finalmente, o direito ao testamento digital.

Especialmente no que se refere à utilização da inteligência artificial, a Carta estabelece que a mesma deve ser orientada “*pelo respeito dos direitos fundamentais, garantindo um justo equilíbrio entre os princípios da explicabilidade, da segurança, da transparência e da responsabilidade*” e que a criação e uso de robôs “*deve cumprir os princípios da beneficência, da não-maleficência e do respeito pela autonomia humana e pela justiça*”. Por exemplo, é

absolutamente essencial que a legislação garanta que os mecanismos de inteligência artificial estejam obrigatoriamente identificados e que os algoritmos e os *bots* não se possam fazer passar por pessoas reais<sup>28</sup>. Quando um humano fala “*on line*” com o *ChatGPT*, é preciso que seja devidamente avisado que o seu interlocutor é uma máquina dotada de capacidade de aprender, mas não é um ser humano dotado de empatia.

Num plano mais filosófico sobre o próprio sentido da humanidade perante as máquinas inteligentes, vários perigos têm sido assinalados por Autores como Yuval Noah Harari. Um desses perigos é a substituição dos humanos por máquinas, por exemplo ao nível da linguagem: hoje podemos estar “*on line*” a falar com o *ChatGPT* (que é uma tecnologia baseada em inteligência artificial capaz de imitar a linguagem humana) sem saber que não há um interlocutor humano. Recentes estudos têm demonstrado que o “efeito Flynn” – designação dada ao aumento constante do índice de acerto médio da população mundial nos testes de QI – inverteu-se desde o início do século XXI. Os jovens não estão menos inteligentes, isto deve-se exatamente à utilização mais intensa das novas tecnologias que conduz à diminuição das competências quantitativas e verbais que são testadas nos testes de inteligência<sup>29</sup>. Estes estudos parecem dar razão a Yuval Noah Harari quando defende que a IA pode fazer-nos perder grande parte do nosso potencial como humanos, sem que sequer nos apercebamos e que é urgente regulamentar a tecnologia e proibir que sejam lançados novos mecanismos de IA sem que sejam previamente estudados os seus efeitos<sup>30</sup>.

O descrédito da Democracia e do Estado de Direito – que a democracia digital e a IA aceleram – aproveita a estas forças antissistema que querem pôr em causa o “chão comum” em que assentam as democracias ocidentais desde o pós-II Guerra Mundial: liberdade, igualdade, incluindo entre homens e mulheres e entre raças e etnias, não discriminação, solidariedade e respeito pelos direitos civis e políticos de todos. Por isso, nunca devemos tomar a Democracia como garantida. Os últimos resultados eleitorais, com os EUA a caminho de uma oligarquia e a extrema-direita a crescer na Europa, tornam o futuro do Mundo muito incerto. 80 anos depois do fim da II Guerra Mundial, podemos estar na antecâmara da III Guerra Mundial. Será que crise das democracias significa que os 80 anos de paz e de Democracia do pós-II Guerra Mundial foi apenas um magnífico intervalo na história do Mundo?

28 Como salientou YUVAL NOAH HARARI numa recente entrevista. Cf. <https://expresso.pt/sociedade/2023-05-19-Se-somos-tao-inteligentes-porque-estamos-a-fazer-tanta-estupidez--Yuval-Harari-veio-a-Lisboa-avisar-que-a-IA-ameaca-a-democracia-ff801487>

29 Cf. <https://www.publico.pt/2021/01/04/opiniao/noticia/fim-efeito-flynn-1944882>.

30 Cf. entrevista referida na nota 28.



# As Pessoas na Inteligência Artificial

## Daniel Innerarity

---

Professor Catedrático de Filosofia Política, Investigador Ikerbasque na Universidade do País Basco. Titular da Cátedra Inteligência Artificial e Democracia do Instituto Europeu de Florença.

**A** democracia é uma forma de política que confere o poder ao povo. Este autogoverno assumiu diversas formas ao longo da história e em função das questões em jogo. Na era da inteligência artificial, a presença do povo nas decisões que o afetam pode ser simplesmente a de uma observação crítica, de uma vigilância, de uma contestação dos algoritmos, com mais ou menos delegação ou representação. Será suficiente que as pessoas possam observar (transparência) ou compreender (explicabilidade) para que a governação algorítmica seja aceitável pelos padrões democráticos? Se não for possível que as pessoas auditem os algoritmos, como devemos articular a sua auditoria de forma que faça sentido falar de autorização democrática das decisões algorítmicas? Que tipo de participação faz sentido quando se concebe a política de regulação de tecnologias tão complexas?

Segundo a célebre fórmula de Lincoln, a democracia é um sistema de governo em que o povo está presente como autor, sujeito e destinatário da ação política. Para estarmos em condições de responder à questão de saber se a democracia está indissociavelmente ligada ao mundo analógico, precisamos de elucidar que tipo de subjetividade política corresponde ao povo no mundo da inteligência artificial, o que é um *demos* digital, que tipo de vontade popular se exprime nos *big data*, e como decidimos quando

sofisticamos os nossos processos automatizados. Precisamos de um discurso de Gettysburg para a democracia na era da inteligência artificial. O que estou a propor agora pode contribuir com alguns elementos para esse novo discurso.

## 1. O despejo dos humanos

Se a democracia é “cratos” do “demos”, não é muito claro até que ponto é democrático delegar as nossas decisões na tecnologia. Todas as tecnologias tiveram como consequência uma certa “periferização” dos humanos da esfera das decisões (isso é, em última instância, a automatização), mas nenhuma tinha sido tão disruptiva como a inteligência artificial, nenhuma nos tornou tão dispensáveis, tão substituíveis.

A tendência geral para uma pilotagem automatizada dos assuntos humanos não é apenas um aumento quantitativo dos instrumentos à nossa disposição, mas uma transformação qualitativa do nosso no mundo, um mundo no centro do qual já não nos encontramos. Esta nova paisagem tecno-política é muito importante para o ser humano e, ao mesmo tempo, despovoada de humanos, cheia de lugares e procedimentos onde a sua passagem e presença é proibida. Sem que isto tenha uma conotação necessariamente negativa, trata-se de um mundo “desumanizado”, como mostra o facto de as arquiteturas mais significativas do mundo estarem desprovidas de pessoas: as portas automatizadas, os elevadores sem ascensoristas, os campos agrícolas robotizados, as redes de comunicação autónomas, as estações orbitais extraterrestres são lugares desertos de humanos.

O horizonte parece ser um “loop sem humanos”, a nossa grande substituição pelas máquinas, algoritmos que decidem por nós. Tudo isto nos liberta de tarefas pesadas, puramente mecânicas, mas talvez seja apenas o início de um despejo gigantesco, de um mundo que funcionaria sem nós, esvaziado de qualquer vontade humana (Baudrillard 2007, 44). Com a automação, poderemos estar a programar a nossa própria obsolescência. Marvin Minsky afirmava que deveríamos dar-nos por felizes se, no futuro, as máquinas inteligentes nos mantivessem como animais de companhia. Não faltam apelos dramáticos a uma futura obsolescência da espécie humana. “Talvez seja o destino do homem ser a primeira espécie a criar os seus próprios sucessores evolutivos” (Mul 2014, 473).

Antes de pensarmos em soluções para esta ameaça, precisamos de saber se ela é real. Defendemos que haja “*humans in the loop*”, (como os

engenheiros designam o ciclo de ação, *feedback* e decisão que controla todas as decisões do sistema em cada momento), mas talvez já lá estejam, mais do que possa parecer. Para começar, é preciso reconhecer a grande quantidade de trabalho humano incorporado na própria automatização. O trabalho persiste: mesmo os empregos que correm um risco elevado de automatização têm um conjunto significativo de tarefas e funções difíceis de automatizar. Está a ocorrer uma nova divisão global do trabalho digital, pela qual se formam cadeias de deslocalização que nos obrigam a olhar para a automação de forma diferente: os trabalhadores humanos não são substituídos por robôs, mas por outros trabalhadores humanos (ocultos, precários e mais mal pagos). Contrariamente a uma certa retórica dominante, as plataformas não funcionam à custa de utilizadores benévolos, mas sim de proletários do *clique*. O que temos é uma “automação movida a humanos”, “micro-trabalhadores” ou “trabalhadores fantasma” escondidos nas tecnologias que sustentam a inteligência artificial e que executam tarefas digitais repetitivas. Como alerta Nick Seaver, “se não consegues ver um humano no *loop*, só tens de olhar para um *loop* maior” (Seaver 2018, 378).

O trabalho humano faz avançar a inteligência artificial em vários aspectos. As tecnologias digitais precisam do nosso trabalho, do trabalho dos utilizadores, para preencher a lacuna entre uma realidade feita de soluções informáticas muito menos satisfatórias do que o esperado e a promessa, continuamente adiada, do advento de máquinas capazes de simular o conhecimento humano. Sabemos bem que, de certa forma, cada pessoa que adere a uma rede social é um trabalhador. Refiro-me ao “trabalho de consumo não remunerado” (*unpaid consumption work*) (Huws 2019) dos chamados *prosumers* e aos “conteúdos gerados pelos utilizadores” (*user generated content*). Os robôs não são substitutos, mas dispositivos que interagem com os seres humanos.

## 2. Formas humanas de estar

Por conseguinte, a questão não é saber quantos humanos estão no *loop*, mas, como questiona (Crawford 2021, 77): onde e de que forma devem estar os humanos para termos o melhor ecossistema humanos-máquinas e para que se cumpram as promessas democráticas de autogoverno dos seres humanos? Devemos pensar e configurar a automação sem reduzir a questão a “humanos vs. máquinas”, possibilitando a existência de procedimentos de intervenção humana nas diferentes fases de implementação dos processos de automação que, sem pôr em causa os benefícios

da automaticidade, permitam considerar este processo como verdadeiramente democrático. Tratar-se-ia, portanto, de cumprir duas exigências: assegurar a vigência dos valores democráticos em novos ambientes tecnológicos que parecem colocá-los em risco à partida e a cujas vantagens não parece muito inteligente renunciar.

Podemos pensar nos processos de automatização por analogia com a forma como desenhamos a democracia representativa de modo que, sem estarmos presentes completamente e em todos os momentos da governação, nos permita considerarmo-nos os autores últimos das decisões coletivas. Os humanos deveríamos estar nessa posição em virtude de, pelo menos, seis propriedades destes dispositivos: flexibilidade, interpretabilidade, maleabilidade, contestabilidade, comunidade, diversidade e decidibilidade. Todas elas são diferentes declinações do nós, que fazem valer diferentes aspetos da subjetividade do povo. O povo que se assume como sujeito na era digital seria um nós constituído pelos conscientes, os intérpretes, os que intervêm, os que contestam, todos nós na nossa diversidade e a quem cabe em última instância tomar as decisões. Cada um destes modos de estar no *loop* exige as suas correspondentes conceções e formas de governação.

#### a) Reflexividade: nós, os conscientes

Toda a tecnologia – e talvez ainda mais a tecnologia digital – provoca em nós reflexos como respostas, em vez de reflexividade. A tecnologia funciona sem nos exigir – e mesmo sem nos permitir – que adotemos uma relação explícita com ela. Esta característica é particularmente intensa no caso das tecnologias digitais, que rapidamente assumem uma aura de neutralidade, passam despercebidas, privilegiando o automatismo, o tácito em detrimento do explícito. As tecnologias em geral, e a *computação ubíqua* (*ubiquitous computing*) em particular, integram-se no tecido social até se tornarem indistinguíveis dele (Weiser, 1991, 94), gerando um “inconsciente digital” (Trift 2004; Hildebrandt 2016). São variações da famosa ideia de Langdon Winner de “sonambulismo tecnológico” (1977), quer dizer, da falta de consciência do desenvolvimento tecnológico e das suas consequências, indiscutido, funcional e neutro.

Não é que as decisões-chave sejam delegadas em máquinas na ausência de humanos; é antes o facto de sermos pressionados a tomar decisões de tal forma que não nos perguntamos quem é o seu verdadeiro autor. Os sistemas automatizados empurram-nos para a irreflexibilidade no sentido descrito por Hannah Arendt: a incapacidade de criticar as instruções, a



falta de reflexão sobre as consequências, a disposição para acreditar que as ordens são corretas (Arendt 2006). A ideologia da razão algorítmica é menos ocultação deliberada do que irreflexibilidade. A sua naturalização consiste em deixarmos de nos interrogar sobre o tipo de racionalidade a que a racionalidade algorítmica responde, em pensar que não existe uma racionalidade alternativa ou, pelo menos, uma diversidade de possibilidades sobre o que fazer com essa racionalidade.

Esta seria a razão última pela qual não é boa ideia a proposta de configurar a democracia com base em dados, de acordo com a lógica dos sistemas de recomendação, de acordo com as preferências reveladas pelo nosso comportamento real. A proposta de uma “democracia eleitoral aumentada” (Lechterman 2024) ou de uma “democracia de dados” (Susskind 2018) não cumpre a promessa democrática de autodeterminação, porque esta não pode existir sem reflexividade. Os sistemas de recomendação, apesar da aparência, estão fora do controlo dos sujeitos; baseiam-se em comportamentos não reflexivos mais do que nas preferências expressas ou num processo deliberativo. Trata-se de uma forma de conhecimento e de comunicação que exclui a autorreflexão no processo de aprendizagem sobre si próprio.

Por um lado, os algoritmos de recomendação, mesmo que se apresentem apenas como identificadores de preferências, podem estar a induzi-las em certa medida. Mas a razão fundamental pela qual não refletem necessariamente uma verdadeira autodeterminação é *que colocam* a liberdade pessoal inteiramente no domínio psíquico, sem garantir ao indivíduo a capacidade de influenciar o contexto cultural, social e político que condiciona as suas preferências e decisões. Neste sentido, as recomendações formuladas com base em comportamentos que não foram expressamente objeto de reflexão, sem examinar a sua compatibilidade com os comportamentos dos outros nem a sua inserção num contexto social, são uma abstração desligada da nossa condição democrática.

A governação algorítmica parece legitimar-se porque não impõe, mas agrada; mas, deste modo, corre-se o risco de que estejamos tão satisfeitos que deixemos de preocupar-nos com as condições em que essa satisfação foi produzida. Os algoritmos assim entronizados têm um efeito despolitizante. A lógica algorítmica despolitiza na medida em que neutraliza o possível questionamento do automatismo que produz a nossa satisfação. “A governação algorítmica trabalha para produzir uma situação final em que não haja nenhum motivo para questionar essa governação” (König 2018, 306). As suas vantagens em termos de satisfação das necessidades individuais poderiam ser tão encantatórias que uma alternativa a este tipo de

governança, aos seus fins e procedimentos, nem sequer seria considerada. Um tal sistema de decisão não parece compatível com o questionamento permanente e a politização que caracterizam uma sociedade democrática, na medida em que dificulta ou impede o escrutínio crítico dos modelos utilizados e da informação subjacente.

Somos mais livres quando nos limitamos a satisfazer as nossas preferências ou quando adotamos uma atitude reflexiva em relação a elas, tendo em conta vários critérios (como a sua compatibilidade com as dos outros ou critérios de longo prazo), que podem levar-nos a satisfazê-las, a renunciar a elas ou a satisfazê-las de outra forma? A democracia não é um sistema de satisfação de necessidades, mas um sistema de reflexão coletiva sobre essas necessidades. Os seres humanos não só exprimem e perseguem desejos, como também têm a capacidade de ajuizar sobre eles, de modo que alguns nos parecem mais desejáveis do que outros. A reflexividade introduz uma distância em relação a nós próprios, pelo menos em relação àquilo que espontaneamente acreditamos preferir (ou que nos é recomendado como preferência) e, neste sentido, a convivência democrática não assenta em indivíduos soberanos, mas em interlocutores que discutem acerca do que é comum.

A reflexividade é o que torna possível a deliberação democrática, ou seja, aquela forma de interação que não é apenas uma negociação das nossas preferências e interesses, mas que permite inclusivamente a sua revisão e ponderação reflexivas. A democracia não é tanto o facto de a nossa opinião ser tida em conta ou de o nosso interesse ser satisfeito, mas sim o facto de dispormos de um espaço público no qual podemos formar a nossa opinião e identificar os nossos interesses, tendo em conta os dos outros.

## **b) Interpretabilidade: nós, os intérpretes**

A análise de dados desenvolveu-se de forma tão espetacular que pode seduzir-nos com a ideia de que constitui uma representação exata do mundo, capaz de refletir também com precisão aquilo que as pessoas, nós, o povo, realmente somos. Ora, um exame da sua natureza revela uma série de problemas relativos às promessas de que os dados sejam a nova representação exata do mundo. Ou, se preferirmos, pode ser que nos estejamos a dar uma representação “precisamente inexata da realidade” (McFarland / McFarland 2015). Para além disso, sabemos que os dados contêm muitos enviesamentos. No *loop* dos dados, supostamente agnósticos, há também muitos humanos: os dados são construções contingentes, contextuais, dependentes e em grande parte arbitrárias. Agrupar sensações ou diferenciar

consumos, identificar um movimento ou atribuir uma qualidade, tudo isto requer muitas decisões prévias acerca de que propriedade define que categoria, quais são as unidades de medida, o que é relevante para quê, convenções humanas que são, em maior ou menor grau, arbitrárias e modificáveis.

Esta arbitrariedade não é algo que possa ser eliminado com mais dados, mas sim com melhores interpretações; a quantidade não nos permite desembaraçar-nos completamente da questão da qualidade dos dados, ou seja, do seu contexto, âmbito e limitações. A acumulação não resolve os problemas de interpretação. A descoberta do sentido é um verdadeiro problema para os computadores, mesmo que estes tenham acesso a uma quantidade gigantesca de textos digitalizados. Os limites da inteligência artificial não são uma questão de poder computacional ou de tamanho da memória – algo que poderia ser resolvido por um simples “darwinismo de dados” (Malik 2013) – mas da falta de certos mecanismos de que os humanos são dotados. A atual euforia sobre o potencial da análise de dados deve amadurecer numa compreensão equilibrada dos seus pontos fortes e limitações. O problema da atual ciência dos dados é que é frequentemente sustentada por métodos que se baseiam em epistemologias simples que ignoram a natureza complexa e contextual dos seres humanos e das suas interações, métodos que não interrogam criticamente os pressupostos do conhecimento.

É curioso que a crise da representação política, invocada por muitos protestos nos últimos anos, tenha dado lugar a uma aceitação acrítica da capacidade dos dados para nos representar. Os nossos representantes políticos não nos representavam, mas os nossos dados representam-nos? Se o mandato político da representação é questionado, monitorizado e revogado, a pretensão de representar o que realmente somos e queremos através dos dados deveria ser acompanhada de uma reflexão sobre o cumprimento de tal promessa, dos seus limites epistémicos e das suas condicionantes políticas e económicas. É necessário reclamar a necessidade de os interpretar. Ao melhorarmos as nossas práticas quantitativas, temos de reforçar as exigências de qualidade dos dados e da sua interpretação. O fator humano desempenha aqui um papel insubstituível, na medida em que somos nós que temos de os interpretar corretamente, descobrir as suas falhas e colocar os resultados em contextos aplicáveis. Nós não somos os nossos dados, mas sim aqueles que os interpretam.

### **(c) Maleabilidade: nós, os que intervimos**

O que aqui designo por maleabilidade, mais do que um princípio normativo, é uma realidade de facto: as transformações sociais desencadeadas

pela inteligência artificial não são predeterminadas por estas tecnologias, mas emergem das formas como estas tecnologias e as práticas que se desenvolvem à sua volta são culturalmente compreendidas, socialmente organizadas e legalmente reguladas. A técnica é sempre o resultado de um processo de negociação entre os avanços tecnológicos, os interesses económicos, as expectativas sociais, as exigências legais e a configuração política. Isto é especialmente verdade no domínio da inteligência artificial, uma vez que os procedimentos algorítmicos podem reagir dinamicamente ao comportamento dos seus utilizadores, revelando-se, assim, mais profundamente envolvidos nos processos de decisão social do que outras tecnologias. Tal como não existe nada que possa ser qualificado como “dados em bruto” (Gitelman 2013), também não existe uma tecnologia que preceda a sociedade e a condicione a partir do exterior. O que entendemos como uma consequência da tecnologia não é, em geral, uma consequência imediata, como pretende o determinismo, mas uma consequência das respostas sociais às possibilidades tecnológicas.

Daí que, tanto a utopia que pensa que a tecnologia resolve tudo como a distopia que vê nela apenas perigos, têm uma visão profundamente a-histórica que coloca o poder apenas na tecnologia e não no modo como nós, humanos, nos apropriamos dela. O neutralismo e o determinismo concebem a tecnologia como independente do seu uso social, como algo fechado, definido e insuscetível de modulação; no primeiro caso, porque não é necessário e, no segundo, porque não é possível. Pensar desta forma impede-nos de perceber os espaços de configuração democrática que temos à nossa disposição, que não são ilimitados, mas também não são inexistentes. A ideologia do “inevitabilismo” (Zuboff 2018) ignora o facto de todas as tecnologias permitirem algumas opções, mesmo que o âmbito das possibilidades não seja infinito.

O determinismo tecnológico está muitas vezes ligado a uma visão reducionista da tecnologia, que não a considera como um fenómeno social e cultural, concebendo que os dispositivos técnicos predeterminam a sua utilização sem permitir que cada sociedade se aproprie deles de acordo com as suas próprias idiossincrasias e padrões culturais. A debilidade deste tipo de diagnóstico reside precisamente na ideia de que a evolução tecnológica possa ser possível sem a intervenção humana. Essa intervenção pode ser melhor ou pior, mas está presente no desenvolvimento da tecnologia muito mais do que pensam os deterministas. Os artefactos tecnológicos são suficientemente subdeterminados para permitirem múltiplas configurações possíveis (Klein / Kleinman 2002). O mundo digital é simultaneamente uma consequência do modo como as

tecnologias funcionam e do modo como as pessoas as utilizam, de formas que são difíceis de distinguir.

A sociedade não é *determinada*, mas sim *condicionada* tecnologicamente. As sociedades desenvolvem-se em virtude do que as tecnologias permitem, porque determinados artefactos abrem e fecham possibilidades de ação, mas as escolhas que fazemos, por sua vez, modificam o domínio do tecnologicamente condicionado. A ideia de condicionamento alude precisamente a esse conjunto de possibilidades: que tipos de comportamentos são facilitados ou inibidos, impostos ou impossibilitados, por um determinado artefacto ou por uma infraestrutura tecnológica (Hildebrandt 2008; Verbeek 2005). Nunca acontece que a tecnologia, por si só, produza mudança social; atua sempre no contexto de um conjunto de pré-condições sociais, económicas e culturais com as quais interage na coprodução da mudança social. Toda a mudança social ocorre porque os seres humanos dão uma certa resposta ao condicionamento em que se encontram e não outra. O condicionamento é mútuo: uma determinada infraestrutura tecnológica torna possível um determinado tipo de organização social e uma determinada conceção da sociedade impulsiona certos desenvolvimentos tecnológicos e não outros. Assim sendo, não faz sentido abordar a crítica da digitalização a partir de uma perspetiva dualista, opondo humanos e máquinas, sem ter em conta que se relacionam através de uma fronteira porosa.

Em última análise, o poder social dos algoritmos provém das relações recursivas entre as pessoas e os algoritmos. Não se trata de encontros unidirecionais; as pessoas limitam e alargam a capacidade dos algoritmos. Pode até acontecer que os algoritmos sejam utilizados para resistir ao poder daqueles que os programaram, o que não significa que se restabeleça um equilíbrio perfeito entre os dois, mas sim que o poder não é exercido sobre sujeitos passivos. Essas relações, por mais assimétricas que sejam, são dinâmicas, contingentes, socialmente construídas e constantemente renegociadas. É possível melhorar as nossas intervenções, porque de facto já intervimos no desenvolvimento da tecnologia, que não é nem deve ser uma realidade completamente subtraída à nossa intervenção.

A intervenção humana nem sempre serve para melhorar o desempenho, a objetividade e a equidade das decisões algorítmicas. Veja-se o dilema da moderação de conteúdos, que pode incorrer em arbitrariedades semelhantes às que pretende corrigir; os enviesamentos nas decisões judiciais, que não desaparecem pelo facto de intervir um humano, um juiz, que não está isento de enviesamentos, os quais podem precisamente ser identificados com precisão pelos sistemas de inteligência artificial; temos

o exemplo da transação London Whale e JP Morgan de 2011, cujas perdas e minimização dos riscos de certos produtos financeiros constituíram uma fraude que não foi produzida pela algoritmização das finanças, mas pela intervenção humana, e que talvez um sistema mais automatizado tivesse tornado impossível (Pasquale 2015, 174).

A questão poderia ser colocada da seguinte forma: que tipo de intervenção humana na *machine learning* (aprendizagem automática) pode fazer com que esta seja *machine* mas não deixe de ser *learning*? Como é que a vontade humana de configurar se articula com as possibilidades de redução da complexidade que só estão ao alcance dos algoritmos automatizados? A dificuldade da questão é que os algoritmos só podem ser problematizados “até certo ponto”, porque a automatização não pode ser constantemente “manualizada” sem perder as suas virtualidades. Nós, que intervimos no desenvolvimento da tecnologia, fazemo-lo a partir de uma vontade soberana que não quer renunciar aos benefícios que a inteligência artificial nos pode trazer.

#### **d) Contestabilidade: nós, os que contestamos**

O facto de cada vez mais decisões públicas serem tomadas por procedimentos algorítmicos obriga-nos a renegociar o espaço híbrido de ação em que nos desenvolvemos, nós, os humanos, e os artefactos tecnológicos. O espaço de ação quotidiana, que antes era partilhado apenas com outros seres humanos, é agora cada vez mais partilhado com dispositivos técnicos; não haverá verdadeira democracia se não trouxermos estes artefactos para um domínio que nos permita contestar as suas decisões.

As possibilidades de contestação podem assumir diversas formas (monitorização, avaliação, supervisão, crítica, responsabilização...) e ter lugar em diferentes momentos (nos dados, algoritmos, resultados, regulação...). Em todo o caso, são formas e momentos em que nós, humanos, nos afirmamos como aqueles que têm a capacidade de conferir ou não conferir legitimidade ao sistema sociotécnico.

A primeira possibilidade de contestação situa-se no domínio dos dados. Nos últimos anos, desenvolveu-se uma espécie de “estatisticativismo”, o ativismo político acerca das estatísticas. Na medida em que classificam, processam e fazem previsões com base nos dados, os algoritmos são políticos, porque fazem com que o mundo apareça de uma forma e não de outra. Muitos grupos tomaram consciência de que as estruturas sociais são condicionadas por decisões a favor de usar certos indicadores e critérios de avaliação, incluindo procedimentos automatizados. Formaram-se

movimentos como a ONG *Algorithm Watch*, que exigem transparência e direito de crítica, sobretudo por parte daqueles que são objeto de classificação desse modo. Nesta linha, surge o novo campo de luta sobre ser “um sujeito de dados” (Ruppert / Isin / Bigo 2017), ou o que se convencionou chamar de “controversa política de dados”, ou seja, iniciativas sociais que interferem nos processos dominantes de datificação ou deles se apropriam, impugnando as relações de poder existentes ou reapropriando-se das práticas e infraestruturas de dados para fins diferentes dos pretendidos (Beraldo / Milan 2019).

Outra forma de contestação é a exigência de transparência. As diversas reivindicações de publicidade têm o efeito de dar poder às pessoas face à tecnologia. Uma vez que a computação é tornada pública, os utilizadores de alguma forma domesticam-na, utilizando-a de maneiras diferentes, subvertendo-a mesmo ou reformulando-a (pensemos, por exemplo, na tentativa dos utilizadores de *gamificar* o algoritmo *PageRank* da Google). Neste sentido, os algoritmos não são apenas o que os programadores criam, mas também aquilo que os utilizadores fazem deles no dia-a-dia. O algoritmo molda a forma como os utilizadores se comportam, mas, ao mesmo tempo, o que o algoritmo faz é condicionado pelo *input* que recebe dos utilizadores. As pessoas não se limitam a obedecer, mas também resistem, subvertem e transgridem o trabalho dos algoritmos, redesenhando-os para objetivos que não coincidem com aqueles para os quais foram concebidos.

As potencialidades da contestação relativa à transparência dependem da forma como a concebemos. A transparência entendida como a justificação das decisões é suscetível de assegurar mais legitimidade no espaço público do que a transparência do processo. O «direito à explicação» não tem de ser uma autópsia dos sistemas, mas funciona antes como um princípio de autocontrolo. Entendido desta forma, este princípio é compatível com a complexidade do sistema e reduz um pouco a assimetria cognitiva entre os conceptores e os afetados. A questão não é saber se compreendemos o funcionamento do algoritmo, mas sim se nos foram fornecidas as chaves para avaliar a justificação das decisões que decorrem da sua utilização. Este tipo de publicidade deveria servir para capacitar o público para que possa debater as decisões e inclusivamente exigir a sua revisão.

Embora, devido à complexidade dos sistemas, o teste do que se passa dentro da “caixa negra” que é o sistema (*black box testing*) não seja possível em cada decisão concreta, podem ser revelados os critérios gerais considerados pelo algoritmo, permitindo, assim, diagnosticar a sua falta de qualidade ou as discriminações implícitas, de modo que esta avaliação possa motivar intervenções para corrigir o programa. Os algoritmos são

treinados para navegar em grandes conjuntos de dados, usando determinados conceitos ou variáveis-chave predefinidas, como “solvabilidade” ou “indivíduo de alto risco”. O algoritmo não define estes conceitos por si só; os humanos – programadores e cientistas de dados – escolhem os conceitos a utilizar, pelo menos como ponto de partida inicial. São as decisões prévias acerca destas categorias que têm de ser revistas pelos cidadãos. Não é certamente possível aplicar às decisões algorítmicas os mesmos critérios que se aplicam às decisões humanas, mas elas podem ser colocadas no espaço deliberativo em que as decisões e os argumentos são ponderados.

As ideias de transparência e de compreensão têm, contudo, conotações de passividade e não deixam espaço para a intervenção expressa das pessoas afetadas pelas decisões. O conteúdo da explicação deve ser orientado, não apenas para a inteligibilidade dos utilizadores, mas também para possibilitar a sua intervenção. O valor da regulação da transparência da inteligência artificial é gerar conhecimento, estimular o debate sobre a tecnologia, motivar os indivíduos a contestar as decisões nela baseadas e – a longo prazo – reforçar a aceitação social da nova tecnologia. Como na democracia em geral, ao contestar as decisões algorítmicas, nós, os que contestamos, não enfraquecemos a tecnologia — pelo contrário, contribuímos para aumentar a sua legitimidade.

#### **e) Comunidade: nós, todos**

O controlo das pessoas sobre as decisões tecnológicas que as afetam costuma ser considerado como um atributo individual, um consentimento informado que raramente está ao nosso alcance, devido à complexidade das questões, ao desconhecimento ou à sobrecarga que muitas vezes daí resulta (paguem-me pelos meus dados, expliquem-me de uma forma que eu possa compreender, quero dar o meu consentimento individual). Não é raro que as explicações fornecidas sejam mais difíceis de compreender do que os próprios sistemas que pretendem explicar. Sabemos quais são e que efeitos terá, por exemplo, “aceitar os cookies necessários”? Em matéria de inteligência artificial, não estamos como deveríamos estar se estivermos apenas como indivíduos. Não basta “privatizar a transparência” (Wishmeyer 2018, 54) e deixar o controlo sobre os algoritmos nas mãos dos cidadãos – um controlo que dificilmente podem realizar – e assim renunciar à regulação pública. O problema fundamental quando se fala de consentimento ou não consentimento é que a tarefa de auditar os algoritmos, ou de explicar as decisões automáticas, deve ser concebida como



uma tarefa coletiva, não como um mero direito individual, muitas vezes difícil de concretizar.

Dois exemplos ilustram muito bem a insuficiência de uma abordagem individual: a privacidade e a transparência. Se a defesa da privacidade fosse uma tarefa exclusiva da soberania individual, ver-nos-íamos confrontados com o paradoxo de só a podermos proteger a nossa à custa da privacidade dos outros, pois o nível de privacidade e exposição que alguém aceita tem efeitos sobre a privacidade e a exposição dos demais utilizadores. É que há muitos dados supostamente individuais cuja revelação, mesmo que consentida pela pessoa imediatamente afetada, implica a possibilidade de expor dados de terceiros, por serem facilmente inferidos. O grau de exposição e privacidade aceitável só pode ser decidido coletivamente. A relação de cada um com os dados que gera não pode ser pensada na lógica clássica da propriedade, mas sim na perspectiva de bens comuns que exigem uma regulação pública correspondente.

Outro exemplo deste entrelaçamento entre o individual e o coletivo é a questão da transparência. Se queremos uma inteligência artificial transparente, temos de ter em conta que não vemos todos a mesma coisa, mesmo que nos seja mostrada a mesma coisa, que existem muitas assimetrias em termos de compreensão. Devemos ainda ter em conta o possível efeito não intencionado de a transparência servir aos atores mais competentes para manipular o sistema (*"gaming the system"*), sem que os utilizadores comuns beneficiem dela. Tal como a autoria dos algoritmos, a sua compreensão é uma questão coletiva. Temos de mudar de perspectiva e compreender as explicações, não apenas como um ato de fornecer informações a um indivíduo, mas também como uma prática social inserida num ambiente institucional específico. É melhor trabalhar na construção social da confiança do que numa transparência mecânica e individual que não corresponderia à complexidade algorítmica e, por conseguinte, não melhoraria nem a nossa compreensão nem a supervisão democrática das suas decisões.

A criação de confiança é essencial quando nos encontramos em ambientes de complexidade. A inspeção dos algoritmos deve geralmente ser confiada a "algum auditor de confiança" (Pasquale 2015, 141). São necessários fiduciários da informação ou "infomediary", instituições que, por delegação, interpretem, representem e nos defendam em cenários complexos, tendo em conta a assimetria de informação em que nós, sujeitos individuais, nos encontramos, a nossa falta de tempo e de conhecimentos especializados. Os utilizadores devem ser apoiados por sistemas de auditoria. É fundamental ter em conta não só a informação divulgada, mas também os instrumentos e as capacidades necessárias para a interpretar.

Só a institucionalização de procedimentos de auditoria e de controlo pode garantir que nada é feito à custa de ninguém, que as assimetrias que possam gerar-se são corrigidas na medida do possível, que estamos todos envolvidos. E se, em vez de propormos o objetivo de que haja um humano no processo (*a human in the loop*), entendido como um indivíduo que consente, tratássemos de que a sociedade esteja no processo (*keeping society in the loop*)? (Rahwan 2018)

#### f) Diversidade: nós, os diferentes

Nas democracias representativas, registaram-se grandes progressos nos últimos anos para as tornar verdadeiramente representativas, o que implica, entre outras coisas, que a diversidade dos representantes deve ser tão semelhante quanto possível à diversidade dos representados. A resposta histórica ao desafio colocado pelo absolutismo foi dividir o poder, garantir o pluralismo e melhorar a representação. Qual seria hoje uma estratégia análoga para poder considerar democrática uma tecnologia tão poderosa? A democratização destas tecnologias passa, como sempre aconteceu quando se configurou uma autoridade de qualquer tipo, pela sua inserção em espaços onde se articule o pluralismo próprio das sociedades.

Na sua configuração atual, o nosso ambiente digital coloca precisamente muitos problemas de falta de diversidade que exigiriam a garantia do pluralismo: temos um problema de diversidade decorrente da concentração de poder exercido por um pequeno número de plataformas; há falta de diversidade nos sistemas de aprendizagem automática (*machine learning*); esta falta de diversidade na própria conceção dos sistemas de inteligência artificial pode reforçar a discriminação, dando-lhes uma aparência de objetividade; há toda uma discussão sobre como conseguir maior diversidade na própria informática, uma disciplina demasiado dependente da engenharia e com um modelo estereotipado de masculinidade (o Fórum Económico Mundial e a UNESCO, entre outros, têm alertado para a escassa presença de mulheres entre os investigadores em inteligência artificial, *software* e *machine learning*); temos também um problema no equilíbrio de valores na construção e curadoria dos conjuntos de dados; a falta de diversidade facial gerou problemas conhecidos de discriminação no reconhecimento facial, que não tem suficientemente em conta as diferenças locais e globais; há também uma falta de diversidade nas recomendações de notícias (*news recommendations*).

A democratização poderia ser pensada com a metáfora de um parlamento dos algoritmos, onde as justificações tecnológicas, a validade dos

dados, os enviesamentos dos algoritmos, a utilidade da automatização, teriam de ser pesados e equilibrados, de forma semelhante ao que fazemos com as nossas diferenças ideológicas e de interesses nas instituições parlamentares clássicas. Para que os nossos algoritmos nos representem, têm de refletir a nossa diversidade, porque o nós que é o titular da soberania é constituído pelos diferentes, é um nós feito da sua diversidade.

### g) Decidibilidade: nós, os que decidimos

No cerne da teoria democrática estão as difíceis questões de quem tem o direito de decidir, quem tem a competência ou quem é o detentor da soberania. Será que ainda faz sentido defender o “direito a uma decisão humana” (Huq 2020) quando nos movemos num ambiente automatizado, e ainda mais quando as decisões parecem recair quase inteiramente sobre algoritmos? Talvez a solução para este dilema não seja tanto a determinação de uma hierarquia estável de tomada de decisão (quem está acima de quem, máquinas ou humanos), mas uma abordagem mais flexível que coloque a instância decisiva numas ou noutros de acordo com o tipo de problemas que enfrentamos.

As máquinas e os seres humanos decidem de formas muito diferentes; somos particularmente dotados para um tipo de situação e muito desajeitados noutras. Os algoritmos têm um papel a desempenhar quando os critérios estão bem definidos e são quantificáveis, sujeitos a regras estritas, matematizáveis, podem ser elaboradas com critérios lógicos e estatísticos, mas têm muitas dificuldades quando se trata de “lidar com a ambiguidade, com os meios-tons e as insinuações que permeiam a conversa humana, os sorrisos ou os silêncios que são sinais de comunicação não verbal que significam coisas diferentes em contextos culturais diferentes” (Nowotny 2021, 115). De facto, a inteligência artificial “está limitada a problemas que consistem em mapear entradas bem definidas em relação com saídas bem definidas em domínios em que está disponível um conjunto de treino gigantesco, em que a medida do sucesso é imediata e precisa e em que não é necessário um raciocínio gradual, hierárquico ou abstrato” (Pinker 2019, 110). Jogos como o xadrez ou o go têm recompensas simples, tipos limitados de movimentos, nada escondido e limites claros. Mas as situações reais no mundo não têm limites, não se sabe o que está dentro ou fora da situação. As limitações cognitivas da inteligência artificial devem-se ao facto de ser um conjunto de técnicas inadequadas para um mundo aberto (*open-ended world*), técnicas que funcionam para problemas muito específicos em que as regras não mudam e quando temos todos os dados que queiramos.

Os humanos temos, comparativamente falando, uma forte capacidade para resolver o que alguém designou por “problemas selvagens” (Roberts 2022); estamos mais bem equipados para lidar com problemas pouco ou mal estruturados. Resolver problemas bem estruturados é selecionar alternativas a partir de um menu de opções disponíveis, mas são necessárias competências completamente diferentes quando confrontados com problemas que não se encontram em nenhum dos repertórios disponíveis. Por exemplo, que os humanos decidam relativamente bem com pouca informação, deve-se ao facto de, ao longo da história, termos tido de sobreviver em ambientes com informação escassa. Dada a atual sobrecarga de informação, esta capacidade não nos dispensa de tirar partido das tecnologias capazes de processar enormes quantidades de informação. A vantagem evolutiva dos seres humanos é que podemos tirar partido das tecnologias de processamento de dados sem termos de sacrificar a nossa capacidade especial de decidir quando os dados são escassos, porque, de facto, por muitos dados de que disponhamos, haverá sempre situações em que a decisão não é totalmente clara.

Turing tinha uma conceção simplificada da inteligência, que foi transmitida a toda uma geração de cientistas da inteligência artificial, uma ideia de inteligência como “resolução de problemas” (*problem-solving*). Esta conceção falha ao não compreender uma peculiaridade do nosso conhecimento: a sua versatilidade ou inespecificidade. O AlphaGo é o melhor jogador de go do mundo, mas não consegue jogar mais nada; um tradutor do Google consegue traduzir um romance, mas não consegue fazer a sua crítica literária, porque não sabe se gosta dele ou não. Os humanos temos uma inteligência versátil, pouco específica, que pode especializar-se, mas que é capaz de fazer diversas coisas, pelo que, para nós, a realidade é multidimensional.

Na política encontramos um exemplo muito ilustrativo desta diferença de capacidades. Existem tarefas administrativas, mas é no *propriamente político da política* onde este contraste e a nossa maior aptidão mais se manifestam. A política é um domínio de decisão em que a incerteza é particularmente intensa. O facto de a política ser uma atividade particularmente contingente significa que ela remete para um conjunto de questões que não podem ser resolvidas por um fluxo de informação e de conhecimento que tornaria desnecessária uma decisão. A política comparece quando sabemos tudo o que se pode saber, depois de termos discutido tudo o que é possível, depois de termos procurado a opinião autorizada de peritos, depois de termos recorrido a todas as técnicas de datificação disponíveis... e ainda não é totalmente claro o que se deve fazer. Toma-se

então uma decisão, tão bem informada quanto possível, mas ainda assim uma decisão, isto é, não esmagadora, contestável e suscetível de revisão. Os procedimentos da inteligência artificial não nos podem dispensar desta decisão. Há política ali quando, apesar de toda a sofisticação dos cálculos, acabamos por ser obrigados a tomar uma decisão que não é precedida de razões avassaladoras, nem é conduzida por tecnologias infalíveis. Os procedimentos algorítmicos servem para reduzir a complexidade, mas não parecem suscetíveis de suprimir completamente a incerteza em que é tomada uma grande parte das decisões políticas, não cumprindo, assim, as suas promessas de objetividade, para alívio daqueles que temiam o fim do pluralismo político.

É muito discutível que os algoritmos e a automatização possam assumir todo o processo de decisão, mas mesmo que o pudessem fazer, numa democracia a correção das decisões não pode ser estabelecida sem a afirmação de uma lógica cuja legitimidade reside, em última análise, na nossa livre vontade política. A inevitabilidade de decidir é a justificação definitiva para que a democracia seja uma forma de governo em que os leigos têm a última palavra sobre os peritos. Atualmente, parece não haver nenhum dispositivo, analógico ou digital, que nos liberte completamente desta necessidade de decidir. Tal como na política, seja através de procedimentos de representação, por delegação, provisoriamente ou em âmbitos delimitados, todas estas são estratégias para lidar com as questões e reduzir a sua complexidade na medida do possível, mas a decisão final deve caber-nos a nós, humanos, se é que queremos manter o direito de decidir, o núcleo essencial da democracia.<sup>1</sup>

## Referências

Arendt, Hannah (2006), *Eichmann in Jerusalem: A Report on the Banality of Evil*, Nova Iorque: Penguin Classics.

Baudrillard, Jean (2007), *Porquoi tout n'a-t-il pas déjà disparu*, Paris: L'Herne.

Crawford, Kate (2021), "Between Dystopia and Utopia", Acemoglu, Daron, *Redesigning AI. Work, democracy, and justice in the age of automation*, Cambridge, Boston Review, 76-81.

Eichler / Topidi 2022

Eichler, Jessica / Topidi, Kyriaki (2022), *Minority Recognition and the Diversity Deficit Comparative*

Gitelman, Lisa / Jackson, Virginia (2013), "Introduction", em Gitelman, Lisa (ed.), *'Raw Data' is an Oxymoron*, Cambridge: MIT Press, 1-14.

---

<sup>1</sup> Este original do Professor Daniel Innerarity foi produzido para o *Portugal Socialista* em castelhano (também chamado espanhol) e traduzido para português à nossa responsabilidade. (Nota do diretor do *Portugal Socialista*.)

- Hildebrand, Mireille (2008), "A Vision of Ambient Law", em Brownsword, Roger / Yeung, Karen (eds.), *Regulating Technologies*, Oxford: Hart, 175-191.
- (2016), *Smart Technologies and the End(s) of Law*, Cheltenham: Elgar.
- Huq, Aziz Z. (2020), "A Right to a Human Decision", *Virginia Law Review* 106, 611-688.
- Huws, Ursula (2019), "The Hassle of Housework: Digitalisation and the Commodification of Domestic Labour", *Feminist Review*, 123(1), 8-23.
- Klein, Hans K. / Kleinman, Daniel L. (2001), "The Social Construction of Technology: Structural Considerations", *Science, Technology and Human Values* 27 / 1 (2002): 28-52.
- König, Pascal (2018), "Algorithmen und die Verwaltung sozialer Komplexität. Zur Neukonfigurierung der Idee der Selbstregierung des Volkes", *Zeitschrift für Politikwissenschaft* 28, 289-312.
- Lechterman, Theodore M. (2024), "The Perfect Politician", in Edmonds, David (ed.), *Living With AI: Moral Challenges*, Oxford University Press.
- Malik, Om (2013), "Uber, Data Darwinism and the Future of Work", Gigaom, 17 de março de 2013, <https://gigaom.com/2013/03/17/uber-data-darwinism-and-the-future-of-work/>.
- McFarland, Daniel / McFarland, Richard (2015), 'Big Data and the danger of being precisely inaccurate', *Big Data & Society*, dezembro, <https://doi.org/10.1177/2053951715602495>
- Mul, Jos de (2014), "Philosophical Anthropology 2.0. Reading Plessner in the Age of Converging Technologies", in Mul, Jos de (ed.), *Plessner's Philosophical Anthropology. Perspectives and Prospects*, Amsterdam University Press, 457-475.
- Nowotny, Helga (2021), *In AI we trust. Power, illusion and control of predictive algorithms*, Cambridge: Polity Press.
- Pasquale, Frank (2015), *The Black Box Society: The Secret Algorithms that Control Money and Information*, Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Pinker, Steven (2019), "Tech prophecy and the underappreciated causal power of ideas", in Brockman, John (ed.), *Possible Minds. 25 Ways of Looking at AI*, Nova lorque: Penguin, 100-112.
- Rahwan, Ilyad (2018), "Society-in-the-loop: Programming the algorithmic social contract", *Ethics and Information Technology* 20(1), 5-12.
- Roberts, Russ (2022), *Wild Problems: A Guide to the Decisions That Define Us*, Nova lorque: Portfolio.
- Ruppert, Evelyn / Isin, Engin / Bigo, Didier (2017), "Data politics", *Big Data & Society*, julho-dezembro de 2017, 1-7.
- Seaver, Nick (2018), "What Should an Anthropology of Algorithms Do?", *Cultural Anthropology* 33 / 3, 375-385.
- Susskind, Jamie (2018), *Future Politics*, Oxford University Press.
- Thrift, Nigel (2004), "Remembering the Technological Unconscious by Foregrounding the Knowledges of Position", *Environment and Planning D: Society and Space* 22, 175-190.
- Verbeek, Peter-Paul (2005), *What Things do. Philosophical Reflections on Technology, Agency and Design*, Pennsylvania State University Press.
- Weiser, Mark (1991), "The computer for the 21st century", *Scientific American* 265 / 3, 94-104.
- Winner, Langdon (1977), *Autonomous Technology. Technics-out-of-Control as a Theme in Political Thought*, Cambridge, Ma.: MIT Press.
- Wishmeyer, Thomas (2018), "Regulierung intelligenter Systeme", *Archiv des öffentlichen Rechts* 143, 1-66.
- Zuboff, Shoshana (2018), *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*, New York: Public Affairs.

OS SOCIALISTAS  
SÃO FEMINISTAS?

---





# Os Socialistas são Feministas?

**A** igualdade, o combate às discriminações (incluindo contra a discriminação com base no género) e a promoção dos direitos humanos são valores que pertencem ao núcleo duro do ideário do Partido Socialista, tal como apresentado na sua Declaração de Princípios.

Discriminações há muitas. Todas as pessoas discriminadas merecem o olhar e a luta dos socialistas por um mundo melhor. Todas as pessoas estão abrangidas pelo nosso compromisso com os Direitos Humanos – e a forma como, nas nossas sociedades, se espalha como uma nódoa o racismo, o medo do Outro, o discurso de apoucamento dos imigrantes, mostra como é frágil a nossa humanidade e como é indispensável trabalharmos muito para que não se perca de vista a universalidade do escopo dos Direitos Humanos, que é parte imprescindível da luta dos socialistas.

Não podemos, contudo, deixar de pensar especificamente no lugar das mulheres na luta pela igualdade. A discriminação, assumida ou disfarçada, explícita ou implícita, a negação prática da igualdade às mulheres é uma das formas mais universais e antigas de desigualdade, presente em praticamente todas as culturas e épocas. Está enraizada nas instituições sociais e políticas, é estrutural, tem impacto em todos os domínios da vida: família, educação, trabalho, política, .... Cruza-se com outras formas de discriminação: a mulher pobre, a mulher migrante, a mulher negra, a mulher com uma deficiência é alvo de discriminação multiplicada. A discriminação

contra as mulheres afeta metade da população mundial. Merece, por todas essas razões, um olhar específico da parte de todos os defensores dos Direitos Humanos.

Este não é um “tema específico”. A luta pela igualdade não é só uma luta das mulheres. Não há justiça que não seja para todos, quem luta pela justiça luta por todos. Por isso muitos homens se dizem feministas. Também por isso há mulheres que, sendo pela igualdade, dizem que não são feministas. Neste debate, com muitas facetas, está implicado um trabalho de esclarecimento entre a visão global dos socialistas acerca do sentido da sua ação política e a forma como as diversas lutas se entrelaçam de modo mais harmonioso ou mais conflitual.

Estas são as razões primárias para a publicação deste dossier, que parte de uma pergunta provocatória – provocatória no sentido de nos levar além daqueles aspetos em que estamos todos de acordo e nos obrigar a algum aprofundamento conceptual: “Os Socialistas são Feministas?”. A este repto responderam Elza Pais, numa perspetiva mais institucional, que decorre do facto de ser Presidente Nacional das Mulheres Socialistas; Ana Coucello, com larga experiência nacional e internacional nos movimentos pelos direitos das mulheres, que nos oferece, além do mais, uma perspetiva crítica acerca da própria forma como o PS vive esta questão nos seus textos e na sua prática; João Costa, um dos homens socialistas que orgulhosamente se afirmam no espaço público como feministas; Maria Belo, que mobiliza a sua condição de psicanalista para nos proporcionar uma abordagem diferenciada da questão proposta, que foge aos tópicos mais comuns nos debates políticos sobre esta matéria e nos proporciona um questionamento de profundidade antropológica, da qual resulta uma resposta (talvez) inesperada à questão que orienta este dossier.

# Os Socialistas são Feministas?

## Ana Coucello

---

Foi Presidente da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PPDM) e Vice-Presidente do European Women's Lobby. Cofundadora do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas (atual MS-ID).

**E**m traços muito gerais, *ser feminista* é manifestar inconformismo com a sujeição e subalternização das mulheres<sup>1</sup> como paradigma fundacional do ordenamento social em que ainda hoje nos inserimos e movemos.

É comum considerar-se a escritora inglesa Mary Wollstonecraft como a figura mais emblemática do advento do feminismo devido ao seu combate pelos direitos das mulheres eloquentemente defendidos na sua obra, em particular no livro “A Vindication of the Rights of Woman”<sup>2</sup>, publicado em 1792.

A realidade, porém, é multifacetada. Antes de Wollstonecraft, ao longo dos séculos, inúmeras mulheres, de cujo rasto a história oficial procurou desembaraçar-se, combateram igualmente pelos direitos das mulheres e sofreram as consequências da sua coragem. Em todas as épocas, no Ocidente como noutras paragens, há sinais de resistência feminista.

---

<sup>1</sup> As mulheres não constituem um grupo homogêneo, caracterizam-se também pela origem étnica, religião, classe, educação, etc... O que nos permite falar de “mulheres” e de “homens” é o facto de o seu inter-relacionamento obedecer a um padrão que pode variar nas suas manifestações, mas que mantém, em todas as latitudes, a mesma matriz de opressão, dominação e exploração das mulheres.

<sup>2</sup> “Uma Reivindicação pelos Direitos da Mulher”.

Recordo Hypatia de Alexandria, celebrada filósofa e matemática dos séculos IV e V, selvaticamente assassinada por questões político-religiosas e por ser uma mulher celibatária e livre. Recordo Christine de Pisan que, em 1405, publica “Le Livre de la Cité des Dames”, contestando os estereótipos de um mundo dominado pelo sexo masculino.<sup>3</sup> Recordo enfim Olympe de Gouges, audaciosa precursora das sufragistas, que, em 1791, redigiu a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, em contraponto à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão<sup>4</sup>, o que haveria de levá-la ao cadafalso na Praça paradoxalmente designada da Concórdia!

No prefácio de «Histoire des Femmes en Occident» (1991) que conjuntamente coordenaram, Georges Duby e Michelle Perrot afirmam: “Quando, no final do século XIX, a história positivista se organiza (...) exclui duplamente as mulheres: do seu campo, uma vez que se dedicava ao público e à política; da sua escrita, já que esta profissão lhes estava vedada: uma profissão de homens que escrevem a história dos homens, apresentada como universal”<sup>5</sup>.

## E o que são os feminismos?

A formulação do neologismo “féminisme”, que haveria de abarcar as correntes de pensamento que promovem os direitos das mulheres, porém, só surge no século XIX (1837?) e é geralmente atribuída a Charles Fourier<sup>6</sup>, filósofo francês e socialista utópico, que criticava a sujeição das mulheres e considerava o alargamento dos respectivos direitos um princípio básico para todo o progresso social.

A emergência dos movimentos sufragistas, habitualmente considerada a *primeira vaga feminista*, terá vulgarizado o termo *feminismo* para designar a pluralidade de movimentos que têm em comum a exigência política de direitos iguais para as mulheres.

3 Sinopse em <https://old.sitiodolivro.pt/pt/livro/a-cidade-das-mulheres/9789728710736/>

4 A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, votada e ratificada em 1789, serve de preâmbulo à primeira Constituição da Revolução Francesa, adoptada em 1791. “Os homens nascem e são livres e iguais em direitos.” é a primeira frase da Declaração, que não refere vez alguma a mulher e a cidadã. Em <https://pt.ambafrance.org/A-Declaracao-dos-Direitos-do-Homem-e-do-Cidadao>

5 « Histoire des Femmes en Occident », Plon, 1991 – Coord. Georges Duby (1919-1996) e Michelle Perrot (1928).

6 Fourier afirmava que “os progressos sociais e as mudanças de período ocorrem devido ao progresso das mulheres em direcção à liberdade; e o declínio social ocorre devido ao declínio da liberdade das mulheres.” Em *Théorie des quatre mouvements et des destinées générales* – 1808.

Na segunda metade do século XX, uma crescente participação cívica e política das mulheres e o surgimento dos estudos feministas na academia permitiram um conhecimento mais rigoroso dos mecanismos de sujeição patriarcal<sup>7</sup> e uma melhor conceptualização da natureza da discriminação contra as mulheres, o que suscitou novos conceitos e o aperfeiçoamento dos conceitos existentes.

De facto, a discriminação contra as mulheres<sup>8</sup> é de natureza distinta das restantes formas de discriminação enunciadas na cláusula geral de não-discriminação<sup>9</sup>. Desde logo, porque as mulheres não são uma categoria social. Segundo a formulação de Agacinski, as mulheres são uma das metades da *diversidade essencial da Humanidade*<sup>10</sup> e, tal como os homens, estão presentes em todas as categorias sociais. Depois, porque a discriminação contra as mulheres é:

– *Sistémica* – o sistema de organização social assenta numa suposta inata inferioridade feminina versus uma suposta inata superioridade masculina que se traduzem na sujeição das mulheres, caucionada e perpetuada designadamente pela imposição de um papel social comportando interditos e obrigações irrecusáveis, mas, também, pela tolerância da violência masculina contra as mulheres, pela complacência face a uma presumida urgência da satisfação do desejo masculino, pelo confisco da autodeterminação sexual e reprodutiva das mulheres e pela sua subalternização em todos os domínios, designadamente no poder e tomada de decisão.

– *Universal* – a discriminação contra as mulheres é uma realidade em todas as latitudes e culturas, só a sua intensidade e formas variam. Não existe uma única sociedade onde as mulheres não sejam discriminadas.

– *Imutável* – manifesta-se sempre de acordo com o mesmo modelo qualquer que seja o nível considerado, do familiar ao global.

– *Integral* – o que é discriminado nas mulheres não é uma característica, uma condição ou uma opção, é a sua integralidade, é tudo o que são, é ser mulher.

Enquanto as discriminações, que atingem as categorias sociais listadas na cláusula de não-discriminação, variam em função dos contextos, para

7 Referente a patriarcado que, segundo a socióloga britânica Sylvia Walby, é “um sistema de estruturas sociais e práticas em que os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres”. *Theorizing the Patriarchy*, 1990, Basil Blackwell. Ainda segundo Walby, a subordinação institucionalizada e a exploração das mulheres pelos homens é o cerne do patriarcado.

8 Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, parte I, artigo 1º, define discriminação contra as mulheres como *qualquer distinção, exclusão ou restrição com base no sexo que tenha como efeito ou como objectivo comprometer ou destruir o reconhecimento, o gozo ou o exercício pelas mulheres, seja qual for o seu estado civil, com base na igualdade das mulheres e dos homens, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos domínios político, económico, social, cultural e civil ou em qualquer outro domínio*. Esta convenção foi ratificada pela AR em 1980 e vigora na ordem jurídica interna por força do art. 8º da Constituição.

9 Constituição da República, artigo 13º, n.º 2: “Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.”

10 “La mixité essentielle de l’humanité” em Sylviane Agacinski, « Politique des Sexes », Éditions du Seuil, 1998

as mulheres não existem contextos que as salvem das discriminações que lhes estão destinadas por serem mulheres. Nem sequer os territórios de refúgio que construíram para si próprias nas culturas cristãs ocidentais<sup>11</sup>.

A discriminação contra as mulheres é também a discriminação primordial/original que justifica e absolve a sua sujeição e o seu uso como mercadoria transaccionável,<sup>12</sup> o que estruturou o sistema patriarcal de organização social e o perpetua até aos dias de hoje.

Entretanto, começaram a manifestar-se, com maior visibilidade, no âmbito de alguns movimentos feministas, dúvidas acerca do rigor e operacionalidade do conceito de igualdade que receiam possa ser entendido literalmente ou seja, como preconizando a mimetização do comportamento e a assimilação da mundivisão masculinas. Ora, as mulheres querem liberdade de autodeterminação e igual dignidade quaisquer que sejam as suas opções. Em suma, as mulheres exigem ser tratadas como par em todos os domínios. Querem uma democracia paritária<sup>13</sup>. Parece-me razoável.

Nos finais do século XX, as exigências dos movimentos feministas adquirem a dimensão de verdadeiras estratégias políticas para a *eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres* em todas as áreas<sup>14</sup> e a adopção de um novo paradigma de organização social fundado na integração da dimensão da paridade e na erradicação da violência masculina contra as mulheres. Ao longo do tempo, estas propostas vieram a incluir

---

11 Os conventos e mesmo as beguinarias, que procuravam conciliar opções religiosas e protecção, para além de limitarem a liberdade das mulheres neles recolhidas, foram também locais de expressão dos paradoxos da cultura masculina dominante: recolhimento religioso de devotas ou de fugitivas, mas também retiro compulsório de mulheres inconformistas e desobedientes e, ao mesmo tempo, destino de devassidão para os poderosos e objectivo militar: a tortura, violação e morte das mulheres sempre foi, e continua sendo para nossa imensa vergonha, uma arma de guerra e uma expressão da crueldade do poder masculino.

12 Recentemente descobriu-se, pela análise do ADN mitocondrial – transmitido exclusivamente por via matrilinear – que num determinado assentamento *primitivo* todas as mulheres presentes nos enterramentos tinham um ADN mitocondrial diferente do dos homens enterrados no mesmo local. As mulheres seriam de outro povo, outra tribo. Plausivelmente, as mães e irmãs destes homens estariam longe noutra assentamento. O que nos diz que as mulheres eram de facto – e desgraçadamente continuam a ser em todas as latitudes – uma mercadoria transaccionável e também torna mais abominável a persistência até aos dias de hoje, milhares de anos mais tarde, de episódios de rapto de meninas e mulheres que não têm sequer o final negociado do mítico rapto das Sabinas.

13 A ideia do recurso ao conceito de paridade – qualidade do que é par, equivalência – surgiu, em 1989, por sugestão de Claudette Apprill, alta funcionária do Secretariado do Conselho da Europa (CdE) a Regina Tavares da Silva, então presidente do Comité Europeu para a Igualdade entre Mulheres e Homens do CdE, que veio a tomar as iniciativas conducentes à adopção deste conceito pelo CdE, formulado pelo respetivo Grupo de Alto Nível de Especialistas em Igualdade e Democracia, em 1993, nos seguintes termos: *Entende-se como conceito de democracia paritária a plena integração das mulheres, em pé de igualdade com os homens, em todos os níveis e em todas as áreas do funcionamento de uma sociedade democrática, por meio de estratégias multidisciplinares.*

14 Conceito de *mainstreaming* que preconiza a necessidade de ser levada em conta transversalmente a dimensão da paridade em todos os domínios.

novas reivindicações decorrentes da análise de questões antes não problematizadas nesta perspectiva ou de novas questões decorrentes do modelo de desenvolvimento, da evolução de novas tecnologias ou das descobertas científicas, como por exemplo, a *dimensão do cuidado*<sup>15</sup>, as propostas da *economia feminista*<sup>16</sup> e do *ecofeminismo*, o combate à *ciberviolência*, a eliminação da discriminação laboral no sector das TIC, a ética na *investigação biogenética*, etc..

Para esta evolução há que reconhecer igualmente o contributo do chamado *feminismo de Estado*, ao nível nacional e internacional, para a aprovação da Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW – 1979), a adopção da Declaração e da Plataforma de Acção de Pequim (1995) e, mais tarde, a aprovação da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul – 2011), instrumentos da maior importância para o reforço da garantia dos direitos das mulheres e no combate pelo desmantelamento do modelo social patriarcal. A adopção deste quadro de referências, imprescindível no desenho de políticas públicas, exigiu incontáveis horas de trabalho técnico, negocial e militante a milhares de pessoas em todo o Mundo, ao longo de muitos anos, e não pode ser descartado no todo ou em parte levemente.

## Ser feminista: as exigências atuais dos feminismos

Passado mais de século e meio sobre o surgimento do sufrágio<sup>17</sup>, o *feminismo* pode definir-se como uma *filosofia política que preconiza uma organização social baseada na garantia do efectivo exercício dos direitos*

---

15 O desenvolvimento, nos anos oitenta do séc. XX, de uma teoria sobre a ética do cuidado é atribuído sobretudo aos trabalhos das norte-americanas Carol Gilligan e Nel Noddings. Maria de Lourdes Pintasilgo – uma das personalidades políticas portuguesas com pensamento mais interessante e inovador do século XX português – foi das pessoas que mais contribuíram para o aprofundamento e divulgação do *conceito de cuidado*, particularmente quando presidiu aos dois mais importantes *think-tanks* dos anos noventa: o Comité de Sábios, criado pela Comissão Europeia (Comissão Sarter) com a missão de ajudar a preparar os debates sobre os direitos sociais fundamentais na UE; e a Comissão Independente População e Qualidade de Vida cujo relatório final “Cuidar o Futuro – Um programa radical para viver melhor” (Trinova Editora Lda., 1998) deveria ser de leitura obrigatória para as pessoas com responsabilidades de decisão.

16 Cf. <https://plataformamulheres.org.pt/artigos/temas/economia-feminista/> – *pacto púrpura*, igualdade salarial, orçamentação p/ a realização paridade, erradicação da pobreza, representação aos níveis de decisão económica, etc.

17 Em Portugal, a igualdade no acesso ao sufrágio só foi obtida após a revolução de 25 de Abril de 1974 através da Lei n.º 621-A/74, de 14 de Maio.

*humanos das mulheres e na realização da paridade de ambos os sexos<sup>18</sup> em todos os domínios – político, jurídico, social, cultural, económico, etc. – com vista a uma sociedade mais inclusiva, mais justa, mais próspera e mais harmoniosa.*

Ser feminista hoje, significa, portanto, reconhecer-se nesta visão e combater pela adopção de uma estratégia feminista de intervenção transversal global<sup>19</sup> que promova um modelo de organização social mais justo, uma arquitectura democrática mais equilibrada, mais participativa e mais transparente e uma decisão política de melhor qualidade.

### **Retomo a questão inicial:**

Os socialistas são feministas?

As pessoas que se reclamam de convicções políticas socialistas afirmam-se defensoras da igualdade e liberdade de autodeterminação para todas as pessoas e da universalidade dos direitos humanos. Serão, portanto, aliadas das feministas nos seus combates pela garantia do *efectivo exercício dos direitos humanos das mulheres* e pela *paridade entre mulheres e homens* – conceito que encerra a noção de igualdade em termos mais conformes à liberdade de autodeterminação das mulheres.

O Partido Socialista, enquanto pilar da democracia em Portugal, detém particulares responsabilidades na arquitectura e funcionamento do regime. O modo como se organiza e funciona internamente e como orienta a sua prestação parlamentar e o seu desempenho governativo mereceria uma análise mais funda, porque a sua ação é determinante para avanços na realização da paridade como para perpetuar o *status quo*.

Não me considero, porém, habilitada a fazer essa análise nem a produzir generalizações acerca do comportamento político das/dos socialistas,

18 Não vou enveredar por dissertações acerca de conceitos, mas direi, apenas, esperando ser em benefício da clareza e do entendimento recíproco, que sexo não é género – uma confusão recorrente que terá as suas raízes na anglofonia. Género é o conjunto de interditos e de obrigações atribuído a cada indivíduo de acordo com o seu sexo à nascença. Os movimentos feministas sempre rejeitaram esta imposição advogando que as mulheres devem ser livres de viverem e se expressarem como bem entenderem. Naquela que é considerada como a segunda vaga feminista (1960-1990) esta reivindicação estava bem explícita quando correntes feministas se auto-designaram como *movimentos de libertação ou emancipação das mulheres* de que uma das mais conhecidas protagonistas foi Betty Friedan, a norte-americana autora da obra-referência "The Feminine Mystique" (1963).

19 A intervenção nesta área não pode basear-se em medidas casuísticas ou parcelares para as quais o sistema dispõe de todas as contramedidas! As políticas públicas para um combate efectivo pela realização da paridade exigem uma visão holística para não correremos o risco de colocar em prática medidas ineficazes ou que se anulem reciprocamente. Não estarei mal-acompanhada, Sylvia Walby, a socióloga atrás citada, terá uma opinião semelhante.



mas tenho uma opinião baseada na minha experiência como militante, certamente pessoal e limitada, e como “cidadã preocupada” acerca do modo como a vontade colectiva destas pessoas se organiza e se manifesta através dos órgãos próprios e dirigentes do PS.

Gostaria de acreditar que a maioria das/dos socialistas detém uma sólida literacia sobre direitos e igualdade, porque reconhece que não basta *ser sensível* à questão, é preciso investir no conhecimento para melhor reflectir sobre a sua própria condição, seja ela feminina ou masculina, quer também, para não se precipitar na adesão a modismos tentadores que geralmente encobrem outras tantas formas de exploração e sujeição das mulheres. Como é o caso da legalização do crime de exploração sexual de outrem<sup>20</sup>, sob o falacioso pretexto de que a prostituição se trata de um trabalho como outro qualquer, ou da gestação de substituição, uma e outra tirando partido, na maioria dos casos, de vulnerabilidades como a violência, a pobreza, a ausência de qualificações formais para um emprego que garanta a subsistência ou a toxicodependência. Como é ainda o caso da adesão a estratégias adoptadas por categorias sociais minoritárias, cujos direitos, obviamente irrecusáveis, não podem, contudo, ser exercidos em detrimento dos direitos, igualmente legítimos, de outras categorias sociais e muito menos dos direitos da vasta maioria que as mulheres<sup>21</sup> constituem.

## **Sobre os documentos orientadores da ação e da organização**

Porém, ao voltar a consultar os documentos orientadores quanto a princípios, estruturas e modo de funcionamento do PS – a Declaração de Princípios (DdP) e os Estatutos – constato neles persistir a ausência de referência à democracia paritária. Ora, se há dimensão indeclinável em qualquer *processo de democratização*, como o referido no §5º da DdP, essa é a da democracia paritária. A democracia, cuja vocação é a de gerar sistemas sempre mais perfeitos nas suas respostas às expectativas presentes na sociedade em cada tempo histórico, pode e deve apropriar-se do conceito de paridade como, de resto, se apropriou de outros conceitos ao longo da

20 Em Portugal o exercício da actividade de prostituição não é ilegal. As pessoas – maioritariamente mulheres – que a exercem não são por isso perseguidas pelas autoridades responsáveis pelo cumprimento das leis.

21 Já o artigo 4º. da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão afirmava que “a liberdade consiste em poder fazer tudo o que não prejudique o próximo: assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos”. Em <https://pt.ambafrance.org/A-Declaracao-dos-Direitos-do-Homem-e-do-Cidadao>

história – sufrágio universal por ex. – a fim de gerar governos que promovam sociedades mais justas e harmoniosas.

Também nos Estatutos, a alusão ao objectivo de promover a *participação paritária em todos os domínios* foi remetida para o artigo 69.º que trata da estrutura *Mulheres Socialistas – Igualdade e Direitos*, quando deveria merecer referência nos artigos 1º – como objecto sem o qual os restantes objectos não serão alcançados – e 2º – como princípio orientador da organização do Partido Socialista.

Assinale-se, enfim, que a regra estatutária para garantir um mínimo de expressão representativa às mulheres nos órgãos de decisão, aprovada pela primeira vez há quase quarenta anos, no VII Congresso em 1988, se mantém sob uma epígrafe genérica “Das eleições internas”, agora actualizada para os 40 por cento mas sempre acolitada por uma disposição escapatória, acentuando assim que se trata mais de uma medida administrativa do que de um princípio programático irrevogável.

## Sobre o funcionamento interno

Quanto ao funcionamento interno do PS, parece-me oportuno aqui recordar que, em termos gerais, a actividade partidária tem custos mais elevados para as mulheres do que para os homens e que esta realidade, desfavorável à participação política das mulheres, deve ser devidamente levada em conta.

De facto, as socialistas que são feministas – e quero presumir que a maioria seja tendencialmente feminista – são confrontadas com a necessidade de desenvolverem uma dupla militância. Dir-se-á que o mesmo se passa com pessoas de todas as categorias sociais discriminadas. Claro! Mas é bom não esquecer que as mulheres também estão presentes em todas essas categorias sociais...

Para além disso, e porque às mulheres continua a ser atribuída a maioria das responsabilidades de cuidado e das tarefas domésticas, o acesso ao recurso tempo é desigual<sup>22</sup> e o funcionamento interno do Partido não parece levar em conta estes constrangimentos organizando as actividades partidárias de modo a acomodá-los em termos minimamente satisfatórios. Há que encontrar modos de funcionamento que incentivem os homens à

---

22 “... a jornada de trabalho total das mulheres é, em média, superior à dos homens em 1 hora e 13 minutos.”

Em “Os Usos do Tempo de Homens e de Mulheres em Portugal” – 2016, cf. [https://www.cesis.org/admin/modulo\\_projects/upload/files/policybrieffinal.pdf](https://www.cesis.org/admin/modulo_projects/upload/files/policybrieffinal.pdf)

conciliação da vida política com a vida familiar e que proporcionem às mulheres uma mais fácil conciliação da vida política com a vida familiar.

Finalmente, porque pode ser desmotivante a confirmação, pela experiência militante, que o efectivo exercício dos direitos políticos das mulheres não desfruta de garantia com robustez idêntica à dos homens como, de resto, se pode confirmar pelos rácios entre eleitoras e mulheres dirigentes políticas e entre eleitores e homens dirigentes políticos<sup>23</sup>.

Não encerro este tema do funcionamento interno sem me referir à questão do assédio moral e sexual, raramente ausente das organizações. Embora não disponha de qualquer informação sobre a sua existência no interior do PS, admito que possa não estar imune. Também desconheço se foram tomadas quaisquer medidas preventivas como, por exemplo, a criação de um canal seguro e independente para a queixa mas, se não foram, deveriam ser. A adopção de medidas não tem implícita a existência de situações de assédio, antes tem explícita uma preocupação com a possibilidade de ocorrerem, acto de prudência que é de louvar, não de censurar!

### **Agora é importante, agora deixou de o ser...**

No que respeita à intervenção política a nível nacional, o PS tem dado alguns passos em falso que me parece útil recordar para que não se repitam:

*Flutuações do estatuto dos direitos das mulheres e da igualdade (adiante DMI) na orgânica dos governos, permitindo depreender a ausência de uma vontade política clara, convincente e sustentada no tempo. As questões dos DMI foram, umas vezes, ornamento para ostentação externa – recorde a efémera pasta ministerial para a igualdade, criada no XIV Governo Constitucional, em 1999, dois meses antes do início da presidência portuguesa do Conselho da UE e extinguida dois meses após esta presidência (Setembro 2000). Outras vezes foram lançadas para o regaço reticente e sobrecarregado de “competências restantes” dos governantes adjuntos do Primeiro-ministro na Presidência do Conselho de Ministros. Outras ainda*

---

<sup>23</sup> Em 2022 as mulheres constituíam 52,3% da população. Porém as presidências da República, da Assembleia da República, do Governo e do Supremo Tribunal de Justiça são todas exercidas por homens; na Assembleia da República apenas cerca de 34% eram deputadas; em 308 municípios, apenas 9,4% eram liderados por mulheres; nas assembleias municipais, apenas 31,2 % eram deputadas municipais; nas juntas de freguesia, apenas 15,8% das presidências eram exercidas por mulheres. Fontes: várias disponíveis na Internet. Não encontrei dados, ventilados por sexos, para a totalidade do eleitorado.

puderam contar com um membro de Governo centrado nas questões DMI, mas desprovida/o da necessária força política.

*Designação de alguns responsáveis governamentais pelas questões DMI, sem curriculum conhecido nesta área e, porventura, sem sequer reflexão sobre este dossier, a avaliar pelo seu desempenho comunicacional e no desenho das políticas públicas. Esta é uma área complexa em que a comunicação tem que ser particularmente rigorosa. A impreparação de algumas das pessoas que tiveram responsabilidades na área dos DMI espelha o desinteresse do PS relativo à matéria.*

*Extinção de facto, em 2007, na vigência do XVII Governo Constitucional, da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM)<sup>24</sup>, mecanismo nacional dedicado exclusivamente às questões DMI, pioneiro na definição e adopção de novos conceitos operacionais – diálogo civil estruturado, mainstreaming, paridade, conciliação – mais tarde generalizadamente adoptados internacionalmente, e na promoção de estudos inéditos essenciais para uma análise rigorosa da situação.*

*Criação, em sua substituição, de uma Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) – onde as questões DMI passariam a ser tratadas conjuntamente com as questões relativas a outras formas de discriminação, como se não fossem fenómenos substantivamente distintos – o que evidencia ligeireza no tratamento político desta área de direitos humanos e se traduziu em maior invisibilidade e enfraquecimento das políticas públicas para os DMI, com a diluição de questões que respeitam a mais de metade da população nas questões, mediaticamente mais glamorosas, das discriminações de minorias, que devem ser combatidas e erradicadas, mas que não podem ser tratadas como maioritárias, enquanto as discriminações das maiorias são tratadas como minoritárias.*

*Reiterada suborçamentação das políticas públicas na área DMI e imprevisibilidade dos apoios à actividade e projectos das ONGM constituem outros tantos problemas que o PS nunca se disponibilizou para corrigir, integrando no OE um apoio plurianual às maiores e mais activas dessas Organizações.*

---

<sup>24</sup> Nascida em 1975 sob a designação Comissão da Condição Feminina, esteve em regime de instalação até à publicação do Decreto-Lei n.º 485/77, de 17 de Novembro, que a coloca em funcionamento. Foi dotada de um Conselho Consultivo com uma Secção Interministerial (aplicação do conceito de *mainstreaming* muito antes da sua definição) e com uma Secção Não-governamental nos primórdios do que viriam a ser as reivindicações relativas à estruturação do diálogo civil. Em 1990 passa a designar-se Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), mantém o Conselho Consultivo e o seu pioneirismo promovendo diversos estudos e conferências sobre temas até então não abordados, como o primeiro estudo sobre a violência masculina contra as mulheres.

Finalmente, *debilidades da intervenção* decorrentes da aparente inexistência de um pensamento sistémico, informado e coerente, sobre uma estratégia de intervenção que evite o tratamento fragmentado dos problemas o que, com alguma frequência, resulta em “meias-medidas” que ficam pelo caminho ou nunca chegam ao âmago dos problemas, como é bem visível no improfícuo combate ao *continuum* de violência masculina contra as mulheres.

## Relativamente...

Ultrapassado o *muro das lamentações*, reconheço que o PS, *relativamente* aos restantes partidos parlamentares, foi o partido que mais contribuiu para o progresso no domínio dos DMI. Recordo o apoio dado:

À *introdução na lei eleitoral de uma medida de acção positiva* visando reduzir a disparidade mulheres-homens na representação política aos vários níveis, cujo cumprimento continua a não ser seriamente garantido quando deveria ter procurado ir mais longe em situações que lhe eram favoráveis, negociando com os restantes partidos parlamentares a inclusão nas disposições constitucionais do conceito de *paridade* como base de um Estado de direito democrático e o aprofundamento da *democracia paritária*, ao mesmo título que a democracia participativa.<sup>25</sup>

À *despenalização da IVG*, ainda que não tenha procedido oportunamente aos ajustamentos, reclamados pelas ONGM e decorrentes de uma já longa experiência da sua aplicação, sem os quais o acesso à IVG continua comprometido.

À *orçamentação sensível à dimensão DMI*. Foram dados passos significativos mas carece de consagração na legislação de enquadramento orçamental.

À *aplicação do conceito de mainstreaming no processo legislativo*, ou seja, a análise dos projectos de diploma antes da sua apresentação em Conselho de Ministros por forma a expurgá-los de medidas eventualmente prejudiciais à realização da igualdade, medida cujos resultados seria interessante avaliar.

A *introdução de medidas visando aumentar o número de mulheres nos conselhos de administração das empresas* cotadas na bolsa de valores.

---

<sup>25</sup> Constituição da República: “Artigo 2.º (Estado de direito democrático) A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efectivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.

## E, então, os socialistas são feministas?

Fala-se hoje muito do esbatimento das fronteiras entre esquerda e direita. Não é verdade. As fronteiras existem e continuam a passar pelos problemas do acesso e distribuição dos recursos, mas hoje há diferentes questões, umas novas, outras antigas mas cada vez mais prementes, que também traçam fronteiras entre visões distintas sobre os valores e princípios a salvaguardar e sobre a arquitectura democrática e a acção política que melhor sirva a salvaguarda destes valores e princípios – direitos das mulheres, erradicação da violência masculina contra as mulheres e raparigas, direitos de categorias sociais minoritárias, nova conceptualização de desenvolvimento, gestão da transição digital, enquadramento legal da IA e das plataformas sociais digitais, salvaguarda dos ecossistemas e da sua biodiversidade, combate às alterações climáticas, direitos dos animais, etc..

Do que atrás escrevi depreende-se que considero que a fronteira esquerda-direita em matéria de direitos das mulheres tem passado, em alguns momentos, pelo interior do próprio PS. É verdade. Porém, é igualmente verdade que quando renovou, com seriedade e determinação, o seu compromisso com este difícil combate, registaram-se progressos e o PS deveria reivindicá-los claramente como seus.

Assim e respondendo à questão colocada: Se de facto todas as socialistas e todos os socialistas fossem feministas umas e profeministas<sup>26</sup> outros, o predomínio político do PS neste meio século de democracia ter-nos-ia levado mais longe num combate no qual o PS deveria ser sempre o actor principal.

---

26 Sigo aqui a nomenclatura preconizada por Patric Jean, autor e realizador, co-fundador da rede francófona ZeroMacho, em entrevistas à Huffpost – França – em 07Mar16 e em 19Jul22 – “Como homem, eu não sou feminista, talvez profeminista”: “Recentemente apareceu na imprensa uma tendência sobre homens que se autodenominam “feministas” e cujo empenho é apresentado como “essencial” para os direitos das mulheres. É hora de nos perguntarmos se este novo hábito, que pretende ser benevolente, não é, em última análise, contraproducente. Como homem, só posso observar que, mesmo denunciando desigualdades, continuo membro de um grupo social dominante que me concede privilégios que nem sempre posso questionar individualmente. O meu conhecimento da desigualdade de género é, portanto, o de um dominante, salpicado de conhecimento teórico. Como posso acreditar que estou travando a mesma luta que uma mulher que vivencia isso todos os dias?”

“Os homens não podem afirmar-se ‘feministas’ porque não têm a mesma experiência e não ocupam a mesma posição no espaço social: enquanto eles beneficiam da opressão, as mulheres sofrem com ela. Nenhum homem pode libertar as mulheres no lugar delas, nem falar em seu nome.”

# *Há um hoje que alguns querem que seja ontem ou a urgência do feminismo*

## **João Costa**

---

Professor Catedrático na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL. Foi Ministro da Educação. Atual Diretor da European Agency for Special Needs and Inclusive Education.

**E**ra uma vez o país em que cresci, nos anos 70 e 80. Tive a sorte de crescer em liberdade e democracia, de testemunhar um Portugal que renascia de 48 anos de atraso, de isolamento, de censura e perseguições. Um crescimento por vezes demasiado lento, por vezes com retrocessos, mas com uma matriz de costumes e mentalidades que demorou (e por vezes ainda demora) a descolar de um bafio construído e no qual fomos habituados a respirar.

A democracia não foi um estalar de dedos e muitos direitos demoraram a conquistar e ainda estão por consolidar.

Crescer nos anos 70 e 80 foi desenvolver a consciência de que a democracia tardou a chegar ao sexo feminino. Pelo que se viu, pelo que se ouviu, mesmo quando ainda não tinha a idade e a consciência para tudo entender.

Lembro-me do caminho para a escola e da vivência na escola.

Ser rapaz significava não ter de ter alguns medos que as minhas amigas tinham. O medo do piropo nojento, do comentário obsceno, que era tolerado por todos os que andavam na rua, que era visto e percebido como normal. Eram elas que tinham de ignorar, de baixar os olhos, de evitar

passar por aquele lugar, por aquele estaleiro ou café, como se a responsabilidade fosse sua e a indignidade não fosse a do outro.

Ser rapaz significava não ter de ter medo na escola do apalpão, de viver o medo do namoro. A rapariga que trocava de namorado era uma “vaca”. O rapaz que se entretinha com várias raparigas era um “valente”. À rapariga era imposto um padrão moral, de repressão dos afetos, de que o rapaz era dispensado.

Cresci na proximidade da vítima de violência. Da mulher que aparecia com um olho negro sobre o qual não se falava. Até se lamentava, mas era lá com eles. Não era crime, era um problema familiar. Às vezes até era ela que não percebia que era melhor não se meter com ele nos dias em que tinha bebido, nos dias em que o trabalho não lhe tinha corrido bem, nos dias em que estava cansado. Em todos os dias em que ele tinha todos os direitos e ela nenhum. Nem o direito a não ter a cara esmurrada. Víamos e calávamos. Tínhamos pena, mas não agíamos.

Fiz-me adolescente na escola em que algumas raparigas ficavam grávidas cedo de mais. Grávidas e sozinhas. Porque aqueles filhos não tinham um pai assumido. Porque as famílias dos rapazes que as engravidaram sabiam que elas é que tinham um problema. Porque a vergonha era delas. Porque a sexualidade se calava. Porque elas é que deviam ter evitado. As mesmas elas que não podiam tomar a pílula, porque não parecia bem. As mesmas elas que não se deviam “ter posto a jeito”. Sempre elas. Eles quase nunca. Assisti à fuga à responsabilidade de alguns eles, com o patrocínio das suas famílias. Para elas sobrava o trabalho, a responsabilidade, a má reputação.

Também cresci na narrativa de que a infidelidade masculina era da sua natureza. A da mulher era uma pouca vergonha. Ele podia fartar-se dela. Ela tinha de aguentar. Ele não resistia às tentações, ela não tinha direito a amar de novo. E, por isso, a culpa dela no divórcio era sempre mais pesada do que a dele.

Em muitos dos espaços que frequentei, os estereótipos afirmavam-se. Elas têm mais jeito para a cozinha. Elas têm mais vocação para limpar. Elas têm mais aptidão para algumas profissões. Elas têm de ter mais cuidado com o que vestem. Elas são mais faladoras. Elas são mais frágeis e precisam de proteção. Elas são o sexo fraco. Elas não podem ser motoristas, mecânicas, carpinteiras ou soldadoras. Se elas jogam à bola ou trepam às árvores, são “marias-rapaz”. Se elas tomam decisões, comportam-se como homens. Se elas são determinadas, estão armadas em homens. Se eles dialogam com elas em casa, são fracos, porque elas estão a “vestir as calças”.



Isto tudo foi o que testemunhei em anos em que já celebrávamos a democracia como um adquirido. Já tinha passado mais do que uma década. Não havia como voltar atrás, mas para muitas ainda não tinha chegado o tempo.

Quando falamos com os mais jovens sobre como se vivia em Portugal durante a ditadura, damos frequentemente exemplos que envolvem os direitos que as mulheres não tinham. Falamos do voto, da liberdade de exercer determinadas profissões ou da impossibilidade de viajar sem autorização do marido. Esquecemo-nos, muitas vezes, de notar o quanto outras liberdades demoraram a chegar e também nos esquecemos de contar que essas liberdades não foram chegando sem a participação das mulheres. Não foram os homens da revolução ou a generalidade dos políticos do sexo masculino que abriram as portas da igualdade. Esquecemo-nos de lhes contar o papel dos movimentos feministas na história da nossa democracia. Porque nos esquecemos, contribuímos para a formação de ideias incorretas sobre o feminismo, abrindo espaço para mais preconceitos e mais estereótipos.

O esquecimento do feminismo alimenta o esquecimento do que ainda hoje se vive. Comecei os parágrafos anteriores como se fosse contar uma história antiga de uns direitos que, entretanto, já tinham sido conquistados. Não estamos no início, mas estamos ainda numa parte muito inicial desta história. Adquirimos consciência, mas falha ainda a realidade e ação conjunta.

50 anos depois do 25 de abril, a democracia ainda não é plena, porque a igualdade entre homens e mulheres ainda está longe de ser atingida. Os dados são conhecidos e repetidos. Sabemos da diferença no acesso a algumas profissões. Nuns casos, porque a ideia de que nem todas as profissões são para todos ainda impera. Noutros casos, umas vezes mais disfarçadamente do que outras, porque não se quer contratar quem poderá beneficiar de licenças de gravidez, maternidade ou amamentação. Conhecemos as disparidades salariais. As mulheres ganham menos dos que os homens, sobretudo no setor privado. Sabemos que as mulheres, apesar de mais qualificadas, ainda estão bastante arredadas dos cargos de liderança e chefia. Sabemos que as raparigas ainda acedem menos do que os rapazes a formação nas áreas de ciências e tecnologia, exatamente aquelas onde se antecipa que esteja o maior conjunto de empregos disponíveis. As limpezas são feitas por mulheres. Sabemos que as mulheres trabalham mais horas por dia dos que os homens, quando contamos o trabalho doméstico. Sabemos que é às mulheres que ainda é confiada a maior parte das tarefas associadas à parentalidade. Sabemos que as mulheres

ainda são mais objetificadas do que os homens na publicidade, na moda, nas relações. Sabemos que as raparigas sofrem mais violência no namoro do que os rapazes. São quase sempre só as mulheres que morrem à mão de agressores.

Tudo isto em 2025. Os dados são públicos. Mas sobretudo são persistentes. Todos os anos lamentamos a morte de mulheres à mão de companheiros. Mulheres que ainda achavam que não podiam libertar-se deles, porque a falha era sua, porque a família não a aceitaria ou tão só porque queixar-se e denunciar era arriscado ou motivo de vergonha.

E que não pensemos que isto afeta apenas algumas mulheres de condição económica mais vulnerável. Há poucos meses ouvi o relato de uma jovem mulher, licenciada em direito, que exercia advocacia, a quem o jovem marido, também ele com formação superior e alegadamente muito esclarecido e sem dúvida bastante opinativo, convenceu que a sua plena vivência como esposa seria ficar em casa e abandonar a sua carreira. O mesmo marido colocou-a numa situação de violência e perigo no parto, porque entendeu que uma cesariana não seria adequada já que se veriam obrigados a ter de esperar mais tempo por uma segunda gravidez. O mesmo marido fê-la sentir-se culpada perante um aborto espontâneo, comentando a sua incapacidade de gerar vida. O mesmo marido define quanto dinheiro lhe deve dar no dia-a-dia. O machismo e a humilhação das mulheres, em 2025, também existe nos bairros privilegiados de Lisboa. Não é um problema apenas de algumas, apenas daquelas para quem a sociedade geralmente já não olha. A esta mulher a família apenas disse que “até aceita” se ela entender um dia divorciar-se. No fundo, toleram o fim de uma subjugação, em vez de a tornarem consciente da indignidade em que vive.

E é por tudo isto que o feminismo não é uma moda ultrapassada. É por tudo isto que não é uma roupa que se deixou de usar ou uma luta desatualizada, porque afinal de contas as mulheres já teriam atingido a igualdade plena. A evidência fala por si. Não, ainda não chegamos a esse estado em que poderíamos dizer que a igualdade está instalada.

## **Uma nova urgência para o feminismo**

Se entendemos que há atualidade no feminismo por tudo o que ainda não foi conseguido, não podemos ficar indiferentes a um recrudescimento do discurso legitimador da misoginia que testemunhamos pelo mundo inteiro.

Talvez o expoente máximo deste retrocesso seja o Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump. Pela forma como trata as mulheres na sua vida privada e como se lhes refere em comícios. Um ser abjeto que se refere ao sexo feminino de uma forma desprezível, como meros objetos de prazer. Não se pense que se trata apenas de um conjunto de declarações próprias do seu histrionismo de bully. Em pouco mais de um mês do seu segundo mandato, toda a administração americana recebeu ordens para eliminação das referências ao feminismo, à diversidade, à equidade e à inclusão nos seus documentos oficiais e, conseqüentemente, nas políticas públicas. O ódio à diferença atinge o combate à igualdade entre homens e mulheres. É assim nas políticas ligadas à defesa e à segurança, na erradicação da igualdade de género de todos os instrumentos de ação pública e no próprio assalto às universidades, numa tentativa sem precedentes na América democrática de controlo e ingerência sobre as agendas da investigação científica. Trump, Bolsonaro, Orbán instanciam movimentos fortes e conseqüentes de ataque ao feminismo. Andrew Tate, acarinhado por estes líderes, difunde as suas mensagens antifeministas, constrói opiniões junto dos mais novos e instala a narrativa absurda de que está em curso um ataque aos homens por parte dos que defendem a igualdade entre homens e mulheres. Sentimo-nos em distopia plena, dentro de um romance de Margaret Atwood e a descobrir-nos na obrigação civilizacional de desmontar argumentos e pseudoargumentos com uma intensidade que já não julgávamos necessária.

Portugal não fica de fora desta tentativa de retrocesso. Se a misoginia sempre esteve presente na sociedade portuguesa, se a desigualdade persiste entre homens e mulheres, se a violência faz mais vítimas femininas, não tínhamos talvez memória de uma ofensiva explícita como a que testemunhamos nos últimos anos, partindo da direita radical hoje com assento parlamentar, mas com sinais de contaminação de outros discursos de direita e até do centro-direita.

Assistimos, nos últimos anos, ao que muitos considerariam impossível. A partir do Chega, mas com expressão noutros partidos de extrema-direita e nalguns movimentos inorgânicos, ouvimos o renascer da misoginia. Na própria Assembleia da República ouvem-se os apartes sexistas, porque dirigidos particularmente a mulheres, sobre a sua compleição física, sobre a sua feminilidade, sobre as suas ideias. São mandadas calar de uma forma que não têm coragem de usar para se dirigirem a homens. “Vaca” é apenas um exemplo da forma como deputados do Chega se referem a uma deputada. Se esta boçalidade e alarvidade já seriam suficientemente criticáveis pelo desrespeito às instituições democráticas e aos princípios

mais básicos de urbanidade e civilidade, o facto de os ataques verbais serem maioritariamente dirigidos a mulheres é revelador de uma agenda de sexismo indigno. Ouvimos a jovem deputada do Chega que afirma que as feministas são mulheres frustradas (claro que não explica nem argumenta, porque isso requer uma complexidade que não lhe assiste) ou que defende os direitos das mulheres, mas repudia o feminismo. Será ignorância o que lhe tolhe o entendimento de que só vota, só fala, só é parlamentar porque houve feministas que lutaram, por vezes com a sua vida, pelo seu direito a votar, falar e parlamentar? Ou será mais do que ignorância, mas uma perversidade ignóbil de quem, no seu privilégio, não quer conhecer a luta desigual travada pelas mulheres, a indignidade a que são sujeitas na sua vida privada e profissional? Esse conhecimento desinstala e mobiliza. Os passadistas temem essa mobilização. Ouvimos do mesmo partido o repúdio ao recurso à interrupção voluntária da gravidez por uma criança violada. Defendem a vida, mas para eles a mulher – neste caso uma criança! – é apenas o invólucro para gerar uma vida, independentemente da violência, do trauma, do uso vil a que já foi sujeita por um homem.

Estes que alimentam o travão à expressão do feminismo e da continuidade das conquistas pelos direitos das mulheres (e que, naturalmente, não se preocupam com a representatividade das mulheres nas listas partidárias, nas empresas e noutros locais e instituições tradicionalmente dominadas por homens) são os mesmos que embarcam no desbragado ataque à igualdade de género, cavalgando o termo “ideologia de género”, cunhado por movimentos conservadores – e fortemente amplificado pelos papas João Paulo II e Bento XVI. A igualdade assusta-os e consideram, uns mais veladamente, outros mais explicitamente, que o direito a ser é uma contrafação de uma ordem natural, biológica, mas sobretudo da sua moral. Uns dirão que o seu problema não são as mulheres, mas sim os direitos da comunidade LGBTQIA+. Mas a realidade não o evidencia. Até porque, nuns direitos e outros, tal como nos direitos de minorias étnicas ou dos imigrantes, que todos estes atacam o direito a ser (elegendo, porventura, aqui e ali, o seu grupo-alvo preferencial), alimentam estereótipos e afirmam a superioridade de uns, reduzindo-os a características pré-definidas nas suas cabeças. Assim foi, e continua a ser, em relação às mulheres. Reduzem-nas a características alegadamente inatas, a vocações específicas, a papéis menores em nome de uma qualquer tipificação, desprezando os construtos sociais e refutando-os como perniciosos.

Prova de que este termo “ideologia de género” é usado pelo que temem a igualdade é o facto de, hoje, os trumpistas, cheganos e vários setores da extrema-direita e da direita portuguesa, incluindo alguns membros

do CDS e do PSD, apelidarem de *woke* toda e qualquer expressão de defesa dos direitos humanos e da igualdade. Para eles, o feminismo é *woke*, a defesa dos imigrantes é *woke*, a programação cultural que desperta para a igualdade entre homens e mulheres é *woke*. Mesmo mais ao centro (e nalguma alegada esquerda), há quem critique as causas identitárias, como se fossem um ataque ao coletivo e a uma agenda de classe. Ser pobre é pior do que ser mulher. Ser pobre é pior do que ser negro. Mas ser mulher pobre é pior do que ser homem pobre. Ser mulher negra pobre é pior do que ser mulher branca pobre. A interseccionalidade existe e penaliza consideravelmente mais as mulheres do que os homens. E, por isso, no meu entender, a esquerda democrática não se deve assustar de abraçar todas as causas que pugnam pela igualdade, seja numa perspetiva coletiva, seja num âmbito identitário.

Foi no âmbito de debates sobre um suposto ataque à família tradicional que assistimos, recentemente, a discursos que afirmam que a mulher é um complemento do homem ou a uma voz, a de Paulo Otero, a defender que devia ser criado um estatuto da “dona de casa”. Note-se o preciosismo do feminino desta expressão. Atente-se a marca linguística que associa a dona de casa, no feminino, àquela que tem como dever o trabalho doméstico e o “dono de casa” ou “da casa” ao proprietário. Ela é a doméstica, ele é o dono.

Dedicarei os próximos parágrafos a questões relacionadas com a educação, mas não posso deixar de comentar aqui a forma como, em Portugal, um dos sintomas do retrocesso na igualdade de direitos entre homens e mulheres se manifesta na relação com o sistema educativo. A direita tem, desde sempre, uma relação ambígua com a inscrição dos temas da cidadania no currículo. Ora a repudiam, ora a afirmam como uma dimensão secundarizada da educação – como uma disciplina opcional ou como uma área a trabalhar transversalmente e só a partir de uma certa idade. Na verdade, a aversão à cidadania nas escolas não é algo que aconteça de forma absoluta. Defendem, como fez Luís Montenegro, enquanto primeiro-ministro e presidente do PSD, que a disciplina até pode existir, desde que liberta de “amarras ideológicas” (sic), o que lhe mereceu uma ovação de pé dos seus militantes. Não clarificou o que são essas amarras, mas quando cotejamos o seu discurso com outras vozes do seu partido, com declarações dos seus deputados e com as suas iniciativas parlamentares, percebemos que não se trata de uma generalizada rejeição da educação para a cidadania, mas apenas da vontade de que nas escolas não se discutam temas como a educação sexual (exceto se numa abordagem meramente tecnicista de ensino do aparelho reprodutor), a igualdade de género

ou o multiculturalismo. A igualdade de género não é aqui um pormenor. É a afirmação de que a igualdade não é algo que se discuta entre os jovens, acompanhada da sustentação de que cabe a cada família decidir se deve ou não vedar o acesso à informação sobre estes temas aos mais novos.

## **A escola e o feminismo**

Quando falamos de desigualdade entre homens e mulheres, esbarramos no perpetuar de conceções, atitudes, ações e normalizações. A educação tem como propósito gerar conhecimento, divulgar informação, transformar a subjetividade opinativa em objetividade científica. Tem também como finalidade recorrer a estes instrumentos para promover equidade, acesso a uma cidadania plena e formar cidadãos esclarecidos e livres, que debatem a partir de informação cientificamente validada.

Talvez mal comparado possamos estabelecer um paralelismo entre o papel da escola na promoção da consciência sobre a igualdade de género e o ensino das ciências. Uma criança não escolarizada, em dias de chuva, poderá acreditar numa qualquer narrativa ou efabulação sobre as razões pelas quais a água está a cair do céu. As nuvens estão a chorar? Há uns deuses a despejar baldes de água lá escondidos? Era assim no passado muito remoto. Graças à ciência e à sua divulgação através da educação, os jovens sabem que não é isso que se passa. Aprendem o ciclo da água e entendem o que se passa, capazes de argumentar com quem tenha outras convicções. As raparigas já aprenderam em espaços segregados (opção persistente num conjunto felizmente muito reduzido de colégios), já foram consideradas seres menores, com menos direitos, já se lhes atribuíram capacidades inferiores de aprendizagem e já se lhes destinou algumas disciplinas (as dos labores) para as quais seriam mais aptas. É na escola que se aprende que não há raças na espécie humana. É também na escola que se pode e deve aprender que não há qualquer razão biológica, cognitiva, neuronal para colocar as mulheres num espaço de inferioridade. A ciência contraria as convicções que se constroem apenas com base em tradições infundadas ou iludidas. Tal como a chuva que não vem da nuvem que chora, a mulher não é um subproduto do homem. A ciência sabe-o e, por isso, a escola deve ensiná-lo.

Mas é também na escola que se promovem modelos de comportamento e se cultivam a ética, a responsabilidade e a justiça. Aprendemos história e filosofia, desenvolvendo capacidade argumentativa e podendo apreciar como houve passados dolorosos para alguns que nos podem

inspirar para não os repetir no presente. A ética não é um conjunto de princípios ou premissas para memorizar, mas sim o ponto de partida para debates virtuosos em contexto educativo.

A direita conservadora afirma que isto é “doutrinação”. A isto respondo que é apenas a afirmação de que, através da educação, encontramos a evidência do saber que sustenta a agenda da igualdade e que, sim, cabe à escola a promoção do respeito pelo chão comum da nossa Constituição.

É também missão da escola a possibilidade de quebrar ciclos. A educação é a melhor esperança para quebrar ciclos de pobreza, porque quanto mais qualificados somos, maior é a probabilidade de termos um melhor emprego, melhor remuneração e menos situações de desemprego. A educação quebra também ciclos de violência. Quem cresce num ambiente de violência doméstica corre um risco acrescido de normalizar o cancro da agressão sobre as mulheres. Essa normalização poderá criar gerações de agressores, de feticidas. Trabalhar a igualdade de género na escola, discutir uma sexualidade em que o respeito e o afeto são uma componente essencial, pode ser o ingrediente fundamental para quebrar estes ciclos. As crianças que nascem e crescem em ambientes misóginos, machistas, violentos e agressivos contra as mulheres têm o direito de ser confrontadas com realidades alternativas, coerentes com os valores expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição da República Portuguesa, para poderem, em liberdade, decidir um futuro alternativo para si e para as mulheres com que interagirem ao longo da vida. É este o poder feminista da educação: a capacidade de criar futuros melhores para as que, ainda hoje, vivem pior e para as que ainda não nasceram.

A ficção de que é exclusiva responsabilidade das famílias a educação sexual ou a discussão de temas como a igualdade de género comporta três falácias. Se a família for um contexto de normalização do crime sobre as mulheres, tem de haver complementaridade com a instituição que pode apresentar alternativas. É um caso de educação e não de polícia. Mais, há famílias onde estes temas são tabus, em que o silêncio é a opção, procurando os jovens a informação de que não dispõem em casa em meios sem credibilidade informativa ou científica (entre os pares, nas redes sociais, no acesso a pornografia). Finalmente, há uma questão de maior subjetividade, mas, no meu entender igualmente falaciosa. Terá a família o direito de proibir o acesso livre a informação, apenas porque esta esbarra nas suas convicções? Estamos aqui num plano de divergência ideológica profunda. Só quando uma família se assume proprietária da liberdade dos mais novos é que isso se torna legítimo. Esse instinto de propriedade foi e é o que subjuga mulheres desde sempre. Eu rejeito-o. A família tem sempre a

possibilidade de apresentar a sua visão, a sua alternativa. Não me parece que deva ter o direito de censurar o acesso à ciência, no que seria uma visão muito suave do extremismo que, em muitas partes do mundo, recusa o acesso das mulheres à educação para que não se lhes inculquem certas ideias, que as podem tornar mais livres.

Os jovens passam a maior parte do seu tempo na escola ou com os seus colegas. Deixar de fora deste tempo útil da sua vida a discussão sobre a relação entre homens e mulheres, a erradicação da violência do namoro, a tomada de consciência sobre a igualdade, é assumir a secundarização da centralidade destes temas na construção de cidadãos que se querem democratas. Que esta aspiração divida esquerda e direita moderada em Portugal surpreende-me/assusta-me, mas talvez reforce a centralidade do feminismo na agenda dos socialistas.

### **Podem os homens ser feministas?**

A escritora bell hooks, no seu muito interessante livro *Feminism for Everybody*, não hesita em classificar como feministas todos os movimentos e indivíduos que defendem e lutam pela igualdade de direitos entre os homens e as mulheres.

Há quem defenda, como o dirigente da *National Organization for Men Against Sexism*, que apenas as mulheres podem ser verdadeiramente feministas. Os argumentos são vários, desde a tendência que os homens podem assumir para “falar por elas”, para tentar liderar estas organizações, mas sobretudo impera o argumento da vivência. De acordo com este posicionamento, apenas quem sente na pele a experiência da discriminação, da segregação, das múltiplas barreiras, pode verdadeiramente pugnar pela igualdade.

Não tenho a menor dúvida de que a vivência, sobretudo a experiência da injustiça e da desigualdade, traz uma capacidade maior e uma legitimidade acrescida. Não posso, contudo, concordar com a ideia de que não cabe a todos os outros conectar-se com essa experiência e defender as mesmas causas.

Os homens feministas devem ser os que se inspiraram pelas mulheres, que entenderam a sua luta, que se lhes associaram. Não porque elas precisem da sua voz, mas porque só temos uma sociedade justa e inclusiva se os direitos de todos forem reclamados por todos. Se nos distanciarmos (ou formos arredados) de causas feministas, porque somos homens, antirracistas, porque somos brancos, anti-desemprego, porque temos trabalho,



relegamo-nos para uma ação política pouco coerente, porque acabamos a defender a nossa individualidade e não um coletivo comunitário que se constrói pela defesa por todos das múltiplas identidades.

Podem adotar outras designações para nós, que nos consideramos homens feministas: pró-feministas, amigos do feminismo, *wokes* (!), o que quiserem. O que me interessa é que esta não é uma luta das mulheres, é uma luta da democracia, da celebração das conquistas dos últimos 50 anos, a consciência da ação incompleta e de tudo o que está por fazer. É uma batalha pela igualdade e, no contexto atual de retrocesso acelerado, precisamos de todos, ao lado uns dos outros, eles e elas finalmente juntos, para defender, propor e agir.



# Os Socialistas são Feministas?

## **Maria Belo**

---

Psicanalista. Foi deputada europeia do PS.

**S**e Freud, já avançado na sua procura, se perguntava o que é que quer uma mulher, eu perguntei-me muito tempo “o que é que eles querem de nós?”.

Quando era jovem universitária perguntava-me o que é que os homens viam nas mulheres que os pudesse interessar. Mais tarde, já em plena atividade política, onde me fazia notar, dizia para mim mesma que aquele era um lugar para homens, que nossa presença e a nossa fala os perturbava: hesitação entre o que se sente ou o que os outros nos fazem sentir e nos marca.

Em 1938 (ano do meu nascimento), Virgínia WOOLF publicou um livro que é uma longa resposta a três cartas que lhe tinham sido dirigidas por Associações de mulheres. Uma pergunta da primeira carta é o ponto de partida e a resposta final do livro. A pergunta é a mesma que Einstein fez a Freud na mesma época. Como fazer, em sua opinião para impedir a guerra?

À questão das mulheres seguia-se a sugestão de assinar um manifesto como compromisso de proteger a cultura e a liberdade intelectual, pela guerra se preciso fosse. Virgínia recusa assinar. Não que ela pensasse a guerra inevitável, mas porque recusa qualquer lealdade à sua Pátria e aos ideais que esta defende. Escandalosamente ousa propor “que as irmãs não se comprometam ao lado dos seus pais e dos seus irmãos”, esses homens

“cultos” que as incitam a defender o mundo deles. Virgínia não diz não à guerra no sentido das militantes pacifistas de então. Ela recusou que aquilo que lhe era mais caro na vida se torne uma bandeira daquela guerra, como se um Estado pudesse entrar em guerra pela liberdade intelectual. “*Não apresentem essa guerra em nome dos nossos valores. Sobretudo não a façam “em nosso nome.”* Ela lembra todas as filhas e irmãs de homens cultos que não puderam ir para Cambridge como os seus irmãos. Lembra 1919 em que, em Inglaterra, as mulheres diplomadas receberam o direito de exercer certas profissões liberais, mas também lembra os risinhos idiotas, as posições grosseiras e violentas daqueles que eram pais amorosos e irmãos amados... Indo mais longe, evoca a procissão daqueles, cujas filhas enfim educadas, tentam seguir seus irmãos e pais que já avançam ao passo, orgulhosos de seus títulos e insígnias. *Desejamos nós entrar nessa procissão? E em que condições?* E pede às mulheres que, antes de entrar na universidade, hesitem, que não se precipitem. “Pensem, como as mulheres sempre fizeram”.

## Pai, Mãe, versus parentalidade

*“A função de resíduo que sustenta e mantém a família conjugal põe em valor o irredutível de uma **transmissão** que não é da ordem da vida segundo a satisfação das necessidades – mas é a transmissão de uma constituição subjetiva implicando a relação de um desejo que não seja **anónimo**.”*

Jacques Lacan

Hoje, a família, ainda que tornada conjugal, mantém uma função irredutível de humanização, apoiada num desejo. O debate atual em França e nos países europeus de influência cultural francófona sobre as questões psico-sócio-políticas de hoje é um debate vivo e interdisciplinar: filósofos, sociólogos, historiadores, antropólogos, juristas, psicanalistas, economistas escrevem, analisam e discutem sobre aquelas questões. Entre muitas outras sobre a parentalidade. Porque a passagem da identidade de pai e de mãe, funções antropológicas eminentemente sociais, à de parentalidade, é um dos efeitos, uma das causas e um dos sintomas da mudança ou revolução antropológica que se desenha sob os nossos olhos. Debrucemo-nos, pois, primeiro, sobre a questão da identidade contemporânea, antes de nos debruçarmos sobre a da função parental.

**1.** Para começar no tema vou chamar-vos a atenção para dois dados da mudança antropológica: o espaço e o tempo na relação familiar e na

constituição do sujeito. Na sociedade tradicional que, em Portugal, as circunstâncias políticas (ainda que especiais) prolongaram até há 40 anos, o espaço de vida e por isso de humanização era outro. Independentemente do estatuto social, as crianças cresciam em espaços largos, fossem as casas, a aldeia ou o bairro, onde era possível a fuga ao olhar dos adultos (pais, criadas, avós, tios, vizinhos), todos eles implicados na ação educativa. A autoridade era alargada ao conjunto da comunidade de vida de forma muito mais efetiva do que hoje. Mas, simultaneamente, era maior a possibilidade de fazer intervir a experiência solitária, ou de grupo de sexo e de idade, na construção da identidade de cada criança. Esse tipo de experiência, que hoje não pode ser vivida senão rarissimamente, tornou-se um conjunto de comportamentos vividos tardiamente, na adolescência ou jovens adultos.

**2.** A separação da mãe era feita naturalmente com o apoio do terceiro social, o Outro, que não se limitava ao pai, como hoje na configuração contemporânea do Édipo. A constituição de um sujeito era tradicionalmente incorporada com a experiência da vida comunitária e pela interiorização das regras do grupo. Essa era a forma que permitia uma estrutura subjetiva, atada a um desejo, que como se diz na citação inicial, não era anónimo, mas o de alguém que nomeia e que pode ser chamado, nomeado em resposta.

**3.** Quanto ao tempo, a construção dessa identidade era resultado de uma ação familiar e coletiva longa, que hoje só encontramos na escola. Como mulher e mulher antiga, não quero deixar de lembrar que antes dos eletrodomésticos, da comida comprada feita, do pronto-a-vestir, a vida familiar era o centro de inúmeras atividades que *levavam tempo*.

Curiosamente, o tempo imenso que as mulheres hoje recuperaram e que lhes permitiu inaugurar o “livre” mercado do trabalho, só nos aumentou o stress. Nomeadamente, e penso que este é um ponto fundamental, a substituição da maternagem tradicional ou da moderna pelas ditas férias de parto de 4 meses após o que a criança é entregue a uma creche, onde nada implica um desejo que não seja anónimo.

Com feito, toda a aprendizagem era feita numa educação assente na relação exercida numa longa maternagem (Christine Laznick) em que a mãe transmite a fala e cuida, tendo consigo a marca de um interesse particular; e pela função de pai que liberta, protege a criança da voragem materna, integrando-a no social. Como já assinalei, essa aprendizagem fazia intervir a comunidade de origem que qualquer família tinha o cuidado de constituir à sua volta. Isso levava e leva tempo. Já não usamos objetos

que duram e que eram artesanais. Mas a criação de um sujeito é necessariamente artesanal. E, embora esse sujeito morra demasiado cedo para o trabalho que deu e que lhe deu constituir-se, morrendo aliás imperfeito, ele tem a perfeita noção de ser um elo de uma cadeia que vem do passado e vai em direção do futuro.

Hoje vivemos uma época de individualismo que não é possível negar. Falamos de uma história social da individualidade, uma história da entrada dos direitos abstratos do indivíduo na sociedade real. Nomeadamente, sob o efeito da dupla expansão da cidadania e do mercado, nomeadamente o fim do artesanato e a força do assalariamento, vetor da individualização do trabalhador. Mas, além desta visão coletiva, há uma história individual da igualdade que afeta as funções sociais ligada à reprodução da espécie. A dita igualdade dos indivíduos muda as funções ligadas ao sexo e às idades.

A família é uma instituição que tem a particularidade de se situar na intersecção do biológico e do social. Ora o individualismo age sobre esta intersecção. A dificuldade desta sociedade de indivíduos é que, se por um lado ela supõe o princípio abstrato de seres livres e iguais, por outro tem de gerir indivíduos concretos, que são sexuados, primitivamente dependentes e acessoriamente mortais. O que a Declaração dos Direitos Humanos não prevê.

É esta dualidade de planos que torna a dinâmica individualista geradora de uma novidade antropológica absoluta. As consequências sociais são consideráveis, mas são ainda mais profundas aquelas sobre a identidade e a identificação dos seres. Elas introduzem à força, nos homens, mulheres e crianças, interrogações abertas, como nunca, sobre si próprios. Esta história da individualidade viu surgir recentemente um acontecimento capital: o que alguns chamam a desinstitucionalização da família.

Desinstitucionalização quer dizer: por um lado a família tornou-se assunto privado, já não público. Tem a ver com um agrupamento voluntário e logo precário de indivíduos, com base e fins afetivos, assim como com a procriação. Deixa de ser, como sempre foi, a mola real da ordem social, o estabelecimento e sustento do laço social. É nesse sentido que certos autores falam de privatização: ou seja, o último passo para a concentração do laço social no Estado e da separação entre o Estado e a sociedade civil.

Mas assistimos também ao fim da *troca simbólica como ordenador social*. A dependência das mulheres que, retrospectivamente, é surpreendente

como ela se manteve tanto tempo, ancorava-se em última análise na força de um quadro de reciprocidade que continuava a comandar o laço familiar. A família manteve-se como instituição, porque persistia obscuramente em materializar a obrigação das trocas simbólicas. Era a última obrigação simbólica imposta aos seus membros, de sair de si mesmos, do seu pequeno mundo para ir até ao outro, ao mundo dele, ligar-se com ele e fazer aliança. Era o principal modo de constituição do laço social. Este laço não é uma coisa simples, dada, natural. (Conhecemos o autismo, a esquizofrenia e não só.) Tem de ser instaurado, restaurado em permanência pelo reconhecimento simbólico e institucional na copresença ao Outro. A família era e foi o último lugar desta reciprocidade. Constituir família, pelo casamento ou não, não era aliar-se com uma pessoa; era aliar-se com uma outra família, criando com a sua uma nova família. Era entrar num ciclo onde estava definido que cada um tinha que dar, receber e retribuir o que lhe fora dado. No ambiente em que, vai para duzentos anos, a família se começava a formar, ela era uma ilha em que o vínculo antecedia os elementos ligados, o grupo ditava a sua lei aos membros, as funções passavam à frente, não dominava a igualdade.

A emancipação feminina, que tem mais defensores do que inimigos, facto que me pergunto se é verdadeiramente sincero, assinala a entrada num outro modo de estruturação do laço social e do sujeito, substituído pela libertação dos indivíduos da carga das suas funções. Passa a constituir-se a partir de outro lugar, de tal forma que a relação aos outros, e ao cônjuge, em particular, pode fazer-se de forma não simbólica, puramente pessoal, psicológica, privada. Só compromete cada um, mesmo que se trate da relação com um filho. Até então, fundar uma família comprometia a ordem social em geral.

No entanto é difícil acreditar na total desinstitucionalização da família. Continuam ainda a ser necessárias certas regras anteriores e exteriores à vontade individual.

4. Em português e não só, a mãe e o pai de uma criança são ditos *os seus pais*, o equivalente de *parents* noutras línguas. Os últimos dicionários de Portugal e do Brasil (o da Academia e o de Houaiss, ambos de 2001) contemplam a palavra *parental* como adjetivo referente a pais: autoridade, responsabilidade, abandono. *Parentalidade*, palavra adotada muito recentemente entre nós, implica uma adesão ao vocabulário jurídico e à cultura anglo-saxónica que só pode fazer-se violentando a cultura nacional, o significativo parental e a simbólica da nossa sociedade.

Claro que não se trata de caso único, porque é em todos os domínios que nos deixamos infiltrar por significantes anglo-saxónicos, coisa contra a qual se batem com denodo outros povos que criam os seus próprios e novos significantes. Se noto isto é porque integra esta passividade cultural com que entrámos no liberalismo anglo-saxónico, sem perceber que, se também outros países o fizeram (França, Alemanha Itália e Espanha), fizeram-no ao longo de dois séculos e defendendo cuidadosamente a sua simbólica. Nós, em 40 anos, deixámo-nos inundar até à medula. Permitimos assim que o que fazia laço social no nosso país se esvanecesse abruptamente.

Em França, o significativo poder paterno foi substituído por autoridade parental. Segundo Pierre Murat, jurista do direito da família, poder implica uma prerrogativa unilateral, enquanto autoridade faz avançar a fonte, *autoritas*, insistindo sobre a complementaridade das prerrogativas e dos deveres. No caso português escolhemos responsabilidade, que realça só os deveres. Diz ainda aquele jurista que as prerrogativas parentais constituem um direito-função, um conjunto de direitos e deveres fixados pela lei. A autoridade parental, acrescenta, não é, pois, um direito subjetivo, uma prerrogativa puramente individual como o direito de propriedade, é um direito-função confiado a um adulto para assegurar um objetivo social, a educação da criança. E embora os direitos da criança sejam hoje reconhecidos, não se trata *neste conceito* de *reciprocidade* e ainda menos de *igualdade*.

Cito este jurista, porque mostra bem como certos povos, neste caso os franceses, se esforçaram até agora para não deixar que a nuvem individualista que a sociedade neoliberal faz surgir no horizonte destrua as relações simbólicas que, a serem quebradas, empurrar-nos-ão a todos para um inferno de solidão e egocentrismo, onde só os que tenham meios para sustentar o seu narcisismo encontrarão algum gozo.

**5.** O que pretendo é assinalar que o socialismo atual não pode ser feminista. Ele é um lugar onde a *função do poder* lhe permite procurar democraticamente a estrutura social onde homens e mulheres encontrarão uns e outras o seu espaço, ou só servem para exercer o poder esquecendo a função. Antes de saber se é feminista, trata-se de analisar como hoje tem ou não em conta e exerce a sua função política.

Como vale a pena refletir o feminismo: o que tem a ver com o poder político, qual a sua função.



# Os Socialistas são Feministas?

*“Por um mundo onde sejamos socialmente Iguais,  
humanamente Diferentes e totalmente Livres”*

Rosa Luxemburgo

## **Elza Pais**

---

Presidente Nacional das Mulheres Socialistas

### **De que falamos quando falamos de Feminismo?**

**P**ara encontrarmos respostas para esta pergunta, temos de fazer, antes de mais, algumas incursões pelos movimentos feministas e pelas três vagas dos feminismos. O longo processo de afirmação da igualdade e dos direitos das mulheres, como uma questão de Direitos Humanos, reflete especificidades do contexto histórico que vieram a ser relevantes. Para tal, muito contribuíram, não apenas os movimentos de mulheres dos anos 60 do mundo industrializado, mas também mudanças nas políticas internacionais que levaram as questões do desenvolvimento ao topo da agenda das Nações Unidas, e daí as questões do género, por se considerar que essa dimensão abria novas abordagens para o desenvolvimento (Amâncio, 2003).

Desde meados do séc. XIX que os movimentos feministas defenderam, como questão central e histórica, a independência económica e a emancipação das mulheres de um estatuto civil dependente e subordinado. Defenderam também o estatuto de igualdade; como questão prévia a qualquer autonomia individual e, ainda, a luta pelo sufrágio universal e por direitos legais e civis vedados às mulheres.

A primeira vaga do feminismo enfatizou a luta pelos direitos iguais, tendo sido marcada pelas melhorias das condições materiais na vida das mulheres e pela reivindicação de direitos civis, sociais, laborais e legais iguais para homens e mulheres. As mulheres lutaram por alterar as circunstâncias e as estruturas sociais, lutaram para deixarem de ser vítimas passivas de estruturas opressivas. Esta primeira vaga de feministas foi mais importante para essa transformação social do que podemos imaginar. Apesar de não liderarem a erradicação de todas as desigualdades entre homens e mulheres, mudaram o curso da História e o seu sucesso foi alcançado com a introdução de mudanças no sistema patriarcal, no quadro das novas armadilhas para as mulheres (Walby, 1990).

Mais tarde, com o feminismo da segunda vaga, entre os anos 60 e 80, começaram a surgir as distinções entre sexo como marcador biológico e género como construção cultural e social, mostrando que os papéis de género são construídos e, como tal, também podem ser alterados. A ideia emblemática do livro *Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir (1949), – *não nascemos mulheres, tornamo-nos mulheres* – introduziu ruturas profundas no modo como se veem os homens e as mulheres na sociedade, começando a ganhar sentido a ideia de que “o pessoal é político” e a ideia da existência efetiva de uma desvantagem das mulheres na esfera pública, mas também na esfera pessoal e nas relações interpessoais de intimidade.

Nesta altura, também o livro *Feminine Mystique*, de Betty Friedan (1963), surge como uma influência marcante e decisiva para os movimentos feministas. Esta segunda vaga salientou as diferenças, procurando valorizar as qualidades e capacidades particulares que as mulheres possuíam, passando-se assim de uma política de igualdade para uma política de autonomia. Os temas da contraceção e aborto, da reprodução e identidade, da sexualidade e orientações sexuais, da violência sexual e doméstica e dos estereótipos associados aos papéis de género ganharam terreno na agenda política e social. De igual modo, começaram a organizar-se discussões em torno do conceito de patriarcado-dominância como manifestação de poder da ideologia masculina e fonte poderosa de dominação das mulheres (Marques *et al.*, 2003).

Estas discussões geradas pelos movimentos feministas agitaram águas, abalaram convicções e foram indiscutivelmente centrais nos avanços que se fizeram, com as tibiezas conhecidas, nomeadamente em Portugal, ao nível dos direitos e da saúde sexual e reprodutivas das mulheres (nomeadamente a lei do aborto) e na prevenção e combate à violência doméstica. Promoveram-se, um pouco por todo o lado, profundas

mudanças legislativas e de direitos na política e organizações internacionais (Ergas, 1991), a que Portugal e o Partido Socialista não foram alheios.

Com o feminismo da terceira vaga procurou-se aprofundar a política de autonomia e de valorização das diferenças no quadro de respeito pelos direitos de cada pessoa. As relações entre feminismo e diferença são aprofundadas nesta terceira vaga de feminismos plurais, onde se inscrevem o feminismo liberal, que reclama a igualdade de oportunidades para mulheres e homens assente no pressuposto da racionalidade individual, o feminismo marxista/socialista, que enfatiza as forças que permeiam as relações de opressão entre classe social e género, e o feminismo radical como movimento social e político de transformação das relações de poder entre homens e mulheres. Os conceitos de *empowerment* (empoderamento), cidadania, racismo e educação ganham também cada vez mais significado no âmbito daquilo que se pode chamar de teoria feminista negra.

Essa evolução foi marcada por profundos processos de mudança e por constrangimentos de género estruturais e simbólicos, onde a supremacia da posição masculina, associada aos homens que trabalham e às mulheres que cuidam, começou a ser permeabilizada pelo seu inverso: mulheres trabalhadoras com família e homens “livres”. Fomos colocados perante mudanças paradigmáticas importantes, e pela emergência das teorias *queer*, pós-modernistas e pós-estruturalistas que recusam as classificações binárias e valorizam as categorias da identidade como algo mais flexível e aberto (Torres, 2018). Como diz J. Butler (1990), o “conceito de género” é, nesta terceira vaga, atravessado pela compreensão da construção de identidades diversas.

Fausto-Sterling (1993) alertou ainda para o facto de as pessoas intersexo terem sido ignoradas, pese embora os relatos de crianças e suas famílias e dos esforços que tiveram de fazer para se ajustarem a um “status incomum”, enfrentando dores de crescimento, incomodidades e o peso de toda a sociedade. A evolução destes movimentos e a emergência de novas identidades gerou uma política da diferença que insiste na libertação de todos os grupos de negros e das injustiças sexistas, bem como de opressão das mulheres. Os homens foram implicados na defesa dos direitos das mulheres e todas as pessoas na luta contra as discriminações de pessoas negras ou LGBTQ+ (Young, 2008). O modelo do universal masculino começa a esgotar-se por ter neutralizado a diferença dos sexos a favor da falsa universalidade do sujeito. A interseccionalidade começa a impor-se como abordagem integrada e indispensável para uma compreensão mais adequada da relação entre os sexos em contextos de identidades plurais, pessoas LGBTQ+ e pessoas racializadas.

## Os Socialistas são Feministas?

Este breve enquadramento permite-nos perceber melhor os contextos em que surgem as reivindicações e as alterações que o Partido Socialista, pela mão dos seus princípios protagonistas e, também, pela pressão dos movimentos feministas e pelo conhecimento introduzido pela Academia, foi assumindo relativamente à promoção de políticas e de medidas que têm permitido combater as desigualdades estruturais, civilizacionalmente geradas entre mulheres e homens.

Ser Feminista não é o contrário de ser Machista. O Machismo desvaloriza os direitos das mulheres, naturaliza as diferenças promotoras de injustiças e desigualdades, e aproveita a hierarquização dos géneros, socialmente construída, para impor formas de dominação, controlo e posse, que normalmente estão na origem de todo o tipo de violências contra as mulheres e violência doméstica. Ser Feminista é defender os Direitos das Mulheres. Não sendo, nem devendo ser esta atitude apanágio do sexo feminino. No mundo de hoje, há, felizmente, muitos homens feministas, como, infelizmente, também há mulheres machistas.

Não precisamos de ser vítimas para sermos contra a violência doméstica, não precisamos de ser negros para lutar contra o racismo, não precisamos de ser homossexuais para lutar contra a homofobia, tal como não precisamos de ser mulheres para defender o Feminismo. Aliás, mais no PES do que no PS, é recorrente dizer-se que defendemos uma Europa Feminista.

Esta relutância em usar o termo Feminismo para defender os Direitos das Mulheres, em Portugal, está associada a uma certa diabolização a que o, ou os Feminismos foram associados, o que não deixa de traduzir resistências instaladas à promoção da Igualdade entre mulheres e homens.

O Partido Socialista tem demonstrado, ao longo da sua História, um compromisso consistente com a Igualdade de Género e com a promoção dos Direitos das Mulheres. No entanto, a resposta à pergunta – se o PS é Feminista? – é de facto complexa e exige uma análise aprofundada. Embora o PS tenha tomado medidas significativas em várias áreas e tenha figuras de destaque, tanto masculinas como femininas, defendendo o Feminismo, também existem desafios e resistências internas que dificultam esse compromisso.

O Compromisso do PS com a Igualdade de Género foi assumido desde a sua fundação, sendo o PS um partido defensor das causas feministas e da igualdade de género. **Maria Barroso**, figura maior da nossa Democracia

e fundadora do PS, foi uma das vozes que sempre se ergueram na defesa dos direitos das mulheres.

Uma das primeiras grandes conquistas do Partido foi a Constituição de 1976, que consagrou a igualdade entre homens e mulheres como um princípio fundamental, estabelecendo bases sólidas para políticas públicas inclusivas. **Mário Soares**, um dos maiores nomes da História política de Portugal e fundador do PS, desempenhou um papel crucial na construção das bases para a igualdade de direitos no país, especialmente após a Revolução de 25 de Abril de 1974. Embora o feminismo não tenha sido a sua principal bandeira política, conjuntamente com **António Almeida Santos**, estiveram envolvidos no processo de redação da Constituição de 1976, que consagrou a igualdade entre homens e mulheres como um direito fundamental. Além disso, Soares foi responsável por promover a participação das mulheres na vida política e pública, e foi uma das figuras políticas que incentivaram a reforma dos direitos civis e a melhoria das condições de vida das mulheres, particularmente no que se refere ao acesso à educação e ao mercado de trabalho.

**Maria de Lourdes Pintasilgo** foi uma figura política ímpar da Democracia e uma grande defensora dos direitos das mulheres. Ela foi primeira-ministra de Portugal, cargo que ocupou entre 1979 e 1980, e foi a primeira mulher a ocupar esse cargo no país. Maria de Lourdes Pintasilgo destacou-se pela sua luta pela emancipação das mulheres, incluindo por políticas que favorecessem o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e aos direitos de saúde. Também foi uma das impulsionadoras do movimento para a descriminalização do aborto e preocupou-se com a emancipação das mulheres como forma de garantir igualdade de oportunidades. A sua postura era clara em favor da igualdade de género dentro de uma sociedade democrática e socialista.

**Maria Antónia Palla** foi outro nome grande no Partido Socialista. Apesar de nunca ter tido cargos políticos, teve uma influência simbólica e ideológica, quando defendeu precocemente a legalização da IVG, tendo deixado uma grande herança cultural a este nível, importantíssima para outras lutas que vieram a ser travadas. Foi ainda Presidente honorária das Mulheres Socialistas (MS-ID) entre 2018 e 2022.

**António Guterres**, depois de um longo processo, por si liderado, para assegurar uma representatividade de 20% das mulheres nas listas do PS, em 2006 foi implementada a Lei da Paridade, que obrigava os partidos políticos a incluir pelo menos 33% de candidatos de cada sexo nas suas listas eleitorais. Em 2019, a lei foi revista, aumentando o limiar de paridade para 40%, um passo importante para garantir a representação equitativa de mulheres e homens na política.

O compromisso de António Guterres para com a promoção da Igualdade foi inquestionável. Durante o seu mandato como primeiro-ministro (1995-2002), foi uma das figuras-chave na implementação de políticas públicas que visavam melhorar a condição social e política das mulheres em Portugal. Além de grande defensor da paridade, esteve envolvido em várias reformas legislativas que procuravam garantir que as mulheres tivessem as mesmas oportunidades que os homens em áreas como o trabalho, a educação e a saúde, tendo sido nos seus governos que se lançou a primeira geração de Planos Nacionais para a Igualdade, e de Planos Nacionais contra a Violência Doméstica. Apesar das suas resistências à legalização da IVG, Guterres deixou-nos um legado muito importante em termos de Igualdade entre mulheres e homens, que muito impulsionou as políticas de Igualdade no nosso país.

Foi ainda António Guterres que criou o Gabinete da Ministra da Igualdade, dirigido por **Maria de Belém Roseira**. Pese embora as polémicas em que esteve envolto, até hoje, não foi criado nenhum outro Gabinete ou Ministério para assumir de forma autónoma a pasta da Igualdade. A partir daí, e apesar da pasta da Igualdade ter estado entregue a Ministras que defenderam de forma ímpar este dossier, como **Maria Manuel Leitão Marques** e **Mariana Vieira da Silva**, o nome “Igualdade” nunca mais constou do nome do Ministério que tinha esta tutela, o que se traduziu na desvalorização de uma pasta a que o PS atribuía, simbolicamente, um valor maior.

Outro desafio crucial foi o fortalecimento da licença parental partilhada e a promoção de modelos de partilha de responsabilidades domésticas e de cuidados. Embora a licença de parentalidade em Portugal seja um dos melhores modelos da Europa, ainda existe uma falta de igualdade na divisão de tarefas domésticas e do cuidado entre homens e mulheres, que esperamos poder ver resolvida numa próxima governação socialista, com partilha absoluta da licença parental, salvaguardadas as semanas de recuperação das mulheres. Além disso, o PS tem-se comprometido com a luta pela igualdade salarial, com as licenças parentais partilhadas e com as políticas para prevenir e combater a violência doméstica.

Pelas mãos de **José Sócrates**, o PS conseguiu, depois de mais um referendo, fazer aprovar a legalização da Interrupção Voluntária da Gravidez e adotar leis humanistas, como o casamento entre pessoas do mesmo sexo, atribuindo igual dignidade parental à homo e à hetero-parentalidade, e promovendo a defesa intransigente dos direitos das pessoas LGBTQIA+. A ele se deve a criação da Secretaria de Estado da Igualdade, pasta que teve o privilégio de assumir, tendo, a partir daí, sido prática de forma transversal em todo o tipo de governações assegurar a existência desta Secretaria de Estado.

Também é reconhecido o espírito reformista de **Jorge Lação** nesta área, desde logo pela profunda reestruturação do mecanismo nacional para a Igualdade, que mudou de Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres (CIDM) para Comissão para a Cidadania e Igualdade e de Género (CIG), tendo eu própria tido a honra de acompanhar, do lado executivo, enquanto Presidente de uma e outra Comissão, essa inovadora transição. A luta pela prevenção e combate à violência doméstica, também com os governos socialistas deu saltos significativos, desde a atribuição do estatuto de crime público a esta forma de criminalidade violenta (2000), passando pela autonomização deste tipo legal de crime (2007), até à aprovação da lei de prevenção para vítimas de violência doméstica (2009), apenas para citar alguns marcos.

A Procriação Medicamente Assistida para todas as mulheres foi uma conquista mais recente de **António Costa**. Bem como leis para combater as desigualdades salariais, para garantir equilíbrio de géneros nos Conselhos de Administração das empresas cotadas em bolsa e do setor empresarial do Estado e ainda nos órgãos da administração pública. Promoveu a Garantia para a Infância e o Trabalho Digno para todas as pessoas. Isto para citar apenas alguns dos avanços que os sucessivos governos socialistas foram promovendo no que ao dossier da igualdade e não discriminação diz respeito.

É importante também lembrar o papel que **Ferro Rodrigues** desempenhou na promoção do feminismo dentro do PS, sendo, em 2002, um dos responsáveis pela criação do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas. Esse Departamento, hoje estrutura MS-ID, foi criado com o objetivo de dinamizar as questões de igualdade de género dentro do partido e assegurar que a luta feminista estivesse presente de forma estruturada nas suas políticas. Ferro Rodrigues percebeu que, para o PS ser um partido verdadeiramente feminista, era necessário ter uma estrutura interna dedicada ao fortalecimento da participação política das mulheres.

O Departamento Nacional das Mulheres Socialistas não só procurou garantir que as questões de igualdade de género estivessem presentes na agenda política do partido, mas também tem vindo a promover o empoderamento das mulheres socialistas, incentivando-as a ocupar espaços de liderança e a influenciar diretamente a definição das políticas do partido. No que se refere à estrutura MS-ID, não posso deixar de referir os importantes contributos de **José Manuel Mesquita**, na conceção desta nova arquitetura, e de **José Luís Carneiro**, enquanto Secretário-geral Adjunto, na sua implementação no território.

Esta estrutura tornou-se uma plataforma essencial para a mobilização das mulheres no PS, assegurando que as suas vozes fossem ouvidas e que

as políticas que as afetavam diretamente merecessem a devida atenção no debate interno do partido. A sua criação foi, portanto, um marco importante na História do PS e do feminismo em Portugal, refletindo o esforço do partido em garantir a igualdade de género não apenas nas políticas públicas, mas também na sua estrutura interna.

Com António Costa, a promoção da Igualdade assumiu um novo impulso, não apenas ao nível das políticas públicas, mas também, e de forma inovadora, ao nível interno do partido, tendo sido na sua vigência como Secretário-geral que o Departamento se transformou numa Estrutura (revisão estatutária de 2018), e que foram lançadas as bases para a criação das estruturas de coordenação concelhia das mulheres socialistas em todos os concelhos do nosso território nacional, cujo trabalho, ainda não concluído, se iniciou no ano de 2020.

**Pedro Nuno Santos**, atual Secretário-geral do PS<sup>1</sup>, desde cedo, mesmo enquanto Secretário-geral da JS, destacou-se como uma figura progressista, afirmando que qualquer pessoa progressista que defenda a igualdade de género é feminista. Ele tem enfatizado a interligação entre o feminismo e o progressismo, e a ideia de que as questões feministas devem ser uma prioridade em todos os aspetos da vida em sociedade. Em 2021, afirmou que não há espaço para um feminismo de fachada, destacando que a igualdade de género deve ser concretizada nas políticas do PS e na sociedade em geral. Foi o Líder que se assumiu como Feminista sem tibiezas, o que muito tem contribuído para dirimir alguns preconceitos instalados em torno desse conceito. Também disse, recentemente, sem qualquer tipo de preconceitos, que no PS ainda existe muita misoginia, o que dificulta progressos mais amplos nos avanços que ainda temos de fazer.

Uma nota final para a estrutura das MS-ID, que passou a ter uma organização de base concelhia que não existia até 2020. Essa circunstância acentuava o desequilíbrio de género na organização do PS, pela dificuldade que as mulheres tinham de chegar aos cargos de dirigentes das estruturas políticas, e que tem contribuído para o défice de representatividade nos cargos de eleição e representação política do PS que urge superar. Estamos, portanto, perante uma conquista história de que as Mulheres Socialistas muito se orgulham.

Ao longo destes últimos anos, as MS-ID cumpriram um papel muito importante, denunciando discriminações e violações dos Direitos Humanos, propuseram medidas e políticas inovadoras, promoveram debates de ideias com a sociedade civil, acompanharam os *dossiers* da União Europeia,

1 À data da elaboração deste texto. (Nota do *Portugal Socialista*.)



do Conselho da Europa, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização das Nações Unidas (ONU), sempre na vanguarda das políticas mais inovadoras e com enfoque na mitigação dos efeitos da crise na vida das mulheres, as mais afetadas pela pandemia que nos assolou.

As MS-ID são hoje uma estrutura em crescimento, apostada em alargar a sua representação a todo o território nacional, numa perspetiva de desenvolvimento e de consolidação de um novo modelo de organização partidária e social, transformador e participativo. A sua dinâmica contribuiu, inclusivamente, para o reforço da militância feminina no Partido Socialista, com as mulheres a representarem agora 49% do total de militantes do PS.

Contudo, e apesar de todos estes importantes avanços, e de haver uma tendência para a paridade absoluta nas listas do PS, a realidade é que as indicações das MS-ID para essas listas nem sempre são contempladas, o que cria tensão em algumas estruturas federativas, que só será ultrapassada com um reforço efetivo de poder de decisão das estruturas federativas das mulheres socialistas. A experiência tem-nos demonstrado que tudo o que não se muda pela força da Lei ou da obrigatoriedade, nem sempre se consegue mudar...

Apesar destes posicionamentos, e dos esforços que os Secretários-gerais têm vindo a fazer, nomeadamente na tendência para a adotar a paridade na escolha dos cabeças de lista às eleições legislativas, e embora o partido tenha feito progressos na inclusão de mulheres em cargos governamentais, ainda enfrenta críticas pela falta de mulheres em cargos de topo e pela sub-representação de mulheres nas esferas de decisão.

Esta brevíssima exposição permitir-nos-ia concluir que o PS, pelos posicionamentos que tem vindo a adotar, é um partido Feminista, pese embora não use esse conceito quando se intitula, e bem, como grande defensor e promotor da Igualdade de género do nosso país. Tal traduzirá, seguramente, resistências simbólicas ainda não completamente ultrapassadas!

Mesmo assumindo todos estes compromissos, existem várias resistências internas dentro do partido que dificultam a implementação total do feminismo. Uma das principais dificuldades é a resistência à paridade em todos os níveis de poder, nomeadamente nas estruturas federativas, que são praticamente dirigidas por homens: em 19, apenas uma é presidida por uma mulher.

Para que o PS seja verdadeiramente reconhecido como um partido feminista, é necessário que o compromisso para com a igualdade de género seja reforçado em todas as suas práticas. A paridade nas listas eleitorais, embora importante, não é suficiente se as mulheres não tiverem as mesmas oportunidades de ascender a cargos de liderança e de decisão dentro

do partido e do governo. Para se alcançar um verdadeiro feminismo dentro do PS devemos ir para além da simples representação política, deve garantir-se que a igualdade de género seja uma realidade prática.

Apesar de uma representação crescente de mulheres no parlamento e em cargos governamentais, a representação feminina nas principais estruturas de poder do partido ainda é insuficiente. Isso demonstra que, mesmo dentro de um partido com uma forte agenda feminista, a igualdade de género ainda não foi plenamente alcançada. A falta de modelos femininos em cargos de liderança e a dificuldade das mulheres em ascender a essas posições revelam que, apesar das reformas legislativas e das políticas de paridade, a desigualdade sistémica ainda persiste, e as mulheres continuam a estar sub-representadas nos lugares onde, de facto, se decide. Apesar de os governos PS terem tido várias ministras mulheres, mais do que quaisquer outros governos, as lideranças do partido continuam muito masculinizadas. Muitas militantes feministas têm apontado que a paridade “nas bases” não chega ao topo do poder.

Esperamos que, numa próxima governação socialista, na senda dos progressos sucessivos que têm vindo a ser feitos, se dê um novo e significativo passo para a concretização da matriz identitária do nosso partido, através da autonomização de uma pasta governativa com a tutela da Igualdade e Não Discriminação, a exemplo do que sucede em muitos países europeus, como é o caso de Espanha.

## Bibliografia

- Amâncio, L. (2003). O género no discurso das ciências sociais. *Análise Social*, 37 (168), 687–714.
- Butler, J. (1990). *Gender Trouble: Feminism and the subversion of identity*. Routledge.
- Ergas, Y. (1991). O sujeito mulher: O feminismo nos anos 1960-1980. In F. Thébaud (Ed.), *História das Mulheres. O século XX*. Afrontamento.
- Friedan, B. (1963). *The Feminine Mystique*. W.W. Norton & Company.
- Walby, S. (1990). *Theorizing Patriarchy*. Blackwell.
- Marques, C., Nogueira, C., Magalhães, M. J., & Silva, C. S. (Eds.). (2003). *Um Olhar sobre os Feminismos: Pensar a democracia no mundo da vida*. UMAR.
- Pais, E. (2025), *Violência Doméstica contra as Mulheres: políticas públicas e decisões judiciais – perspectiva de género* (Tese de Doutoramento).
- Torres, A. (2018). Por que precisamos de estudos de género, feministas e estudos sobre as mulheres. In A. Torres, P. Pinto, & C. Casimiro (Eds.), *Género, Direitos Humanos e Desigualdades* (pp. 27–34). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Young, S. (2008). *“Rocking the Boat”: Using critical literacy to challenge heterosexism in a public school* (Tese de Doutoramento).

LIVRO

---

Porfírio Silva

polémica  
desmarxiza

Depoimentos de António Arnaut,  
Manuel Alegre e Alfredo Barroo

# HISTÓRIA DAS DECLARAÇÕES DE PRINCÍPIOS DO PARTIDO SOCIALISTA



# Porfírio Silva, *História das Declarações de Princípios do Partido Socialista,* Âncora Editora, 2025

**N**a continuação da divulgação de obras que vêm contribuir para o conhecimento da história e do pensamento dos socialistas em Portugal, a referência vai, desta vez, para a *História das Declarações de Princípios do Partido Socialista*, dada à estampa pelo atual diretor da imprensa partidária do PS (jornal *Ação Socialista* e revista de reflexão política *Portugal Socialista*), Porfírio Silva. Trata-se de um trabalho cuja leitura evidencia a importância do arquivo dos órgãos da imprensa partidária do PS para a construção da nossa memória coletiva.

Em *História das Declarações de Princípios do Partido Socialista*, o autor apresenta e analisa cada uma das versões do texto programático fundamental do PS, no seu conteúdo e alcance ideológico e político: a versão inicial de 1973, e, depois, os resultados das versões revistas em 1986 e 2002. Analisa, também, o processo de revisão de 1983, que não foi concluído, por circunstâncias e razões que a obra analisa.

Os textos da evolução da Declaração de Princípios, e respetivos processos de elaboração, são enquadrados, caso a caso, com exposições do essencial do contexto político à época, cobrindo os períodos, mais ou menos longos, entre cada um dos Congressos Nacionais onde se aprovaram as evoluções da “carta constitucional” do PS.

A obra termina com reflexões do autor acerca da conveniência de, passados mais de vinte anos sobre a última atualização, o PS voltar,

coletivamente, a considerar a revisão da sua Declaração de Princípios – avançando com algumas pistas para um possível debate com esse objeto.

Só é vencido quem desiste de transformar

Porfírio Silva

150 anos de Esperança, 150 anos do Partido Socialista Português

José Neves

O PS e o Socialismo Democrático e Autogestionário, 4 Notas

José Leitão

#### **CIÊNCIA E DEMOCRACIA**

Entrevista com Alexandre Quintanilha

Inteligência Artificial e Democracia

Alexandra Leitão

As Pessoas na Inteligência Artificial

Daniel Innerarity

#### **OS SOCIALISTAS SÃO FEMINISTAS?**

Os Socialistas são Feministas?

Ana Coucello

Há um hoje que alguns querem que seja ontem ou a urgência do feminismo

João Costa

Os Socialistas são Feministas?

Maria Belo

Os Socialistas são Feministas?

Elza Pais

#### **LIVRO**

Porfírio Silva,

História das Declarações de Princípios do Partido Socialista

'25

